

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ICARO GABRIEL DA FONSECA ENGLER

**ESPAÇO ECONÔMICO E POLÍTICA NO BRASIL:**  
Uma análise de posições sociais, trajetórias ocupacionais  
e carreira política (1990 – 2010)

Porto Alegre

2015

ICARO GABRIEL DA FONSECA ENGLER

**ESPAÇO ECONÔMICO E POLÍTICA NO BRASIL:**

Uma análise de posições sociais, trajetórias ocupacionais  
e carreira política (1990 – 2010)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul como requisito para a obtenção do título de  
Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Engelmann

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

da Fonseca Engler, Icaro Gabriel  
ESPAÇO ECONÔMICO E POLÍTICA NO BRASIL: Uma análise  
de posições sociais, trajetórias ocupacionais e  
carreira política (1990 - 2010) / Icaro Gabriel da  
Fonseca Engler. -- 2015.  
169 f.

Orientador: Fabiano Engelmann.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,  
Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Espaço Econômico. 2. Espaço Político. 3. Recursos  
Sociais. 4. Trajetórias Sociais. 5. Carreiras  
Políticas. I. Engelmann, Fabiano, orient. II. Título.

ICARO GABRIEL DA FONSECA ENGLER

**ESPAÇO ECONÔMICO E POLÍTICA NO BRASIL:**

Uma análise de posições sociais, trajetórias ocupacionais  
e carreira política (1990 – 2010)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul como requisito para a obtenção do título de  
Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Engelmann

Aprovado em 20/10/2015

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Fabiano Engelmann (Orientador – PPG em Ciência Política / UFRGS)

---

Profa. Dra. Elaine da Silveira Leite (PPG em Sociologia / UFPEL)

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (PPG em História / UFRGS)

---

Profa. Dra. Lígia Mori Madeira (PPG em Ciência Política / UFRGS)

Dedico este trabalho para Adriano Anzolin Moura e Luiz Braz da Fonseca, ambos *in memoriam*, por todas as conversas e discussões em vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, principalmente meus pais, irmão e minha vó, por tudo que contribuíram nessa caminhada até aqui, sem eles nada disso seria possível.

Agradeço ao Prof. Dr. Fabiano Engelmann, por ter me guiado nesses anos de doutorado, dentro de uma literatura, até então distante de mim, e principalmente por ter confiado no meu trabalho.

Agradeço ao CNPq, por garantir uma bolsa durante o doutorado, e à CAPES, pela bolsa sanduíche, que possibilitou o estágio na École Normale Supérieure – Paris.

Agradeço aos Professores que, de alguma forma, auxiliaram nesta tese, como o Prof. Dr. Afrânio Garcia Junior, Prof. Dr. Michel Offerlé e Prof. Dr. Odaci Luiz Coradini.

Agradeço aos colegas de Pós-Graduação, que entre eventos acadêmicos e de outras ordens, tornaram estes anos de doutorado mais alegres.

Agradeço aos amigos feitos, tanto dentro, quanto fora da pós-graduação, com os quais foi possível compartilhar diversos momentos.

Neste caso, à Bruno Mello Souza, Carlos Artur Gallo, Camila Vidal, Dieni Rodrigues, Iná Eloísa Grabin, Joyce Leão Martins, Maíra Cabral, Marcelino Lisboa, Mariluci Vargas, por todo o companheirismo.

À Carla Cruz, José Barros Filho, Juliane Bento, Luciana Rodrigues Penna e Pedro Vasconcelos, por também dividirem as angústias bourdiesianas.

À Augusto Clemente Junior, Diego Souza e Rodrigo Mayer, por também dividirem o cotidiano, e com isso todo o resto que o acompanha.

Gostaria de fazer uma menção, em especial, para Maurício I. Doré e Rodrigo da Rosa Bordignon, que poderiam ter seus nomes em qualquer um dos grupos anteriores, mas para além do companheirismo, angustias bourdiesianas e cotidiano, foram e são grandes amigos.

Por fim, gostaria de agradecer à Cristina Altmann, que também poderia estar em todas as linhas anteriores, mas mesmo com uma linha só para ela, isto é pouco para expressar o quanto foi parte não apenas desta tese, como também da minha vida nestes últimos anos, só tenho a te agradecer muito por todo o encorajamento e força que tu sempre me deste.

***“Nada deve parecer natural...”***

**(Bertolt Brecht)**

## RESUMO

O presente trabalho se propõem a analisar as relações possíveis entre dois espaços distintos, sendo eles o econômico e o político. Neste sentido, procurou-se um distanciamento das preocupações mais correntes, presentes em diversos autores, sobre o desenvolvimento econômico ou o funcionamento da democracia, não focando assim no comportamento dos atores ou na representação de interesses, mas sim nos patrimônios de recursos e posições sociais compartilhados antes do sucesso eleitoral, bem como a perpetuação na política, após esta entrada. O universo empírico analisado foi composto de 235 casos que ocuparam a posição política de Deputado Federal, durante o período de 1990 até 2010, da mesma forma que: detinham atividades econômicas, sua principal fonte de renda fosse empreendimentos econômicos, ou se declarou profissionalmente como “empresário”, urbano ou rural, contemplando assim a posição econômica. A partir destes casos, foram coletadas as informações referentes aos recursos econômicos e escolares, para objetivar suas posições sociais; bem como o auto posicionamento profissional, que pode ser dividido em duas lógicas, uma ligada a apresentação dentro de ocupações econômicas e outra dentro de profissões relacionadas a diplomas superiores; as atividades desempenhadas ao longo da trajetória profissional, classificadas em itinerários específicos, de acordo com os cargos ocupados; por fim a sistematização dos sucessos eleitorais e cargos, para identificar os tipos de carreiras políticas. Devido a construção do universo, e tendo como objeto a relação entre estes espaços, foi possível demonstrar um conjunto de lógicas possíveis dentro desta intersecção, ancoradas em estratégias de reprodução social, definidas pela diversificação de recursos e posições sociais, bem como a mobilização dos mesmos enquanto trunfos sociais.

Palavras-chave: Espaço Econômico; Espaço Político; Estratégias de Reprodução; Recursos Sociais



## **ABSTRACT**

This study aims to examine the possible relationships between two distinct spaces, namely economic and political. In this sense, it also looks to distance itself from the most common currents, present in several authors, on economic development or the functioning of democracy, not just focusing on the behavior of actors or in lobbying, but in the resources and social positions assets shared before the electoral success, as well as the perpetuation in politics, after this entry. The empirical universe analyzed was composed of 235 cases that occupied the political position of Federal Deputy in Brazil, during the period from 1990 to 2010, and in the same way: held economic activities, their main source of income were economic enterprises, or pleaded professionally as "entrepreneur", urban or rural, thus contemplating the economic position. From these cases, we collected information relating to economic and educational resources, to objectify their positions; as well as the professional auto positioning, which can be divided into two logical, one linked to the presentation within economic occupations and other in professions related to higher education; the activities performed throughout the working career, classified for specific routes, according to the positions held; finally the systematization of electoral positions and successes, to identify the types of political careers. Due to construction of the research universe, and having as object the relationship between these spaces, we demonstrate a range of possible logical within this intersection, anchored in social reproduction strategies, defined by the diversification of resources and social positions, as well the mobilization of the same as social assets.

**Keywords:** Economic Area; Political Space; Strategies of Reproduction; Social Resources

## RÉSUMÉ

Dans ce travail on se propose d'analyser les relations possibles entre les deux espaces distinctes, à savoir économique et politique. En ce sens, on a fait un éloignement des préoccupations plus courantes, trouvées dans différents auteurs, sur le développement économique ou le fonctionnement de la démocratie, sans se concentrer sur le comportement des acteurs ou des activités de représentation d'intérêt, mais dans les patrimoines de ressources et positions sociales partagées avant le succès électoral, ainsi que la perpétuation politique, après cette entrée. L'univers empirique analysé est composé de 235 personnes qui ont occupé la position politique de Député Fédéral au Brésil, au cours de la période 1990 à 2010, de la même manière que: ils aient détenu les activités économiques, leur principale source de revenu étaient des entreprises économiques, ou qu'ils se déclarent professionnellement comme «entrepreneur», urbain ou rural, répondant ainsi à la position économique. À partir de ces cas, les informations relatives aux ressources économiques et scolaires ont été recueillies pour objectiver leurs positions sociales; ainsi que leur positionnement professionnel, qui peut être divisé en deux logiques, une présentation liée au sein des occupations économiques et autres dans les professions liées aux diplômes supérieurs; aussi les activités réalisées tout au long de la trajectoire du travail, classées pour des itinéraires spécifiques, en fonction des postes exercés; enfin, la systématisation des succès et de postes électoraux, pour identifier les types de carrières politiques. En raison de la construction de l'univers, et ayant comme objet la relation entre ces espaces, c'est possible de démontrer un ensemble de logiques contenues dans cette intersection, fondée sur les stratégies de reproduction sociale, définies par la diversification des ressources et des positions sociales, et la mobilisation de ceux-ci comme atouts sociaux.

Mots-clés: Espace Économique; Espace Politique; Stratégies de Reproduction; Ressources Sociales

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Características Gerais do Universo.....	45
Quadro 2 – Posições Econômicas.....	48
Quadro 3 – Posições Econômicas, Setores e Ramos dos Bens Declarados.....	52
Quadro 4 – Pós-Graduação.....	60
Quadro 5 – Instituições de Ensino Superior e Localismo.....	62
Quadro 6 – Perfis Ocupacionais e Profissionais.....	65
Quadro 7 – Os “Empreendedores” com Diplomas.....	71
Quadro 8 – Recursos Escolares dos “Profissionais Superiores”.....	76
Quadro 9 – Recursos Escolares do Perfil “Empreendedores Superiores”.....	81
Quadro 10 – Os 4 Itinerários de Trajetórias.....	85
Quadro 11 - Início da Trajetória de Emprego.....	87
Quadro 12 – Posições Sociais do Itinerário Privado.....	89
Quadro 13 – Posições Sociais do Itinerário Público.....	95
Quadro 14 – Posições Sociais dos Outros Itinerários.....	102
Quadro 15 - Posições Sociais do Itinerário Político.....	108
Quadro 16 – Perfil Profissional e Itinerário Principal dos casos com Cargos em Entidades Econômicas.....	111
Quadro 17 – Características das Fileiras de Acesso aos Cargos Eletivos.....	121
Quadro 18 – Casos sem Carreira Política.....	129
Quadro 19 – Condições Econômicas e Políticas dos Casos sem Carreira Política.....	130
Quadro 20 – Os casos com Carreira Política Breve.....	131
Quadro 21 – Os casos com Carreira Política e Profissionalização Média.....	134
Quadro 22 – Casos com Longas Carreiras Políticas.....	139
Tabela 1 – Década de Nascimento.....	43
Tabela 2 – Região e Estado de Nascimento.....	44
Tabela 3 – Bens Declarados por Grupos.....	47
Tabela 4 – Setor dos Bens Econômicos.....	49
Tabela 5 – Posição Econômica X Característica dos Bens Declarados.....	50
Tabela 6 – Nível de Escolaridade.....	56
Tabela 7 – Posições Culturais X Posições Econômicas.....	57
Tabela 8 – Principais Áreas de Conhecimento e Cursos Superiores.....	58

Tabela 9 – Instituições de Ensino Superiores.....	61
Tabela 10 – Patrimônio Econômico do Perfil “Empreendedores” .....	66
Tabela 11 – Posições Econômicas dos “Empreendedores” .....	67
Tabela 12 – Posições Escolares dos “Empreendedores” .....	70
Tabela 13 – Posicionamento Profissional do Perfil “Profissionais Superiores” .....	72
Tabela 14 – Patrimônio Econômico do Perfil “Profissionais Superiores” .....	73
Tabela 15 – Posição Econômica dos “Profissionais Superiores” .....	73
Tabela 16 – Setor de Atividade Econômica dos “Profissionais Superiores” .....	75
Tabela 17 – Posicionamento Profissional do Perfil “Empreendedores Superiores” .....	78
Tabela 18 – Patrimônio Econômico do Perfil “Empreendedores Superiores” .....	79
Tabela 19 – Posições Econômicas do Perfil “Empreendedores Superiores” .....	79
Tabela 20 – Ocupações Profissionais do Itinerário Privado.....	91
Tabela 21 – Posição Econômica dos Altos Cargos.....	92
Tabela 22 – Bifurcações e Diversificações do Itinerário Privado.....	93
Tabela 23 - Ocupações Profissionais do Itinerário Público.....	97
Tabela 24 - Bifurcações e Diversificações do Itinerário Público.....	100
Tabela 25 - Ocupações Profissionais de Outros Itinerários.....	104
Tabela 26 – Bifurcações e Diversificações de Outros Itinerários.....	106
Tabela 27 – Entidades Associativas-Sindicais.....	110
Tabela 28 – Número de casos no Itinerário Principal e Final.....	113
Tabela 29 e 30 – Período e Faixa de Idade de Entrada na Política.....	119
Tabela 31 – Fileiras de Acesso aos Cargos Políticos Eletivos.....	120
Tabela 32 – Primeira Filiação Partidária Antes de 1964.....	124
Tabela 33 – Primeira Filiação Partidária durante o Bipartidarismo.....	124
Tabela 34 – Primeira Filiação Partidária durante o Multipartidarismo.....	125
Tabela 35 – Principal Filiação Partidária entre 1990 e 2010.....	126
Tabela 36 – Migração partidária.....	127
Tabela 37 – Diferença entre a primeira filiação e a primeira eleição.....	128

## LISTA DE SIGLAS

ACSP	Associação Comercial de São Paulo
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BADEP	Banco de Desenvolvimento do Paraná
BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento
CACEX	Carteira de Comércio Exterior
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CCTCI	Comissão da Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática
CDI	Conselho de Desenvolvimento Industrial
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIFRS	Centro Industrial Fabril do Rio Grande do Sul
CIJF	Centro Industrial de Juiz de Fora
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COHAB-MA	Companhia de Habitação do Estado do Maranhão
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DEM	Democratas
DENTEL	Departamento Nacional de Telecomunicações
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DHBB	Dicionário Histórico Bibliográfico
DIAP	Departamento InterSindical de Assessoria Parlamentar
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
FAI	Faculdade do Vale do Itapecuru
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESP	Federação da Indústria do Estado de São Paulo
FUMEC	Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional da Previdência
INTELSAT	Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite
IPE-PR	Instituto de Previdência do Estado do Paraná

ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISEC	Instituto Superior de Educação de Caxias
LBV	Legião da Boa Vontade
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Partido da Juventude
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTR	Partido Trabalhista Reformador
RTV	Retransmissora de Televisão
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto

TELERJ	Empresa Brasileira de Telecomunicações do Rio de Janeiro S/A
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UDN	União Democrática Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNIPAR	Universidade Paranaense
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1.1 Esquema Analítico</b> .....	27
<b>1.2 Problemática, Objeto e Objetivo Geral</b> .....	33
<b>1.3 Desenho da Pesquisa</b> .....	37
<b>2 DISPONIBILIDADE E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS ECONÔMICOS E ESCOLARES</b> .....	42
<b>2.1 Espaço econômico, patrimônio e declaração de bens</b> .....	45
2.1.1 <i>Setores e Ramos dos bens econômicos</i> .....	48
2.1.2 <i>As concessões de Rádio e Televisão como bens econômicos</i> .....	52
<b>2.2 Espaço Escolar, instituições de ensino e diplomas superiores</b> .....	55
2.2.1 <i>Cursos e Diplomas Superiores</i> .....	58
2.2.2 <i>As Instituições de Ensino Superior</i> .....	60
<b>2.3 Entre atividades econômicas e diplomas escolares</b> .....	62
<b>3 POSICIONAMENTO PROFISSIONAL E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS SOCIAIS</b> .....	64
<b>3.1 Os “Empreendedores”</b> .....	65
3.1.1 <i>Altos Patrimônios e Posições Econômicas</i> .....	66
3.1.2 <i>– A Ausência de Diplomas</i> .....	70
<b>3.2 – “Profissionais Superiores”</b> .....	71
3.2.1 <i>Patrimônios Médios e Bens Pessoais</i> .....	72
3.2.2 <i>Os Diplomas Superiores</i> .....	76
<b>3.3 “Empreendedores Superiores”</b> .....	77
3.3.1 <i>As posições econômicas médias e altas</i> .....	78
3.3.2 <i>Altas Posições Escolares</i> .....	81
<b>3.4 Recursos disponíveis e perfis de posicionamento profissional</b> .....	82
<b>4 AS TRAJETÓRIAS SOCIAIS E SEUS ITINERÁRIOS ESPECÍFICOS</b> .....	85
<b>4.1 O início das Trajetórias</b> .....	86
<b>4.2 O Itinerário Privado</b> .....	88
4.2.1 <i>Os altos cargos em Empresa Privada</i> .....	91
4.2.2 <i>Trajetórias garantidas no Itinerário Privado</i> .....	93



<b>4.3 O Itinerário Público</b> .....	95
<i>4.3.1 Os Cargos Comissionados e Nomeados</i> .....	97
<i>4.3.2 A baixa bifurcação do Itinerário Público</i> .....	99
<b>4.4 Outros itinerários possíveis</b> .....	102
<i>4.4.1 Os Médicos e Educadores</i> .....	104
<i>4.4.2 A diversidade de posições sem diversificação de itinerários</i> .....	105
<b>4.5 O Itinerário Político</b> .....	108
<b>4.6 Itinerários associativos-sindicais</b> .....	109
<b>4.7 Última posição da trajetória</b> .....	113
<b>4.8 Atividades e Ocupações dentro de seus Itinerários</b> .....	115
<b>5 FILEIRAS DE ENTRADA, PARTIDOS POLÍTICOS E CARREIRAS NA POLÍTICA</b> .....	118
<b>5.1 As Fileiras de Entrada na Política</b> .....	119
<b>5.2 Filiação Partidária e Partidos Políticos</b> .....	123
<b>5.3 Um Único Sucesso Eleitoral</b> .....	129
<b>5.4 Breves Carreiras Políticas</b> .....	131
<b>5.5 Carreiras Políticas Consolidadas</b> .....	133
<i>5.5.1 As carreiras políticas médias e seu início como Deputados Federais</i> .....	133
<i>5.5.2 As longas carreiras políticas e a entrada política em cargos locais</i> .....	138
<b>5.6 Diversidade de Posições dentro do Espaço Político</b> .....	142
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	146
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	152
<b>APÊNDICE A – MODALIDADE DE VARIÁVEIS</b> .....	156
<b>ANEXO A – UNIVERSO EMPÍRICO NOMINAL</b> .....	158
<b>ANEXO B – FONTE DO DIAP</b> .....	163
<b>ANEXO C – DECLARAÇÃO DE BENS DO TSE</b> .....	168

## 1 INTRODUÇÃO

Não é por acaso que não se encontra no título desta tese o universo empírico aqui analisado, justamente por ser uma tentativa em construir um objeto que traga a relação entre espaços diferentes, neste caso o *econômico* e o *político*, dentro de um contexto específico (1990 – 2010). Obviamente existe a seleção de determinados agentes, que são 235 casos de Deputados Federais dentro do recorte temporal colocado, que detenham algum tipo de relação com atividades econômicas<sup>1</sup>. Contudo, a coleta de dados e informações não se restringem a estes 20 anos, pois acessam eventos anteriores a 1990, como por exemplo os cursos universitários, a trajetória e carreira, que em alguns casos, ultrapassam este período. Justamente pelo foco do trabalho não ser a descrição de pessoas, mas sim uma análise frente aos recursos, trajetórias e carreiras compartilhadas por este universo, este recorte empírico é a posição de saída para a análise da relação entre *recursos disponíveis*.

A única prerrogativa existente, justamente por se tratar da relação entre o *espaço econômico* e o *espaço político*, é minimamente ocupar uma posição dentro deles e é neste sentido que se elencaram estes 235 casos de Deputados Federais que ocuparam este cargo entre 1990 e 2010, que se auto posicionaram como empresários ou seu maior rendimento está relacionado com atividades econômicas.

Mesmo que exista esta persistência por partir de outras premissas, como *espaços, recursos e posições*, que serão posteriormente apresentadas, existe toda uma agenda de pesquisa já consolidada no Brasil, que pode ser intitulada, de maneira genérica, como a temática sobre “Empresariado e Política”, com autores consagrados e diversas preocupações que de alguma forma influenciaram o desenvolvimento e elaboração das questões apresentadas neste estágio da pesquisa, sem significar necessariamente uma adesão a estes estudos, que são apresentados a seguir.

Sendo assim, a partir da década de 80 no Brasil podem ser observadas mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas, ocasionadas principalmente pelo fim do regime militar, abertura democrática e promulgação da Constituição de 1988. As pressões sociais, impulsionadas pela crise econômica e crise política, por um lado, e o desgastes do grupo militar no poder, resultaram em um processo gradual de redemocratização, com a anistia e volta do pluripartidarismo ainda no final da década de 70. Apesar do forte movimento das *Diretas Já*

---

<sup>1</sup> Estas 235 pessoas estão nominadas no Anexo A – Universo Empírico Nominal.

em 1984, somente em 1990 ocorrem as eleições de forma direta, dentro de um espaço político e eleitoral democrático.

No decorrer da década de 90, com a intensificação destas mudanças, dois aspectos são fundamentais para entender o papel do Estado dentro dessa arena. A primeira se refere as instituições políticas, principalmente a abertura do mercado eleitoral, que permitiria uma participação de diferentes segmentos sociais e uma maior disputa pela representação de interesses diversos, bem como a retomada do Poder Legislativo, na figura do Congresso Nacional, como o espaço dos conflitos políticos. Por outro lado, ocorreu também uma reestruturação do sistema corporativista na Constituição de 88, modificando o modelo que vinha desde a Era Vargas, atribuindo mais autonomia para as entidades patronais, mas mantendo a contribuição e a unificação sindical.

Dentro deste novo quadro das instituições de representação política, muitos autores<sup>2</sup> voltaram a questionar a relação entre *empresários e política*, retomando a agenda de pesquisa que tinha como temática o *empresariado como ator político* e os seus *espaços de atuação*. Um indício é a organização da “Rede de Pesquisadores Empresa, Empresários e Sociedade”<sup>3</sup>, que resultou em diversas publicações como Livros e Dossiês de revistas<sup>4</sup>, bem como a realização de um *Workshop* bianual desde 1998, cuja umas das linhas temáticas aborda a relação dos *empresários e política*, focando principalmente nas ações coletivas e formação de políticas por parte deste grupo<sup>5</sup>.

Estes trabalhos mais atuais seguem uma tradição de autores, que iniciaram a discussão no Brasil na década de 50, formulando suas análises frente às condições de desenvolvimento econômico no país e nos possíveis responsáveis por encabeçar e dar continuidade a este processo, em um primeiro momento. Baseados neste aspecto é que são realizados os estudos

---

<sup>2</sup> Amâncio Jorge de Oliveira, Ana Maria Kirschner, Ary Minella, Eduardo R. Gomes, Eli Diniz, Jorge Tapia, Maria Antonieta Leopoldi, Paola Cappellin, Paulo Roberto Neves Costa, Renato Boschi, Wagner Iglesias, Wagner Mancuso, Etc.

<sup>3</sup> Reúne investigadores das ciências sociais que analisam o universo empresarial em suas diversas dimensões e se encontram periodicamente para aprofundar o debate científico e ampliar a divulgação de pesquisas sobre estes temas.

<sup>4</sup> Os livros publicados foram: *Empresa, Empresários e Sociedade*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999; *Empresa, empresários e globalização*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002; *Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil. Novas teorias, novas trajetórias*, São Paulo, Editora de Cultura, 2010.

Em 2008, com trabalhos apresentados na edição do workshop deste mesmo ano, foi publicado o dossiê *As empresas e as Ciências Sociais na crise da modernidade*, no volume 18, número 31 da *Revista de Sociologia e Política*. Em 2010, a revista *Política & Sociedade*, volume 9, número 17 publicou o dossiê *Empresariado, Estado e Poder*, com artigos resultantes dos trabalhos apresentados na edição deste mesmo ano do Workshop, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>5</sup> O título da linha é: “Representação de interesses e novas formas de ação coletiva do empresariado”.

focando nos atores econômicos e na relação com o Estado, principalmente pela disputa de protagonismo nas formulações dos interesses e políticas econômicas.

É neste sentido que as autoras Loureiro e Oliveri (2002), realizam uma análise desta literatura apontando para duas perspectivas, em um lado os textos que conferem ao Estado brasileiro o papel de precursor do desenvolvimento econômico, destacando também um posicionamento ativo do *patronato* e considerando que seus interesses tiveram influência no processo de industrialização do país. Esta vertente considera que as demandas e interesses das elites dominantes tem relação com as políticas promovidas pelo Estado, assim existe a importância de se conhecer e estudar os interesses das *elites industriais* e este processo de como se transformam em políticas de governo. Do outro lado, os trabalhos que tem como foco os atores governamentais com papel decisivo, constituindo assim a ideia do Estado como responsável pelo desenvolvimento econômico, frente a uma *elite patronal* com pouco peso político. Neste caso o Estado teria uma capacidade própria de formulação de políticas, que não seria um reflexo de demandas externas de grupos ou classes sociais, mas sim dos atores alocados no interior do aparelho burocrático, dessa forma a análise teria que focar nas dinâmicas internas do Estado e de seus operadores (LOUREIRO e OLIVERI, 2002).

Menos que perspectivas analíticas concorrentes e mais como posições de projetos políticos distintos de desenvolvimento, cada uma delas pode ser fundamental para entender os diferentes momentos históricos e o papel assumido pelo Estado dentro destes contextos, pois em nenhum momento, ocorre a sua ausência, pelo contrário, ora divide o protagonismo dos processos, ora é o principal protagonista. Isto aponta para uma característica não só desses estudos, mas da sociedade brasileira como um todo, onde a construção dos espaços sociais se dá de forma verticalizada, não apenas no econômico, como também na construção de cidadania, de movimentos sociais, sindicatos, e na própria produção acadêmica, ocupando posições na órbita do Estado.

Por exemplo, Hélio Jaguaribe<sup>6</sup> e Nelson Werneck Sodré<sup>7</sup> podem ser considerados os primeiros autores a formularem pesquisas sobre a relação entre a *burguesia nacional* e o desenvolvimento econômico no Brasil. Ambos estavam alocados no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que foi criado em 1955 no Rio de Janeiro, como órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, sendo o principal fomentador do projeto *nacional desenvolvimentista*. As ideias centrais se baseavam na condição de que a *burguesia industrial nacional*, com o apoio do proletariado, poderia promover o processo de industrialização no país,

---

<sup>6</sup> JAGUARIBE, 1956.

<sup>7</sup> SODRÉ, 1958.

substituindo assim as elites “arcaicas”, centradas nos interesses latifundiários e exportadores. Estes autores tiveram muita influência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)<sup>8</sup>, que foi criada em 1948, pelo conselho econômico das Nações Unidas, também compartilhando os ideais nacionais desenvolvimentistas, baseados na aceleração da industrialização, sendo que para este grupo o Estado deveria ocupar o papel principal neste processo, não estabelecendo apenas as condições institucionais, mas construindo e fomentando as condições econômicas.

Posteriormente, já na década de 60, havia os autores alocados na Faculdade de Sociologia da USP e no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)<sup>9</sup>, que demarcaram suas posições contrárias a este primeiro grupo, principalmente por questionar a possibilidade da existência de uma burguesia nacional, pelo fato das elites locais, nos países periféricos, não defenderem os interesses nacionais, pois além de serem dependentes, sua condição está associada ao países centrais. É nessa linha que Cardoso (1964) vai analisar o contexto brasileiro frente a *Teoria da Dependência*, de acordo com o autor, os países "centrais" são identificados nos espaços em que ocorrem a manifestação do meio técnico científico informacional em escala ampliada e os fluxos igualmente fluem com mais intensidade, estando no centro da economia mundial. Já os países periféricos, apresentam-se como aqueles espaços onde os fluxos, o desenvolvimento da ciência, da técnica e da informação ocorram em menor escala e as interações em relação ao centro se dão gradativamente. Com isso o desenvolvimento do Brasil, encarado como um país periférico devido a sua condição agrário-exportadora, está submetido (ou limitado) pelo desenvolvimento de outros países e pelo seu grau de sua inserção no capitalismo mundial (CARDOSO, 1964).

Longe de realizar uma adesão mecânica as ideias de países periféricos e subdesenvolvimento institucional, o mais importante é destacar o papel do Estado tão presente nos projetos de desenvolvimento, frente a ausência da *burguesia* como protagonista do processo de industrialização, o que não significa necessariamente uma fragilidade por parte desse grupo<sup>10</sup>. De qualquer forma, a ênfase recaia muito mais sobre o aparato do Estado, que buscou

---

<sup>8</sup> <http://www.cepal.org/pt-br>

<sup>9</sup> <http://cebrap.org.br/v3/>

<sup>10</sup> Existe uma corrente que vai priorizar o protagonismo da burguesia nacional, contudo a sua ação se dá, na maioria dos casos, em momentos específicos, por uma agenda restrita, inclusive tendo uma ação caracterizada muito mais pelo veto, do que pela proposição de políticas. Por exemplo o trabalho de Payne (1994) busca apreender a participação do empresariado nas mudanças de regime, concluindo que este grupo apoiou tanto o golpe militar, em 1964, quanto a democratização, a partir de 1984. Com isso o empresariado não teria uma preferência política única, mas sim, de acordo com o autor, teria como maior interesse a garantia da estabilidade política. Outro trabalho é o de Cruz (1995), que analisa a pressão do empresariado contra o processo de estatização da dívida externa brasileira, desencadeado na metade da década de 70, como medida do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

centralizar e controlar a mediação política, pois mesmo com a organização dos setores industriais, os principais mecanismos de *representação de interesses* obrigatoriamente passavam pelos canais estatais.

É neste sentido que se encontra a mobilização patronal via sindicato que, apesar de não ocupar posições dentro do Estado, propriamente, estava atrelada ao sistema corporativista estatal, implantado na Era Vargas e que parte de sua estrutura perdura até os dias de hoje. Não procurando analisar a relação Estado/Sociedade como uma articulação de soma zero, o sistema corporativista também foi a preocupação de alguns trabalhos, estabelecendo os vínculos entre os setores público e privado e como adquiriram diversas formas, não apenas de ações conflitivas, mas também de práticas cooperativas, sendo assim o *empresariado* teria a capacidade de assumir um papel importante, utilizando principalmente as vias das entidades patronais estabelecidas pelo Estado (DINIZ & BOSCHI, 2004). Apesar de alguns problemas com o sistema representativo empresarial, este sempre foi o meio mais recorrente e eficaz de sua ação, de acordo com Diniz & Boschi (2004), independente do regime político que vigorava no Brasil, as organizações empresariais sempre tiveram privilégio, tendo voz para seus interesses e muitas vezes acesso direto ao aparelho burocrático estatal, com isso os partidos, historicamente, ficaram em segundo plano nessa relação entre *empresariado* e Estado (DINIZ & BOSCHI, 2004).

Deve ser dado o devido destaque a este sistema corporativista pois ele constitui uma característica do Estado brasileiro e de seu papel político de representação de interesses. A partir da Revolução de 30, vai se desenvolvendo um projeto industrial baseado no protecionismo tarifário e cambial, defendendo o intervencionismo do Estado na economia, mas não na ordem social. O papel interventor do Estado foi sentido logo nos primeiros anos, pois em 1931 o governo de Getúlio Vargas lança o decreto 19.770, a primeira legislação sindical do Brasil, como um sistema que buscava regular a intermediação dos interesses dos dois principais grupos que emergiam no país, os trabalhadores e os empresários.

No que diz respeito à sua organização, os dois principais pontos são a unicidade sindical e a contribuição sindical, que não foram revogadas, apesar das alterações realizadas pela Constituição de 88. A unicidade sindical, atribui a somente um sindicato patronal o direito de representante oficial, organizando as entidades sindicais em federações estaduais reunidas por uma entidade de cúpula nacional, sendo necessária a aprovação dessas associações pelo Ministro do Trabalho. Já a contribuição sindical, também conhecido como imposto sindical, é o pagamento de uma taxa pelas empresas para os seus sindicatos, variando conforme o capital

que possuem, sendo que este dinheiro responde pela sustentação financeira de todos os níveis da estrutura corporativista (MANCUSO, 2007b)

Em 1933 foi criada a Confederação Industrial do Brasil, o que viria a ser a Confederação Nacional da Indústria (CNI), agregando as associações industriais de quatro estados: a Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Federação da Indústria do Rio de Janeiro (Firj), que já estavam ajustadas à nova legislação sindical, mais o Centro Industrial de Juiz de Fora (CIJF) e o Centro Industrial Fabril do Rio Grande do Sul (CIFRS) (LEOPOLDI, 2002, p. 185-186).

As duas primeiras são objeto de estudo de Leopoldi (2000), onde a autora vai analisar o processo de formação e desenvolvimento das entidades representativas da indústria no Rio de Janeiro e em São Paulo e seu envolvimento na formulação de uma política de protecionismo industrial através dos mecanismos tarifários e cambiais, que dura até 1964. De acordo com a autora o regime autoritário combinado com a autonomia das agências decisórias do governo, rompeu com determinados canais das entidades patronais, pois durante o regime militar as alianças foram formadas diretamente com setores específicos, regionais ou com empresas, não passando pelas entidades, que somente com a redemocratização, voltaram a ser representativas, (LEOPOLDI, 2000).

Por isso os trabalhos que tem como objetivo analisar a *elite econômica*<sup>11</sup> durante o regime militar, no sentido atribuído por Loureiro & Oliveri (2002), acabando focando nas dinâmicas internas do aparelho estatal e, com isso, nos membros do governo. As autoras indicam que existem dois tipos de dirigentes no governo, o primeiro sendo os funcionários públicos de carreira; e o segundo como dirigentes externos ao Estado, podendo ser tanto de empresas privadas como quadros da universidade. Isso ocorre, pois, estes postos dentro do governo não são exclusivos para os altos funcionários do Estado, podendo ocorrer uma diversidade das fileiras de origens em relação ao papel que será desempenhado. Por exemplo os estudos apontam que os membros responsáveis pelos ministérios (que teriam um papel administrativo mais direto), são ocupados por funcionários de carreira, já as empresas públicas e agências governamentais, responsáveis pelo desenvolvimento econômico (que teriam um caráter de administração indireta), são formadas por membros que não possuem carreira no funcionalismo público (LOUREIRO & OLIVERI, 2002).

---

<sup>11</sup> Loureiro e Oliveri (2002), consideram como *elites econômicas*, o patronato industrial e os altos funcionários governamentais encarregados da gestão econômica. Estes dois grupos surgiram no Brasil a partir do desenvolvimento industrial e da intervenção governamental na esfera econômica, e do ponto de vista político exercem uma ação complementar dentro dos organismos governamentais.

Seguindo essa linha o trabalho de Martins (1985), vai analisar três agências do governo durante o regime militar, são elas: o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE), o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e a Agência responsável pela política comercial, a Carteira de Comércio Exterior (CACEX), tendo como principal preocupação “primeiro, a de procurar entender a forma concretamente assumida pelo Estado capitalista numa sociedade como a brasileira numa dada etapa do seu desenvolvimento e, segundo, a de problematizar a questão das relações entre burocracia estatal e a estrutura de classes nas condições em que se dá o desenvolvimento do capitalismo no Brasil” (MARTINS, 1985, p. 9).

Para descrever o processo que ocorre no interior do aparato estatal Martins (1985) usa o termo “feudalização” do Estado, em função da concentração de recursos e descentralização das agências, nos moldes de uma empresa moderna. Nesse sentido, o autor afirma que o Estado passou de burocrático para um Estado empresarial, através da cooptação de elites econômicas para comporem a burocracia, assim estes burocratas expressariam uma ideologia desenvolvimentista empresarial ao mesmo tempo em que são apresentados como funcionários técnicos. Por fim, este estudo de Martins (1985), aponta para uma politização das agências burocráticas, pois durante o regime militar outros espaços políticos de disputa, como os partidos e o legislativo eram esvaziados. Essa ideia vai ao encontro do conceito desenvolvido por Cardoso (1975) dos *anéis burocráticos*, que de acordo com o autor seria o modo como se deram as relações das organizações burocráticas, durante o regime militar, com a sociedade, formando um canal para incorporar os interesses sociais, principalmente os econômicos, dentro do Estado.

Seguindo esta lógica, os estudos de Schneider (1994) têm como objetivo aprofundar a análise dos dirigentes das empresas públicas, procurando apreender seus perfis e formas de ação. O autor parte da premissa que o Estado brasileiro não deveria funcionar, devido à extrema fragmentação da burocracia, contudo ela não só cumpre seu papel, como também conseguiu promover a industrialização no país. De acordo com o autor, o que ocorre é uma rápida circulação na burocracia brasileira que enfraqueceria as relações formais com a organização e aumenta a dependência dos laços pessoais. Entretanto este personalismo, para o autor, poderia melhorar o desempenho democrático, devido a abertura de canais de comunicação alternativos baseados nos laços pessoais mais fortes, com isso as preferências dos burocratas dependeriam menos do órgão em que cumprem a sua função e muito mais das suas carreias prévias, condicionando as preferências internamente através da socialização profissional e externamente através dos tipos de comportamentos que levam a promoções a cargos mais altos (SCHNEIDER, 1994). Dessa forma Schneider (1994), aponta que para entender o processo de industrialização brasileira organizado pelo Estado, é necessário encontrar uma ligação entre as



carreiras burocráticas e fomento industrial, sendo que neste Estado não institucionalizado, este elo é forjado por meio das nomeações e promoções pessoais (SCHNEIDER, 1994).

É uma preocupação comum, nestes primeiros autores que analisam o *empresariado* brasileiro, abordar a relação entre o *espaço econômico* e o Estado, focando o comportamento dos agentes econômicos e a capacidade de formulações de demandas. Já foi salientado, anteriormente, o importante papel atribuído ao Estado, não apenas no processo de industrialização, como também na construção de outros processos sociais, ou seja, trazendo para dentro dele a resolução de conflitos e interesses sociais. Contudo existem diferentes lógicas para a *representação de interesses*, que podem ser descritas tanto pelos canais corporativistas, também na cooptação de membros do “empresariado” para dentro do Estado, como em relações pessoais.

Dentro desse quadro e colocando de forma sistemática, a *representação de interesses*, no Brasil, acaba sendo envolvida por duas lógicas distintas, mas que convivem ao mesmo tempo. Uma delas é o corporativismo<sup>12</sup>, já enunciado anteriormente, que consiste em uma estrutural formal e burocratizada, onde o Estado assume o papel de organizador dos *interesses*, diminuindo o conflito entre grupos ou classes, ou seja:

“Um sistema de intermediação de interesses em que as unidades constitutivas estão organizadas em um número limitado de categorias singulares, compulsórias, não-competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou permitidas (senão criadas) pelo Estado e que tem a garantia de um deliberado monopólio de representação dentro de suas categorias respectivas, em troca da observância de certos controles na seleção de líderes e na articulação de demandas e apoios.” (SCHMITTER; 1974, p.65).

Contudo esta lógica formal não dá conta de explicar outras gramáticas possíveis, com isso é necessário abordar as relações informais presentes, que são estruturadas através do clientelismo, ou seja, a lógica informal da *representação de interesses*, baseada em relações de reciprocidade<sup>13</sup>, como pode ser verificada a partir desta definição:

“O clientelismo é um sistema de controle de fluxo de materiais e de intermediação de interesses, no qual não há número fixo ou organizado de unidades constitutivas. As unidades constitutivas do clientelismo são agrupamentos, pirâmides ou redes baseados em relações pessoais que repousam em troca generalizada. As unidades clientelistas disputam frequentemente o controle do fluxo de recursos dentro de um território. A participação em redes clientelísticas não está codificada em nenhum tipo de regulamento formal;” (NUNES, 1997 p.41-42).

É fundamental considerar estes dois sistemas de *representação de interesses*, ainda mais por se tratarem de bases distintas, um apresentando uma estrutura formal e outra informal, sendo

<sup>12</sup> Analisar a estrutura social a partir da lógica Corporativista abre uma série de questões que podem ser vistas em Araujo e Tapia (1991), bem como Offerlé (1998, p. 140), principalmente em oposição as análises pluralistas.

<sup>13</sup> Estas relações interpessoais podem ser identificadas ao longo da história no Brasil, para tanto ver Carvalho (1997).

que o corporativismo foi e ainda é um dos canais de *representação* por parte do *empresariado* brasileiro. Por outro lado, não se pode descartar a lógica do clientelismo, ainda mais se tratando de grupos com prestígio social e dotados, minimamente, de patrimônios econômicos. A partir deste esquema a relação com o *espaço político* ganha outros contornos, para além das instituições políticas e regras do jogo formais.

Contudo, os trabalhos que foram realizados no período pós-88, muitos deles mantiveram a preocupação de analisar a relação dos “empresários”, enquanto grupo social relevante, frente as instituições democráticas, onde o foco principal está relacionado ao *comportamento político* e *representação de interesses*, dentro do atual regime político. Diferentemente, os autores colocados anteriormente, tinha um foco nas relações entre os *agentes econômicos* e o Estado, ou mais especificamente o Poder Executivo, construindo assim o *espaço de atuação e pressão*, seja tanto na ocupação de posições no interior da burocracia, como também pelo viés do sindicalismo patronal e seus canais de acesso. Já com a volta da democracia, ocorreu uma diversificação na análise para outro *espaço de atuação*, focando assim no Poder Legislativo, principalmente no Congresso Nacional.

De acordo com Diniz & Boschi (2004), desde 1988 ocorreram mudanças em diversos espaços da sociedade, pelo lado político, de acordo com os autores, o Poder Legislativo foi reconduzido como o espaço de *representação e conflito de interesses*, e pelo lado econômico, ocorreram reformas liberalizantes, impulsionadas durante o governo Collor, que abriram o mercado para uma maior competição tanto interna, quanto externa. Dessa forma os autores apontam para uma mudança do padrão de atuação política por parte do “empresariado”, a partir do momento em que o poder legislativo passa a ter maior centralidade neste processo, constituiu-se, ao longo do tempo, uma arena política que se transformou no *lócus* para a representação do empresariado (DINIZ & BOSCHI, 2004).

Dentro deste novo quadro, e tendo como foco as preocupações de *comportamento* e *representação de interesses*, os principais trabalhos<sup>14</sup> vão analisar a atuação política do *empresariado* frente a produção legislativa do Congresso Nacional, durante o processo de redemocratização e consolidação democrática. Mesmo assim, os estudos relacionando diretamente *empresários* e posições no *Legislativo*, são de alguma forma escassos<sup>15</sup>, tanto nas pesquisas temáticas que focam no *empresariado* – que primeiramente se dedicaram a analisar as relações com o poder executivo, e posteriormente as relações com o poder legislativo em

---

<sup>14</sup> Pode se elencar como pioneiros destes estudos, os trabalhos de Aragão (1994); Vianna (1994) e Diniz e Boschi (1997).

<sup>15</sup> Diniz e Boschi (2000), Mancuso (2007a) e Costa (2014).

torno do *lobby* e grupo de pressão – quanto nos trabalhos sobre eleições, instituições políticas e Congresso Nacional - que analisam as bases sociais das *elites políticas*, em geral, não procurando um recorte econômico, ou de uma categoria ocupacional ligada a atividades econômicas.

A questão é, independente da problemática de *representação de interesses* e para além do período democrático, a participação de grupos ligados a atividades econômicas ocupando posições no espaço político ocorreu durante vários momentos da história brasileira<sup>16</sup>. Inclusive, a partir das publicações feitas pelo Departamento InterSindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)<sup>17</sup>, considerando o auto posicionamento, atividade preponderante ou pela principal fonte de renda, apontam que os casos enquadrados como *empresários* são o grupo que, praticamente, mais ocupou cadeiras na Câmara dos Deputados nas eleições de 1990 até 2006, ocorrendo variações em determinadas eleições, mas atingindo o percentual de aproximadamente 27,3% no período<sup>18</sup>, enquanto os casos enquadrados como advogados, grupo profissional que geralmente recebe destaque nos estudos sobre elites políticas, no mesmo período giraram em torno de 18,67%. Ou seja, a participação no Congresso Nacional, e em específico na Câmara dos Deputados, de *empresários*, ou mais especificamente, grupos ligados a atividades econômicas, é um fenômeno social demonstrável e pouco analisado, não se tendo informações mais precisas sobre este tipo de relação, que vá além das questões que giram em torno do *comportamento, representação de interesses e agenda legislativa*.

Como apontam Loureiro e Olivieri (2002), os autores dentro dessa temática desenvolveram suas preocupações frente as questões dominantes do debate em cada época que estavam inseridos - o desenvolvimento econômico, transições democráticas, corporativismo, etc. Por outro lado, a abordagem institucionalista, em voga dentro da ciência política, acaba não focando o seu interesse no perfil dos grupos dirigentes, pois o alvo na análise são os impactos institucionais sobre as estratégias dos atores e os resultados das políticas públicas promovidas (LOUREIRO e OLIVIERI, 2002).

Ainda é necessário agregar a esta afirmação, as dificuldades específicas de se trabalhar com *empresários*, que podem ser tanto práticas, quanto teóricas. Por exemplo, um ponto, aparentemente simples a ser colocado, é a própria flutuação de como denominar o objeto que

---

<sup>16</sup> Ver Carvalho (2003) sobre o império, Love e Berickman (2006) sobre a República Velha e Diniz e Boschi (2004) com informações de 1946 até 1999. Sobre momentos específicos ver Braga (1998) em relação a constituinte de 46 e Rodrigues (1987) na constituinte de 87.

<sup>17</sup> “Radiografia do Novo Congresso (<http://www.diap.org.br/>)

<sup>18</sup> Esta porcentagem de ocupação das cadeiras no congresso nacional é muito próxima dos dados apontados por Diniz e Boschi (2004), de 1946 até 1999.

se está analisando dentro das pesquisas, variando de acordo com as correntes teóricas dos autores. Neste sentido é possível relacionar uma gama de categorias apresentadas, como: “burguesia”, “elite econômica”, “empresariado”, “industriais”, “patronato”, que podem ser utilizadas: i) com definições precisas, mas que tomam o objeto como um grupo real; ii) sem um rigor conceitual de definição, apenas jogando com definições universais do que se entende por cada categoria; e iii) a mesma categoria pode ser definida de maneira diferente em trabalhos distintos, de acordo com recortes estipulados pelo pesquisador, dentro de seus objetivos específicos. Estes pontos colocados estão relacionados ao problema de se estipular um recorte empírico para analisar estes *agentes econômicos*, por exemplo os Advogados, são os formados em Direito, os Economistas, são formados em Economia. Já os *Empresários*, estão associados a uma atividade ocupacional que torna sua definição fluída, de difícil apreensão e sistematização.

Dessa forma um questionamento que se coloca é como analisar estes agentes econômicos, e principalmente de que forma construir um objeto de pesquisa que não recaia em: i) um recorte de um grupo real, como no caso “os empresários”, podendo tomar as preocupações deles como as questões da própria pesquisa, sendo que neste caso a própria apresentação como “empresário” deve ser tomada como um recurso social e um trunfo político; ii) uma sobre determinação dos bens econômicos sobre o espaço político, no sentido de considerar de saída qualquer homologia estrutural entre uma posição econômica e uma posição política, sendo necessária a análise de outros tipos de recursos mobilizados.

A saída proposta é ter como o foco da análise os recursos e posições sociais, com o intuito de se tomar dados objetivos sobre recursos econômicos e posições relacionadas a atividades econômicas compartilhadas por este grupo, ou seja, é questionar o próprio universo empírico, procurando indícios de patrimônio que contenha bens econômicos ou de cargos ocupacionais dentro de empresas privadas. Com isso o objeto deste trabalho não é analisar somente “empresários”, mas sim inferir determinados padrões, a partir destes 235 casos, das possíveis relações entre o *espaço econômico* e a *política*.

Dentro desse quadro, a inspiração para o trabalho de tese está presente dentro de todos os autores colocados anteriormente, a partir da análise dos tipos de relações entre agentes com posições econômicas e o Estado, ou mais especificamente a política, dentro de contextos específicos. Principalmente quando se trata do período posterior a 1990, tendo o poder legislativo, como um espaço importante de atuação dentro da política. Contudo, é importante pontuar que estas problematizações e soluções propostas para o objeto deste trabalho, surgiram justamente a partir de outras leituras realizadas ao longo da pesquisa doutoral culminando neste

estágio da construção do objeto. Por isso, neste momento, é fundamental apresentar o esquema analítico que embasa esta tese, a partir de categorias presentes na *sociologia política francesa*, mas considerando as diferenças de contextos de onde se operacionaliza a pesquisa.

## 1.1 Esquema Analítico

É importante frisar a diferenciação das preocupações colocadas para este trabalho, em relação aos demais autores consagrados na temática sobre *empresariado e política*, esta pesquisa deixa de ter como foco os *atores e os grupos* econômicos, para recair nos *recursos e trajetórias* dos agentes, bem como o problema não é centrado no *comportamento e representação de interesses*, mas sim nas *estratégias de reprodução das posições sociais*. Nestes termos não somente as questões propostas para o objeto se diferem, como a própria construção deste, também partindo de outras categorias analíticas, que serão apresentadas a seguir, como a noção de *espaços, recursos e posições*.

Iniciando com a discussão de *espaço social*, sua noção pode ser apresentada como: “Um conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre” (BOURDIEU, 1996, p. 18-19). Esse conceito permite uma visão espacial do social, onde os agentes ou grupos, estariam distribuídos neste espaço de acordo com a sua *posição social*, que é definida principalmente por dois princípios de diferenciação: o *capital econômico* e o *capital cultural*. Com isso os agentes estariam distribuídos, em uma primeira dimensão, com relação ao seu volume global de capital, e em uma segunda dimensão de acordo com o peso relativo destes dois princípios de diferenciação.

“Assim, na primeira dimensão, sem dúvida a mais importante, os detentores de um grande volume de capital global, como empresários, membros de profissões liberais e professores universitários, opõem-se globalmente àqueles menos providos de capital econômico e de capital cultural, como os proprietários não qualificados; mas, de outra perspectiva, isto é, da perspectiva do peso relativo do capital econômico e do capital cultural no seu patrimônio, os professores (relativamente mais ricos em capital cultural do que em capital econômico) opõem-se de maneira nítida aos empresários (relativamente mais ricos em capital econômico do que em capital cultural) (BOURDIEU, 1996, p. 19).

Entretanto, como o próprio autor coloca, essa divisão do espaço social através do capital econômico e cultura deve ser considerado com ressalvas, pois este aporte está ancorado em sociedades “modernas”, ou mais desenvolvidas, dando o exemplo de Japão, França e Estados

Unidos, ou seja estes dois tipos de capitais existiriam dentro de espaços específicos com um grau de autonomia, pois teriam regras e interesses próprios, construindo assim um *campo* - nesse caso o campo econômico e o campo cultural, sendo, respectivamente, o capital econômico e o capital cultural os *capitais* específicos de hierarquização e disputa dentro destes *campos*.

Além das especificidades do *campo*, a sua existência *a priori* não é dada, por isso é necessário o devido cuidado em uma simples operacionalização destas categorias, principalmente em outros países. Como foi colocado anteriormente, o Brasil está inserido em um contexto que é o resultado de um processo histórico específico, por isso existem diferentes lógicas de hierarquização e mecanismos de dominação que vão além do cultural e econômico, da mesma forma que seria necessária a comprovação deste processo de autonomização dos espaços sociais em *campos* na sociedade brasileira.

Dentro deste contexto os *capitais* são mais difíceis de serem objetivados, pois não estão ancorados em condições impessoais de dominação, mas sim em relações de reciprocidade interpessoal, como já foi colocado anteriormente as lógicas acabam sendo ancoradas no capital de relações pessoais. Os mecanismos objetivos, como por exemplo o *mercado escolar*, é constituído por lógicas que buscam basicamente a manutenção destas relações sociais, baseando o reconhecimento no capital social<sup>19</sup> e simbólico<sup>20</sup>, e não necessariamente em títulos escolares e diplomas, que seriam o *capital cultural institucionalizado* (BOURDIEU, 1994, pg. 8-9).

É dentro desse quadro que se utiliza então a noção de *espaços* e não *campos*, partindo da lógica que para se utilizar o segundo, seria necessário comprovar uma autonomização do espaço, que não é o objetivo deste trabalho. Da mesma forma que se não há um *campo*, também é abandonada a noção de *capitais*, utilizando assim *recursos*, que também possuem sua dimensão simbólica e social, mas não necessariamente institucionalizada. Neste sentido a *posição social* continua sendo determinada a partir dos diversos recursos sociais dentro de seus espaços respectivos.

Dito isso e considerando a ressalva exposta, parte-se de uma concepção ampla de espaço social, indo além do recurso escolar e econômico como os únicos princípios de diferenciação, abrindo assim uma possibilidade para outros tipos de patrimônios de recursos sociais que podem ser considerados para a objetivação das posições sociais. *Espaço social* seria então constituído por essas relações de disputa entre diferentes posições hierarquizadas, a partir da

---

<sup>19</sup> Capital Social como rede de relações (BOURDIEU, 1980)

<sup>20</sup> Capital simbólico como uma dimensão representativa dos recursos sociais (BOURDIEU, 1994)

quantidade e tipo de propriedades de recursos sociais, distribuídos de forma desigual, que também estão em jogo pela manutenção ou mudança dessa mesma posição social.

Dentro deste *espaço social* estão outros *espaços* que desempenham atividades específicas, contudo sem se constituírem em lógicas autônomas, sendo dois deles fundamentais para esta pesquisa: o *espaço econômico* e o *espaço político*. Primeiramente, tanto em um como no outro existem agentes em disputas pelos principais recursos disponíveis, havendo a separação entre os que ocupam posições dentro destes espaços e os de fora. No espaço econômico esta relação pode ser definida pelos seus Produtores x Consumidores, na lógica da política sendo colocada como, Eleitos x Eleitores. Da mesma forma que existem posições hierárquicas dentro de cada um desses *espaços*, definidos pela posse dos recursos específicos.

A partir da definição de que o *campo econômico* é onde “as condutas podem se atribuir publicamente como fim a busca aberta de maximização do lucro material individual” (BOURDIEU, 1997, p. 22), pode ser feita uma relativização a partir deste conceito, pois por não haver um *campo*, esta apresentação direta dos interesses individuais, no caso o lucro, são atravessadas por outras lógicas, principalmente ao apresentar o interesse de forma desinteressada. Contudo ao focar na posse de recursos econômicos (patrimônios e atividades ocupacionais), e não nas condutas, apresenta-se um dado objetivo na construção deste espaço. Sendo assim os recursos econômicos que indicam o pertencimento ao *espaço econômico*, só devem ser entendidos como tal a partir da finalidade de gerar lucro material dentro do meio privado.

Já o *campo político* dentre as diversas questões formuladas, pode ser considerado como “o lugar de uma concorrência pelo monopólio do direito de falar e agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos” (BOURDIEU, 2007, p. 185). Partir desta dimensão ampla, é possível considerar as diferentes lógicas presentes na *política*, como por exemplo o *mercado eleitoral*, espaço de concorrência para o recrutamento de postos eletivos; assim com a lógica da *representação política*, que está associada ao direito de falar e agir em nome de alguém; e por fim, existe a própria dimensão da atividade política no sentido da prática regida pelas regras internas do espaço.

Outro ponto fundamental é que independente do *espaço*, os recursos que o constituem sempre estão em jogo, principalmente devido a sua distribuição desigual, existe uma concorrência pela acumulação e definição dos que são pertinentes, ou seja, existe uma luta pelo princípio de legitimação social de cada recurso, pois ele não pode ser justificado por si mesmo. Com isso sua “validade”, “importância”, ou seja, o seu peso simbólico é construído através de um processo social de legitimação, que pode estar ligada a instituições ou relações pessoais.

Este processo pelos quais os agentes procuram manter ou aumentar seu patrimônio de recursos, está correlacionado com a manutenção ou aumento de sua posição no espaço social, que são a base das *estratégias de reprodução* (BOURDIEU, 1989, p. 377).

Estas *estratégias de reprodução*, diferentemente de uma simples retenção de recursos, possuem uma dimensão simbólica, baseada na representação do montante total de recursos que pode ir além da soma das partes, variando de acordo com a sua posição social. Ou seja, o diploma escolar, o montante de dinheiro, o cargo político, só ganham significado ao serem inseridos nas dinâmicas dos espaços, onde podem ser considerados mais ou menos valorizados. Com isso estes recursos não possuem valor em si mesmo, da mesma forma que os agentes que possuem estes três tipos de recursos podem ocupar posições distintas no espaço social, influenciadas pelas diferentes capacidades de apresentar estes recursos, de acordo com sua posição na estrutura, como valorizados.

É importante frisar que não se pode imputar este tipo de estratégia a uma lógica de cálculo racional ou a uma ação intencional, neste sentido o significado das ações tomadas, podem ser justificadas pelos agentes pelas razões mais diversas. Com isso o sentido de *estratégia* passa por entender diferentes práticas, que não foram necessariamente organizadas explicitamente para este fim, mas que acabam contribuindo para a reprodução e preservação dos recursos possuídos e posições ocupadas (BOURDIEU, 1989, p. 386).

As reconversões são um tipo específico de estratégia de reprodução, que visa manter ou mudar sua posição dentro da estrutura social, mas sendo caracterizada por uma mudança de *capital*, diferentemente da reprodução simples, que se baseia na manutenção ou aumento do capital específico, sem alterar a sua base, como em estratégias educativas ou matrimônias (SAINT-MARTIN, 2008). Um exemplo que se pode dar é a *pantouflage*, termo francês que designa a mudança de capital burocrático para capital econômico, ou seja, casos que após trilhar uma carreira dentro de cargos estatais, passa a atuar no setor privado.

Existe uma discussão importante sobre as estratégias de reconversão, principalmente por estarem baseadas na mudança de estruturas de capital, questionando a necessidade do abandono total da estrutura passada e a construção sobre uma nova lógica (*reconversões totais*), ou se seria possível a manutenção simultânea de diferentes capitais e lógicas (*reconversões parciais*) (SAINT-MARTIN, 2011).

Partindo da realidade brasileira, tomada por diferentes lógicas de hierarquização e dominação, sem uma diferenciação significativa entre os espaços sociais, toma-se como possível estas reconversões incompletas dentro deste trabalho, ou seja, em um sentido prático ocupar uma posição política não exige um abandono total da posição econômica. É neste



sentido que retomamos Saint-Martin, quando a autora coloca que se observa constantemente um conjunto de recursos mobilizados, onde o volume dos recursos não é o mais importante, mas sim a diversidade deles, apontando para alguns estudos na França que encontraram verdadeiras dinastias empresariais, caracterizadas por um acúmulo de diferentes tipos de capitais, como: cultural, escolar, social e também econômico (SAINT-MARTIN, 2008).

Estas mudanças por reconversão são difíceis de captar, o que se pode observar mais facilmente são recomposições dentro do grupo, expressas por uma diferenciação no recrutamento, mas sem modificar a estrutura de poder. Questionar as renovações de condições de recrutamento, bem como a circulação de “elites”, traz uma análise mais objetiva, que pode ser expressa na observação de três eixos: i) a seleção através da formação, onde o capital escolar está associado a fabricação de excelências, sendo assim um lugar de produção de elites; ii) as redes de relações intra-elite, expressas em uma concorrência, cooperação e exclusão; iii) as trajetórias sociais e carreiras sócio profissionais, procurando os percursos comuns e momentos de bifurcação pela busca de se chegar ao topo (BOUSSARD e BUISSON-FENET, 2010).

É neste sentido que a preocupação do trabalho acaba tendo como foco as diferentes posições ocupadas dentro dos espaços possíveis, podendo ser consideradas, inclusive, de forma simultânea. Sendo que esta capacidade de ocupar posições em diferentes espaços pode ser considerada um indício de autonomização de *campo*, ou seja, quanto menor é a autonomia de um *campo*, maior é a probabilidade de seus ocupantes terem posições em outros *campos* distintos. Assim a multiplicidade de posições que um agente pode ocupar é um importante indicador de poder geral dentro da superfície social, combinando a concentração de volume com a diversificação da estrutura dos recursos (BOLTANSKI, 1973).

Como já foi colocado anteriormente, este trabalho está partido justamente da noção de *espaços*, cujo grau de autonomização é menor do que os *campos*, com isso esta possibilidade de ocupar diferentes posições de forma simultânea é ainda mais forte, pois o custo das *reconversões* é ainda mais baixo ou inexistente.

Para dar conta da apreensão dessas diferentes posições sociais de forma longitudinal, utiliza-se da análise de *trajetória*, procurando demonstrar as diferentes posições ao longo do tempo e não necessariamente de forma estática. O mais importante é não considerar a sucessão dessas posições de forma linear e como se estivessem ligadas a escolha racional, visto que existem lógicas de continuidades e quebras que podem ser identificadas, nem sempre controladas pelos agentes. Abordar esse tipo de análise é colocar uma dimensão dinâmica aos casos analisados, compondo as diferentes posições que seguem entre a origem e a posição de chegada, da mesma forma que a posição de início, é um importante indicador, pois condiciona

as *trajetórias* sociais possíveis (BOURDIEU, 2002). Contudo não se pode restringir a análise de *trajetórias* somente a posição em si, visto que as alocações e deslocamentos no espaço social, relacionadas com a estrutura de distribuição de diferentes recursos nos espaços considerados, só ganha sentido em relação a outras posições dentro do mesmo espaço (BOURDIEU, 2011, p. 81-2), por isso, menos que um trabalho de descrição das biografias de vida individuais, o ganho deste tipo de análise é estruturar as posições semelhantes compartilhadas.

Dentro destas categorias a noção de *carreira* está associada à de *trajetória*, contudo foi tomada de forma específica para designar a atividade política. Então, sobre a noção de *carreiras*, seriam posições sociais determinadas pelas *trajetórias*, mas constituídas de ações que o agente escolhe em seu próprio nome, dentro de espaços específicos com regras e constrangimentos próprios, que podem gerar sanções ou recompensas de acordo com reações escolhidas (PASSERON, 1990 p.20). Seguindo esta lógica a *carreira política*, consiste então na ocupação de diferentes postos políticos, cujo principal objetivo de seus ocupantes é a reprodução destas posições e adquirir possíveis ganhos com esta posição (OFFERLÉ e GAXIE, 1985). É neste sentido que se pode pensar a *carreira política*, em seu grau de profissionalização, principalmente em relação a viver para a política (WEBER, 2007), mas não necessariamente da política, visto que existe a possibilidade de disporem de bens econômicos.

No caso brasileiro, é importante salientar que devido a porosidade dos diversos *espaços sociais*, existem duas dinâmicas que envolvem o *espaço político*. A primeira se refere a sua lógica interna, que mesmo dentro de sua definição enquanto *campo*, sua autonomia é sempre relativa, pelo simples fato dos políticos para serem eleitos precisam de votos dos profanos, ou seja, a permanência dos cargos eletivos (*posição política*) depende de uma lógica externa ao *campo*. Contudo no Brasil a apresentação política para os eleitores pode obedecer diversos princípios, por exemplo no alto patrimônio econômico ou na apresentação como “empresário”, existe uma dimensão simbólica de “sucesso pessoal”, que não se restringe ao espaço econômico, tendo um peso social e podendo ser colocada como um trunfo político. Por outro lado, assim como é possível a apresentação de “qualidades pessoais” de diversas ordens para o *mercado político*, as *posições políticas* também servem como trunfos sociais de notoriedade e consagração social. Onde a partir do *espaço político* é possível acessar diversas redes de relações pessoais e com isso posições em outros espaços sociais, é neste sentido que a entrada na política é considerada uma *estratégia de reprodução social* na manutenção ou aumento da posição global (BADIE e HERMET, 2001, p. 177-9).

O *espaço político* se constitui então nesta mão dupla, consagrando socialmente pessoas que podem dispor de diferentes recursos sociais, em quantidades distintas, e também

garantindo, a partir do acesso a política, uma rede de relações e a possibilidade de diversificar ou aumentar estes recursos sociais. Nestes termos é que a entrada e a permanência no *espaço político* se constitui como uma *estratégia* para manter ou aumentar a *posição social* dos agentes.

Enfim, este esquema analítico que está relacionado a abordagem da *sociologia política francesa*, designada por estes autores principais apresentados, fundamenta as questões teóricas e metodológicas deste trabalho. Contudo isso não significa uma adesão aos pressupostos ou instrumentalização de conceitos, tanto que nos dois próximos itens da introdução, existe todo um trabalho para que estas noções apresentadas façam sentido operacional, frente ao contexto de outro país, que não a França, e dentro dos dados e informações disponíveis de serem coletados e analisados.

## 1.2 Problemática, Objeto e Objetivo Geral

Um dos primeiros pontos essenciais para este trabalho parte da problematização entre *grupos econômicos e política*, que em um sentido amplo é colocado para qualquer agente ou grupo social, onde não existe *a priori* uma passagem direta, mecânica ou “natural” de determinados indivíduos para a *política*, ou seja, a entrada no espaço político é o resultado de um processo de mobilização bem sucedida de recursos sociais, que podem ter sido herdados ou adquiridos no decorrer da trajetória social e profissional, que são valorizados social e politicamente, tanto na apresentação para os eleitores como candidato e assim angariando votos, como também para o próprio espaço político entre os seus pares e profissionais da política (DULONG, 1996; LEVEQUÉ, 1996; MATHIOT e SAWICKI, 1999; OFFERLÉ, 1999).

No caso específico de se trabalhar com os casos relacionados a atividades econômicas, é colocar em suspenso qualquer relação de determinação entre a posse de recursos econômicos e a ocupação de cargos políticos, mas por outro lado desconsiderar estes recursos como fundamentais também seria no mínimo problemático, por isso é necessário analisar as possíveis diversificações e combinações com outros recursos sociais, para além do econômico.

Sendo assim a própria categoria de *empresariado* pode ser questionada, para além das críticas já apresentadas, como a sua fluidez que está relacionada com esta categoria social por se tratar de uma atividade ocupacional, ou seja, não existe um diploma universitário para ser

*empresário*, apesar de haver áreas e cursos mais próximos<sup>21</sup>. Na mesma medida, a própria noção de *empreendimento* também é fluída, podendo ser desde uma grande indústria até um pequeno comércio. É claro que existem meios objetivos de diferenciação dos portes, como por exemplo o número de funcionários e o lucro anual, definindo o tamanho das *empresas*, mas de qualquer forma desde o proprietário da microempresa, o acionista de uma sociedade anônima, o executivo financeiro até o diretor geral de uma multinacional, podem ser enquadrados ou se posicionarem como *empresários*<sup>22</sup>. Este é o segundo problema da categoria, ela permite de uma maneira menos rigorosa, ao ser comparada com profissões, o auto posicionamento, ou seja, um “uso” como recurso social de apresentação que está vinculado com um peso simbólico de pessoa “bem-sucedida” socialmente. Da mesma forma que o seu “desuso” também merece o devido cuidado, no caso de pessoas que detém atividades econômicas, mas não se apresentam como *empresários*, sendo que estes casos só podem ser identificados analisando a combinação com outros recursos sociais, como por exemplo a apresentação profissional pelo diploma escolar de diversas ordens, mesmo sem exercer a profissão (CORADINI, 2001).

Com isso, não é intenção deste trabalho apontar quem são os *empresários na política*, no sentido de elencar os indivíduos e delimitar quem estaria dentro ou fora desse grupo, justamente por existirem essas diferentes lógicas de apresentação e mobilização de recursos sociais, correndo o risco de estruturar a pesquisa considerando como universo somente os casos de auto posicionamento<sup>23</sup>. Da mesma forma, ao considerar a própria categoria de atividade ocupacional como um recurso que está em jogo, nestas lógicas de apresentação, não convém delimitá-la através de uma definição, pois cada caso pode se identificar como *empresário* e dispor de diferentes recursos e trajetórias. Partindo desta heterogeneidade, também não é intenção considerar este grupo como pré-existente na realidade, da forma que tenha visão de si e que se articule de forma coesa e conjunta<sup>24</sup>.

Ratificando, nestes termos, a problemática da pesquisa está centrada em como se dá esta relação entre o *espaço econômico* e *espaço político*, a partir da ocupação de diferentes posições econômicas e sua combinação com outras posições sociais e a sua relação com o sucesso eleitoral e ocupação de posições políticas. Deste modo, considerando a entrada na política como

---

<sup>21</sup> Existem trabalhos que problematizam as classificações ocupacionais, principalmente as que não são definidas como profissões, não sendo relacionadas a diplomas superiores, bem como as categorizações em torno do *patronato* (ZARCA, 1993).

<sup>22</sup> Guardadas as devidas proporções pode ser relacionado com os “Cadres” analisado por Boltanski (1982), onde o autor analisa um *grupo social* e não necessariamente uma classe.

<sup>23</sup> Sobre esta ideia de não construir a pesquisa em torno de um objeto real ver a discussão de Bourdieu (1998) e para uma aplicação prática sobre *elites* ver Charle (1987)

<sup>24</sup> Sobre esta crítica ver Offerlé (1998 e 2009)

uma *estratégia* de diversificação ou aumento de recursos sociais, que está ligada com a *reprodução* de posições sociais, na linha de “mudar para conservar<sup>25</sup>”.

Para dar conta dessa problemática, o universo de pesquisa deste trabalho é composto de políticos que foram eleitos e ocuparam o cargo de Deputado Federal, entre os anos de 1990 e 2010, no Brasil, tendo declarado ocupar a profissão de *empresário*, ou cuja principal fonte de renda ou atividade ocupacional, esteja relacionada com o meio privado. Este universo foi composto, primeiramente, através dos documentos elaborados pelo DIAP, devido à ausência de outra fonte sistemática com as informações sobre os Deputados Federais que detém recursos e atividades econômicas como principal fonte de renda, mas não se declaram como *empresário*.

Apenas frisando, novamente, que o objetivo não é a demarcação de um grupo, por isso é de grande valia partir deste recorte que está contemplado com diferentes lógicas de apresentação profissional, mas tendo como ponto em comum relações com recursos e atividades econômicas, onde até mesmo essa informação será colocada em suspenso no decorrer da análise, confirmada somente através de outras fontes e dados.

Sendo necessário um ponto de partida, e dentro dessas condições, considerou-se tomar os Deputados Federais apontados de acordo com os critérios do DIAP como casos que estão relacionados a posições econômicas ou com a apresentação como *empresário*, assumindo também possíveis falhas deste recorte inicial, por isso a preocupação de confrontar estes dados iniciais a partir das categorias e informações coletadas por esta pesquisa.

A justificativa referente ao recorte inicial de deputados e o período, basicamente se devem ao acesso diversificado de fontes disponíveis para esta classe de políticos, diferentemente de outros cargos, e principalmente após 1990 elas estão sistematizadas, sendo que nos anos mais recentes estão disponíveis em sítios e plataformas online, facilitando a coleta e construção do banco de dados. No que se refere a estas fontes de dados, como foi colocado, parte-se dos estudos elaborados pelo DIAP, “A Radiografia do Congresso Nacional”<sup>26</sup> (de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006), para a seleção dos casos que compõe o universo empírico, totalizando 235 Deputados Federais. Em um segundo momento foram coletadas as informações destes casos no sítio da Câmara Federal<sup>27</sup>, sendo complementados pelas fichas elaboradas, no

---

<sup>25</sup> Ver Bourdieu (1989)

<sup>26</sup> No ANEXO B constam algumas páginas da “Radiografia do Congresso Nacional”, para exemplificar este material.

<sup>27</sup> No início de cada legislatura, o novo deputado preenche uma ficha cadastro para posse contendo seus dados pessoais, documentos, informações a respeito de atuação profissional e atuação política. Esses são registros externos à Câmara, e de responsabilidade do deputado. Após o preenchimento o cadastro é entregue impresso e assinado. O fornecimento das informações biográficas é optativo; portanto, o deputado preenche o conteúdo que tem interesse em divulgar no Portal. As informações que dizem respeito à biografia são revisadas. (In. [www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br))

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)<sup>28</sup>, que compõem o Dicionário Histórico Bibliográfico (DHBB)<sup>29</sup>. Outros dados mais específicos, foram coletados no sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>30</sup>, no caso das declarações de bens<sup>31</sup>, e no sítio do Ministério das Comunicações<sup>32</sup> e no Donos da Mídia<sup>33</sup>, sobre as concessões de rádio e televisão.

Este trabalho pretende produzir análises e conclusões sobre estes casos analisados, qualquer tentativa de generalização e universalização dos achados desta pesquisa para “todos os empresários na política” seria extrapolar as intenções aqui colocadas, pois seria necessária a verificação e confirmação empírica, da mesma forma que contraria o que já foi colocado que não se pretende analisar o *empresariado* como grupo, mas sim os possíveis recursos e trajetórias.

O universo de pesquisa, composto destes 235 políticos que ascenderam ao cargo de Deputado Federal, não se constitui necessariamente como o objeto da pesquisa, mas é somente a partir destes indivíduos que serão coletadas as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Tanto para a problemática, quanto para os objetivos de análise o objeto de pesquisa são os recursos e trajetórias sociais disponíveis e desempenhadas por eles como forma de sistematizar as posições ocupadas por estes agentes antes do sucesso eleitoral, e a sua relação com o a entrada e perpetuação no espaço político. É somente através destas variáveis de forma relacionada que se pode apreender as diferentes posições sociais ocupadas ao longo da vida destes agentes e estabelecer as relações entre os padrões de entrada e carreira política.

Assim a pergunta colocada por esta pesquisa é: quais são as posições sociais ocupadas combinadas com as trajetórias sócio profissionais desempenhadas, possíveis de serem

---

<sup>28</sup> O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Criado em 1973, tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação (In. cpdoc.fgv.br).

<sup>29</sup> Em 1974, o CPDOC deu partida ao projeto de elaboração do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro obra de referência voltada para a história do Brasil no período pós-1930. O Dicionário foi publicado em 1984 e esgotou-se pouco tempo após o lançamento. Ainda nos anos 1980 foi iniciada a atualização da obra, o que reflete a própria continuidade do trabalho do CPDOC, de recolher, organizar e divulgar informações sobre a história contemporânea do país. Uma segunda versão do Dicionário foi lançada em 2001 em cinco volumes com cerca de 6.600 verbetes e um ano depois, sua versão multimídia, em CD-Rom, também foi colocada à disposição. Em 2010, graças ao apoio do Banco Real - Grupo Santander Brasil, o Dicionário ganhou uma nova atualização, contando agora com cerca de 7.500 verbetes, todos passíveis de serem consultados e lidos na íntegra a partir da base de dados integrada do acervo do CPDOC (In. <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>).

<sup>30</sup> <http://www.tse.jus.br/eleicoes>

<sup>31</sup> No ANEXO C, consta um exemplo de Declaração de Bens entregue ao TSE.

<sup>32</sup> <http://www.mc.gov.br/images/dados-sobre-outorgas>

<sup>33</sup> <http://donosdamidia.com.br/>

mobilizadas, que condicionam o recrutamento político, em um primeiro momento, e a perpetuação na política, posteriormente? Sendo que a hipótese que responderia esta pergunta, não está centrada em um padrão único, mas sim em uma lógica de diversificação de recursos sociais, onde quanto mais posições em diferentes espaços forem ocupadas, maior é a possibilidade de perpetuação no espaço político.

Sendo que é necessário a busca e apreensão desta diversidade de posições, os objetivos principais deste trabalho são: i) determinar estas posições sociais a partir da mobilização de recursos econômicos e sua combinação com outros recursos escolares disponíveis; ii) categorizar as diferentes lógicas de apresentação profissional, e a relação com os recursos sociais mobilizados, iii) apreender as trajetórias profissionais, bem como suas continuidades ou mudanças em relação a ocupação de atividades econômicas ao longo da vida destes agentes; e, por fim iv) relacionar o tipo de entrada na política e o seu grau de perpetuação de acordo com os diversos recursos sociais categorizados, inferindo os padrões de carreira política, através da sua duração e profissionalização.

Antes de detalhar os objetivos específicos, a partir dos objetivos principais, é necessário salientar que todas as preocupações são embasadas pelo esquema analítico apresentado anteriormente, construído a partir de autores dentro da *sociologia política francesa*, sendo inspirados nos trabalhos de Pierre Bourdieu e outros autores, com isso também é necessário um cuidado na transposição deste esquema para diferentes contextos. Independentemente de serem sociedades periféricas, ou não, o principal ponto é que são contextos e processos históricos diferenciados, exigindo assim uma adaptação ao partir de categorias construídas para a realidade francesa e sua transposição para o Brasil. Com isso os objetivos principais e específicos são uma tentativa de relativização dessa abordagem, contendo preocupações gerais independentes e outras específicas da realidade que este trabalho está inserido.

### **1.3 Desenho da Pesquisa**

A partir das justificativas já enunciadas do universo da pesquisa, tem-se 235 casos que constam no “Radiografia do Congresso Nacional”, elaborado pelo DIAP, tendo atividades econômicas como principal fonte de renda ou se auto posicionaram como *empresários*, sido eleitos para o cargo de Deputado Federal entre as eleições de 1990 até 2006, ou seja, exercendo a função durante 1990 e 2010.

A partir destes casos se pretende analisar a relação entre as posições e trajetórias sócias prévias, sobretudo as associadas com as atividades econômicas, e a sua relação com o recrutamento político e os padrões de carreira que podem ser seguidos por este grupo. Com esse intuito a pesquisa procurou coletar dados e informações em 3 frentes, sendo cada uma delas ligada aos objetivos gerais, sendo desdobradas nos objetivos específicos, procurando dar conta das diversas formas possíveis de se relacionar com empreendimentos econômicos, e uma última frente relacionada com os cargos e carreira política.

Retomando alguns pontos já abordados anteriormente, a problemática está centrada na relação entre *espaços*, neste caso *o econômico e o político*, tendo como questão que guia a pesquisa quais seriam os padrões possíveis de entrada e permanência na política, a partir das posições econômicas e sociais ocupadas anteriormente. Neste sentido o objeto de estudo são justamente os recursos disponíveis e trajetórias sociais desempenhadas por estes casos, como forma de sistematizar as posições ocupadas, antes do sucesso eleitoral, e a sua relação com as carreiras e posições políticas.

Antes de tudo, foram coletadas algumas informações básicas, como os nomes completos de todos os casos, informação que já apresentou dificuldades, visto que em diversos casos os nomes contidos em documentos oficiais eram diferentes dos utilizados na política, ou mesmo grafias erradas e também a utilização do nome do pai ou avô, sem qualquer diferenciação. Em seguida as datas de nascimento, que serão relacionadas a outras datas no decorrer do trabalho: a cidade e estado de nascimento, para analisar a localidade e regiões de origem; e por fim o sexo declarado de cada caso.

O primeiro objetivo geral seria então determinar estas posições sociais a partir da mobilização de recursos econômicos e sua combinação com outros recursos sociais disponíveis. Para tanto foram coletadas as informações referentes ao montante de patrimônio<sup>34</sup> que cada um destes casos dispunha em suas declarações entregues para a justiça eleitoral, não realizando uma comparação entre elas, mas sim tomando o maior valor total como dado. Esta informação foi considerada como o indicativo de recursos econômicos, para objetivas sua posição, ou seja, quanto maior a declaração de patrimônios, maior a sua *posição econômica*, estas posições foram categorizadas em faixas, que serão apresentadas no capítulo seguinte. Indo além dos montantes brutos das declarações, e aproveitando os dados contidos neste material, também se analisou os

---

<sup>34</sup> Existe uma dimensão simbólica da riqueza que está relacionada ao prestígio social e com a possibilidade de acesso a outros bens, que não seja necessariamente materiais (PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 2007)



tipos de empreendimentos declarados<sup>35</sup>, sendo sistematizados de acordo com os setores e ramos da economia. Este dado foi fundamental para constatar a posse de bens relacionados a atividades econômicas, como a propriedade de comércio, fábrica ou fazendas, bem como a participação em ações ou quotas de capital em empreendimentos. Para além das declarações entregues ao TSE, também foram utilizados os dados oficiais sobre outorgas de concessões de rádio e televisão, sendo considerados como atividades econômicas, e não somente como meios de comunicação. A partir destas informações<sup>36</sup> foi possível analisar quais casos detinham, em seus patrimônios, bens relacionados a atividades econômicas, sendo uma primeira dimensão para inferir o pertencimento ao *espaço econômico*.

Ainda com o intuito de analisar as posições sociais, mas desta vez a sua relação com outros recursos sociais disponíveis, elencou-se os recursos escolares como o principal trunfo cultural que poderia ser combinado com os recursos econômicos<sup>37</sup>. Dessa forma, foram coletadas as informações referentes ao grau de escolaridade destes casos, sendo então estes níveis o recurso principal para determinar a *posição escolar*, com isso os casos que dispõem de, no mínimo, o ensino superior completo, ocupam a posição escolar alta, independente de outros cursos posteriores realizados. Entretanto também foram analisadas as demais informações disponíveis e relacionadas a estes trunfos escolares, como por exemplo os cursos e áreas de conhecimento compartilhados pelos casos com diploma superior, as características das Instituições de Ensino, no caso de serem particulares ou federais, da mesma forma, a localidade destas, em relação a se situarem na capital de um estado ou em seu interior. Por fim outros cursos realizados, dando destaque para circulações internacionais<sup>38</sup> realizadas, e também os demais títulos obtidos, principalmente em relação as pós-graduações.

Para analisar uma segunda dimensão de relações com o *espaço econômico* e partindo do recorte que compôs o universo de pesquisa, foram coletadas as declarações profissionais realizadas pelos 235 casos, em suas fichas biográficas na Câmara dos Deputados. Este posicionamento é feito pelo próprio deputado, ao tomar posse, sendo necessária a assinatura do documento, confirmando as informações colocadas, onde também há a possibilidade de exclusão de algum ponto que não deseje ser publicado. Dessa forma este dado foi considerado

---

<sup>35</sup> Os diversos bens declarados que foram considerados como atividades e empreendimentos econômicos podem ser vistos no Apêndice A

<sup>36</sup> Esta variável acabou se tornando um dos condicionantes de pertencimento ao espaço econômico, no sentido de atividades que visam especificamente o lucro.

<sup>37</sup> As abordagens sobre o recrutamento dentro das grandes empresas, analisam a importância atribuída ao capital escolar, para não reduzir a reprodução social à dimensão econômica, buscando também lógicas de seleção específicas expressas em uma tipologia de “trunfos”, ligados ao diploma inicial (BAUER e BERTIN-MOUROT, 1997; JOLY, 2007).

<sup>38</sup> Dezalay e Garth (2001).

como um recurso de auto posicionamento profissional, sendo necessário pontuar que existem outros espaços e momentos de apresentação, contudo podem ser de difícil acesso e sistematização, considerando então esta declaração profissional uma das variáveis para serem analisadas. A partir das informações coletadas, foram consideradas as ocupações/profissões<sup>39</sup> declaradas de cada um dos casos, sendo sistematizadas a partir das lógicas mobilizadas para esta apresentação<sup>40</sup>, resultando assim na construção de 3 Perfis. O primeiro perfil foi nomeado como “Empreendedores”, justamente tomando a lógica de apresentação dos casos, que declaravam suas ocupações em relação a atividades econômicas desempenhadas, como *Empresário* e *Produtor Rural*. O segundo perfil foi denominado como “Profissionais Superiores”, pois são apresentações relacionadas com profissões condicionadas por um diploma superior, neste sentido podendo ocorrer profissões que não tivessem qualquer relação *a priori* com o meio econômico, como *Advogado* e *Médico*. O último perfil reuniu os casos, que se apresentaram profissionalmente combinando estas duas lógicas anteriores, onde o caso mais comum são os posicionamentos como *Advogado* e *Empresário*, sendo então os “Empreendedores Superiores”. Esta nomenclatura dos 3 perfis<sup>41</sup> foi utilizada justamente a partir dos critérios utilizados, dos casos, em seus posicionamentos, não tomando as declarações como fonte de informação para as atividades desempenhadas e ocupadas ao longo da vida, mas sim como lógicas de apresentação e posicionamento social<sup>42</sup>.

Justamente, por entender que é necessária a separação da apresentação ocupacional/profissional, das atividades desempenhadas e ocupadas, procurou-se apreender as diferentes trajetórias ocupacionais e profissionais, suas continuidades ou mudanças, e principalmente as atividades econômicas desempenhadas nestes trajetos ao longo da vida destes agentes<sup>43</sup>. Considerando que estas posições são o resultado de processos dinâmicos que só podem ser compreendidos a partir da sistematização de outras posições sociais ocupadas. Para tanto foram coletadas as informações referentes as diferentes atividades desempenhadas, utilizando como fonte, tanto as fichas biográficas da Câmara dos Deputados, quanto as do DHBB. Com isso, foi possível coletar os dados referentes ao primeiro emprego, nos casos cuja a informação está disponível, para inferir como se dá o início da trajetória; também as diferentes posições de cargos e ocupações desempenhadas, no decorrer da trajetória, como forma de

---

<sup>39</sup> Neste caso as ocupações estariam relacionadas a atividades e as profissões a diplomas superiores.

<sup>40</sup> As diversas profissões e ocupações declaradas que constituem cada Perfil, podem ser vistas no Apêndice A.

<sup>41</sup> Somente 6 casos não se enquadraram dentro da lógica de um destes perfis, sendo apresentados no segundo capítulo deste trabalho.

<sup>42</sup> Sobre utilizar a profissão como critério de posição social ver Offerlé (1999) e Gaxie (1980).

<sup>43</sup> Para ver estudos que analisaram as trajetórias sociais e profissionais de “empresários” ver Bourdieu e Saint-Martin (1978) Saint-Martin (1980).

sistematizar posições hierárquicas de direção, dentro das empresas, instituições ou órgãos de trabalho<sup>44</sup>; e, por fim, a última posição ocupada antes do primeiro sucesso eleitoral, como indicador da posição final, onde se dá a entrada na política. A partir destas informações foi possível elaborar itinerários principais de trajetória, de acordo com o maior tempo dedicado a uma atividade ou o maior cargo ocupado, sendo eles: o itinerário privado, relacionado com as atividades desempenhadas em empresas privadas; o itinerário público, relacionado com a ocupação de cargos públicos de nomeação e não eletivos; o itinerário político, que são os casos que não constam qualquer atividade profissional ou ocupacional anterior à eleição para cargos políticos; e, por fim, os “outros” itinerários possíveis, que são os casos ligados a instituições educacionais, religiosas, ou de saúde e profissionais liberais, cujas atividades não obedecem nenhuma das 3 lógicas dos itinerários anteriores.

A última parte desta pesquisa consistiu em coletar as informações sobre as *posições políticas*, em relação as filiações partidárias e aos cargos políticos eletivos ocupados, anteriores à eleição de 2010. Mesmo que o recorte temporal para a construção do Universo da Pesquisa tenha sido os anos de 1990 a 2010, muitos casos têm sua entrada na política, antes desse período, sendo assim estes dados foram coletados da mesma forma. Dentro desse quadro, a primeira informação coletada foi referente a primeira filiação partidária, bem como ano e sigla, também sendo disponibilizado o número de migrações partidárias, bem como o partido em que estava filiado durante o recorte temporal do trabalho. Em seguida, procurou-se o primeiro cargo eletivo ocupado, sendo considerada as candidaturas de vices, em chapas para as eleições majoritárias, bem como os casos de suplentes, que posteriormente assumem o cargo, também o ano da eleição ou nomeação. Partindo desta informação, foram coletados todos os demais cargos eletivos ocupados, até o período anterior das eleições de 2010, considerando, da mesma forma, os vices, suplentes e desistências. Estes dados foram sistematizados em duas frentes, a primeira em relação a entrada na política, construindo as fileiras de acesso possíveis, em relação aos âmbitos dos cargos: i) municipal ii) estadual e iii) nacional; e de poderes: i) Executivo e ii) Legislativo. Em seguida, em relação a perpetuação na política, a partir dos demais sucessos eleitorais e cargos ocupados, apontando o total de tempo ao longo da vida dedicado a atividade política, sendo possível constatar os possíveis padrões de carreira, em relação a esta duração e profissionalização política.

---

<sup>44</sup> As atividades e ocupações relacionadas com entidades associativas e sindicais também foram consideradas dentro das trajetórias sociais, contudo constituem um itinerário secundário, como será colocado no terceiro capítulo.

## 2 DISPONIBILIDADE E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS ECONÔMICOS E ESCOLARES

Neste primeiro capítulo o intuito é apresentar as posições econômicas, escolares e ocupacionais/profissionais ocupadas pelos 235 casos desta pesquisa a partir dos recursos disponíveis e mobilizados em cada um destes espaços possíveis. Contudo o capítulo se inicia com uma breve caracterização destes casos, em relação ao sexo, data de nascimento, local de nascimento, apenas como uma radiografia inicial do universo de pesquisa.

A maioria esmagadora do universo é composta de homens, com 226 casos (96,17%), contra 9 casos de mulheres (3,83%), número próximo, mas ainda abaixo do número de mulheres eleitas para a Câmara, com uma média de 7% para o período temporal<sup>45</sup>, sendo que todos estes números, ao serem comparados com os dados do IBGE sobre a população nacional, estão muito distantes onde 51,5% são mulheres e 48,5% são homens. Este primeiro dado aponta para um universo masculino, tanto por parte da atividade política, quanto da atividade econômica, colocando o gênero como um primeiro filtro dentro destes espaços.

No caso da data de nascimento, optou-se por apresentar este dado e não a idade dos casos, pois esta referência estará associada posteriormente as categorias de diplomas escolares, trajetórias sociais e carreira políticas, a partir das datas de entradas e saídas nestes espaços determinados. Sendo assim os dados foram agregados em relação as décadas de nascimento, apontando uma preponderância dos casos analisados que nasceram na década de 50 (36,6%) e na década de 40 (34,5%), totalizando um pouco mais de 70% do universo somente nestes dois períodos. Se analisarmos a idade destes casos durante o recorte temporal estipulado pela pesquisa (1990 – 2010), a maior parte dos casos estaria entre 40 e 60 anos de idade, refletindo em parte o padrão de idade da Câmara dos Deputados, que se situa entre os 50 e 60 anos, com poucos casos de Deputados muito jovens, abaixo dos 30 anos ou em idade avançada, acima dos 70 anos. Os demais casos podem ser vistos na Tabela 1, a seguir:

---

<sup>45</sup> Com 5,7% em 1998 e 8,2% em 2002

Tabela 1 – Década de Nascimento

Década de Nascimento	N	%
20	3	1,3
30	37	15,7
40	81	34,5
50	86	36,6
60	20	8,5
70	8	3,4
Total	235	100

Em relação as regiões de estado de nascimento, São Paulo e Minas Gerais são os principais Estados de nascimento, cada um destes conta com 36 casos (15,3%), ao serem somados representam quase um terço de todo o universo desta pesquisa. Em Segundo lugar estão os estados da Bahia e Pernambuco, com 16 casos cada (6,8%), seguidos de Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com 15 casos cada um (6,4%). O Ceará conta com 14 casos (6%), seguido do Piauí com 11 casos (4,7%), após Paraná com 10 casos (4,3%) e Goiás e Maranhão com 9 casos (3,8%). Os demais estados somam 58 casos (20,4%), representando as demais federações, exceto o estado de Rondônia onde não foi identificado nenhum caso, junto com os 4 casos que não nasceram no Brasil, mas sim em outros países.

Existe um predomínio de casos vindos do Sudeste, sendo que esta região é a mais industrializada do Brasil, representando mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB<sup>46</sup>), com 55,6%, onde o estado de São Paulo concentra a maior parte desta geração do PIB. Já a região Nordeste, mesmo ocupando a terceira posição na geração do PIB (13,5%), é a segunda com o maior número de casos do universo desta pesquisa, desbancando assim a região Sul, que ocupa o segundo lugar do PIB (16,5%), mas em relação a região de nascimento fica em terceiro lugar, representando 13,6% do universo. Mesmo com um PIB bem abaixo, o total de casos que nasceram na região Nordeste são muito próximos da região Sudeste, tendo uma diferença de apenas 6.

---

<sup>46</sup> IBGE, 2010

Tabela 2 – Região e Estado de Nascimento

Região	N	%	Estado	Número de casos
Sudeste	90	38,4	São Paulo	36
			Minas Gerais	36
			Rio de Janeiro	15
			Espírito Santo	3
Nordeste	84	35,7	Bahia	16
			Pernambuco	16
			Ceará	14
			Piauí	11
			Maranhão	9
			Paraíba	6
			Rio Grande do Norte	6
			Alagoas	3
			Sergipe	3
Sul	32	13,6	Rio Grande do Sul	15
			Paraná	10
			Santa Catarina	7
Norte	13	5,5	Amazonas	3
			Pará	3
			Acre	2
			Roraima	2
			Tocantins	2
			Amapá	1
Centro-oeste	12	5,1	Goiás	9
			Distrito Federal	1
			Mato Grosso	1
			Mato Grosso do Sul	1
Exterior	4	1,7	NS	4
Total	235	100		235

Sobre o localismo, a maior parte destes casos são do interior destes estados, totalizando 153 casos (65,1%), contra 78 casos (33,2%) que nasceram nas capitais, principalmente no estado de Minas Gerais, onde 31 casos nasceram no interior e apenas 5 na capital, seguida de São Paulo com 23 casos no interior e 13 na capital e o Rio Grande do Sul com 13 casos no interior e apenas 2 na capital. O estado da Bahia apresenta um certo equilíbrio com 9 casos nascidos no interior e 7 na capital e os demais ocorrem um predomínio das capitais.

Através desta primeira caracterização, foi possível demonstrar a construção de um universo heterogêneo, contemplando diferentes características, como regiões e locais de nascimento, dos casos aqui analisados. Estas informações auxiliam o pesquisador em sua análise tanto na construção de possíveis padrões, que possam ir além destas especificidades,

como também no ganho descritivo, caso as particularidades sejam mais ricas do que tipos gerais.

Sendo assim, é possível estabelecer uma sistematização das características mais predominantes dentro de cada uma das categorias expostas anteriormente, por exemplo, a predominância de casos do sexo masculino, neste sentido o quadro a seguir apresenta as principais características do universo de pesquisa:

Quadro 1 – Características Gerais do Universo

<b>Sexo</b>	<b>Data de Nascimento</b>	<b>Região de Nascimento</b>	<b>Localidade de Nascimento</b>
Predominantemente homens, com apenas 9 mulheres em 235 casos.	Concentradas nas décadas de 40 e 50, representando mais de 70% dos casos	Quase 75% dos casos advém das regiões Sudeste (SP e MG) ou Nordeste (Mais distribuído)	Aproximadamente 2/3 nasceram em cidades do interior, principalmente na região Sudeste (MG)

## 2.1 Espaço econômico, patrimônio e declaração de bens

Uma das primeiras questões ao procurar construir uma pesquisa que busca a relação entre diferentes espaços, neste caso o econômico e político, é justamente quais são as posições econômicas ocupadas pelos agentes que compõem este universo, ou seja, a análise destas atividades, se realmente existem, em quais áreas, quantos bens possui? Por isso é necessário um trabalho de coleta de dados objetivos sobre seus empreendimentos e patrimônio, desse modo, abordar os recursos econômicos que estão disponíveis para estes agentes é fundamental, para se compreender estas posições dentro do espaço econômico. Com este intuito foram analisadas as declarações de bens, entregues ao Tribunal Superior Eleitoral, dos 235 casos selecionados para comporem o universo desta pesquisa.

Não é o intuito aqui duvidar destes documentos, no sentido de colocar os “políticos como mentirosos”, apesar de ser necessário considerar que há diversos meios possíveis para se esconder o patrimônio total, como por exemplo o uso de sociedades, administradoras e holdings, que blindam e mascaram o total de bens patrimoniais, entretanto desconsiderar as informações oficiais disponíveis acarretaria mais dificuldades, do que analisar os dados que constam nessas fontes.

Com isso, são apresentadas duas informações principais deste grupo, consideradas como recursos econômicos pertinentes para a sua categorização dentro da atividade empresarial, são elas: i) total de bens declarados, que será o principal dado objetivo de posição econômica; e ii) os setores da atividade declaradas como patrimônio, de acordo com a “natureza” dos

empreendimentos juntamente com os seus ramos de atuação, sendo uma das condições de pertencimento ao espaço econômico.

Antes de analisar os dados, é interessante colocar alguns pontos sobre as informações oficiais da onde foram coletados. Primeiramente o Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições de 2006, passou a exigir dos candidatos um cadastro online, via CandEx<sup>47</sup>, junto com a declaração de bens digitalizada. A partir desta sistematização, o site do TSE começou a divulgar as informações de patrimônio dos políticos online, não havendo estes dados para as eleições anteriores, mesmo com esta iniciativa de apresentar a declaração já consolidada em 1997, valendo para as eleições de 1998. Com isso os dados que compõem esta parte da pesquisa foram extraídos do site UOL Políticos<sup>48</sup>, que foi uma iniciativa do jornalista Fernando Rodrigues, que realizou um trabalho de coleta destas informações, que inclusive estão publicadas em livro<sup>49</sup>, servindo como base de dados para o site do UOL.

Outro ponto é a qualidade do material apresentado ao TSE, principalmente as declarações mais antigas são digitalizadas e muitas vezes ilegíveis, em outros casos constam apenas os bens dos políticos sem seus valores e, por fim, o problema da veracidade destas declarações realizadas, ora suprimindo bens ora atribuindo valores abaixo do mercado. Como já foi colocado anteriormente, este trabalho não tem como objetivo, e também não teria como, questionar as declarações oficiais, entretanto, quando necessário, os dados referentes ao montante de patrimônio serão confrontados com outras informações possíveis, também oficiais, para uma análise mais fina das posições econômicas ocupadas por estes agentes.

Como foi indicado no início deste tópico, por se tratar de casos com cargos políticos e relacionados com atividade econômicas, é esperada, de alguma forma, um patrimônio de bens mais elevado ao serem comparados a sociedade brasileira, bem como com seus próprios pares. Neste sentido são apresentados três dados comparativos sobre a média de bens declarados: o primeiro se refere a população em geral<sup>50</sup>, o segundo a dos políticos eleitos<sup>51</sup> e, por último, a dos casos que compõem esta pesquisa.

---

<sup>47</sup> <http://www.tse.jus.br/eleicoes>

<sup>48</sup> <http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/>

<sup>49</sup> “Políticos do Brasil, uma investigação sobre o patrimônio declarado e ascensão daqueles que exercem o poder”, (RODRIGUES, 2006).

<sup>50</sup> Dados retirados de <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata>, referentes as declarações de 23.962.983 pessoas, do ano de 2010.

<sup>51</sup> Extraído de Rodrigues (2006).



Tabela 3 – Bens Declarados por Grupos

Grupo	Média de Bens Declarados
População	R\$ 159.563,00
Políticos Eleitos	R\$ 1.265.496,66
Universo da Pesquisa	R\$ 10.599.591,57

Como pode ser observado, já existe uma discrepância muito grande entre os políticos e a média da população, aumentando ainda mais a distância em relação aos casos contemplados por este trabalho, que superam significativamente as outras médias apresentadas, apontando para um grupo específico, com um patrimônio elevado. Por outro lado, os testes de média acabam sendo influenciados pelos extremos, nos casos desta pesquisa o patrimônio mais baixo declarado é de R\$ 26.690,95 reais, sendo o seu oposto de R\$ 436.598.108,15 reais, provocando uma certa distorção neste teste.

Para atenuar estes extremos, os casos foram distribuídos em faixas de patrimônio, onde a maior parte tem o total dos seus bens declarados entre R\$ 1 milhão e R\$ 5 milhões de Reais (105 casos – 43,3%), chegando quase a metade de todos os casos e se aproximando da média de políticos eleitos. Em segundo está a faixa mais alta de patrimônio, composta por montantes acima dos R\$ 10 milhões de reais, com 37 casos (15,6%). Em terceiro se encontra a segunda faixa mais alta de patrimônios, de R\$ 5 milhões a R\$ 10 milhões, com 35 casos (13,9%). Estas três faixas mais altas de patrimônio somam 177 casos, com um percentual equivalente a 75,31% de todos os casos. Como já foi colocado anteriormente os candidatos aos cargos políticos em geral, no Brasil, tem a média de seus bens declarados em torno de R\$ 1 milhão de reais, entretanto existe uma baixa porcentagem de casos que possuem patrimônio acima deste valor<sup>52</sup>, diferentemente deste estudo, onde apenas um quarto do universo está abaixo dessa quantia.

Seguindo esta lógica e utilizando o montante de patrimônio como recurso econômico de objetivação das posições econômicas, estas faixas de patrimônio foram sistematizadas nestas posições. De forma verticalizada, quando maior o patrimônio declarado mais alta é a posição econômica, definidas de acordo com o Quadro que segue:

<sup>52</sup> As porcentagens giram em torno de 30% de casos com patrimônio superior a R\$ 1 milhão de reais, de acordo com Rodrigues (2006).

Quadro 2 – Posições Econômicas

<b>Faixas de Patrimônio</b>	<b>Posição Econômica</b>	<b>Casos</b>
Menos de R\$ 500 mil	Baixa	22
R\$ 500 mil a menos de R\$ 1 milhão	Média Baixa	32
R\$ 1 milhão a menos de R\$ 5 milhões	Média	105
R\$ 5 milhões a menos de R\$ 10 milhões	Média Alta	35
Mais de R\$ 10 milhões	Alta	37

Com exceção da faixa média, que concentra o maior número de casos, a distribuição segue um padrão de quanto maior o montante, mais casos estão presentes, apontando assim para posições econômicas médias e altas deste universo. Entretanto existe uma dificuldade de comparar estes patrimônios com o de exemplos do meio empresarial, principalmente pela falta de informações referentes a estes dados somados ao desinteresse, por parte deste grupo, em divulgá-los. Com isso, esta classificação em nenhum momento procura extrapolar as informações referentes aos bens declarados por parte dos políticos, ou seja, são segmentos gradativos em relação ao seu patrimônio, não podendo imputar deste dado posições específicas do meio privado, como posições de pequeno médio ou grande empresário, pois estas formulações são construídas indo além de declarações de patrimônio, abordando também rendimentos anuais, tamanho da empresa, etc., informações que não são contempladas neste trabalho, principalmente pela indisponibilidade deste dado para o universo de pesquisa.

Sobre os casos com posições mais baixas é importante salientar que o recorte desse estudo é diversificado, pois ao considerar também os casos que se auto posicionaram como empresários, resgata-se a discussão dos usos possíveis desta ocupação e que a atividade de empresário não está condicionada a posições econômicas elevadas, devido a sua fluidez, já discutida anteriormente. Por isso é importante a apresentação de outros dados, referentes aos recursos econômicos, que não necessariamente determinem a posição destes agentes, mas que analisem as atividades econômicas que estes casos possuem relação, com a finalidade de analisar o pertencimento ao espaço econômico, condicionado por estas atividades.

### *2.1.1 Setores e Ramos dos bens econômicos*

Como foi colocado, ocupar posições econômicas, a partir dos recursos econômicos de patrimônio, não está necessariamente associado a ter relações com atividades econômicas. Neste sentido foram coletadas as informações referentes aos bens declarados, buscando

possíveis empreendimentos, colocado como uma das condições de ocupar posições no espaço econômico. Estes empreendimentos declarados foram classificados de acordo com os 3 setores da economia<sup>53</sup>: i) primário, ligado a produção através da exploração de recursos naturais; ii) secundário, relacionado com a transformação das matérias-primas em produtos industrializados; e o iii) terciário, que compõem os serviços prestados para satisfazer determinadas necessidades.

A maior parte dos casos está relacionada com alguma atividade do setor terciário, totalizando 175 casos, deste o maior ramo de atividades está concentrado no comércio, com 78 casos (43, 82%). Em seguida está o setor primário com 81 casos, o principal ramo de atividade é a agricultura, com 63 casos (77,78%), destes, 54 se dedicam exclusivamente a este ramo e os demais diversificam com a Pecuária (8 casos) ou com a Pesca (1 caso). Por último está setor secundário, com 76 casos, onde o maior ramo de atuação é a da Construção Civil, com 41 casos (53,8%). Existem ainda 4 casos que não foi obtido nenhum dado referente aos bens declarados e 19 casos em que estes bens não estão relacionados a nenhuma atividade econômica, constando apenas bens pessoais, ou seja, em apenas 23 casos não se tem informações sobre qualquer relação com atividades empresariais, dentro desta primeira condição.

Ao somar o número de casos, o seu total ultrapassa o universo desta pesquisa, pois muitos agentes não têm suas atividades em um único setor, diversificando seus empreendimentos até mesmo nos 3 setores, de acordo com a tabela 4.

Tabela 4 – Setor dos Bens Econômicos

Setor de Bens Econômicos	Nº de Casos
Primário	18
Primário e Secundário	8
Primário e Terciário	41
Secundário	11
Secundário e Terciário	43
Terciário	80
Todos os 3 Setores	14
Bens Pessoais	19
<b>Total</b>	<b>231</b>

Sobre os dados apresentados existe uma grande concentração dos empreendimentos declarados dentro das atividades econômicas relacionadas com o setor terciário, composto

<sup>53</sup> Primeiramente os empreendimentos declarados foram classificados de acordo com a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), e em seguida baseados nas definições do IBGE de qual atividade compõem qual setor (2004, p.15).

basicamente de serviços e comércio. Por outro lado, o setor secundário, que é o representativo da indústria, possui o menor número de casos relacionados, com isso também não se pode associar a atividade econômica, com a atividade industrial, apontando a grande evolução do setor de comércio e serviços na econômica brasileira<sup>54</sup>.

Outro ponto que merece ser salientado é em relação aos casos do setor primário, pois são Políticos ligados a atividade econômica rural, podendo receber o rótulo de “ruralistas” ou “empresários rurais”, que, geralmente, são colocados em oposição aos ditos “empresários urbanos”, o que não ocorrerá neste trabalho. Primeiramente por não ter sido a opção metodológica em separar as atividades econômicas por “rural” e “urbana”, mas sim de acordo com os seus setores de atividade econômica, que possuem um grau de objetividade maior que esta dicotomia. Por último, são apenas 18 casos que detêm atividades exclusivas neste setor, se tratando de 7,65% do universo da pesquisa, uma porcentagem relativamente baixa, mas que pode ser utilizada para ganhos analíticos de comparação, caso haja alguma diferença.

Ao analisar estes setores econômicos em relação as posições econômicas, é possível determinar certos padrões de atividades relacionadas a estas posições, principalmente no que se refere a diversificação do empreendimento, como pode ser apontado pela tabela a seguir:

Tabela 5 – Posição Econômica X Característica dos Bens Declarados

Característica dos Bens	Posição Econômica					Total
	Baixa	Média Baixa	Média	Média Alta	Alta	
Diversificam os setores	6	9	44	25	22	106
Não diversificam	8	17	56	10	15	106
Bens Pessoais	8	6	5	0	0	19
Total	22	32	105	35	37	231

Analisando, a última linha, referente as declarações contendo apenas bens pessoais, a maior parte dos casos se encontram nas posições econômicas mais baixas (8 casos na baixa e 6 na Média Baixa), sendo que os outros 4 casos não ultrapassam a posição econômica média, não ocorrendo nenhum caso nas posições mais altas. O que é de alguma forma esperado, já que não consta nenhum patrimônio relacionado com atividade econômica em suas declarações.

Em segundo lugar, é possível determinar que existe uma relação entre a diversificação dos empreendimentos em mais de um setor e ocupar as posições econômicas mais elevadas, ou

<sup>54</sup> Fonte advinda do Atlas Nacional de Comércio e Serviços, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

seja, a maioria dos casos com um montante alto de recursos econômicos é derivado de uma diversificação das atividades econômicas que constam em suas declarações de bens.

Nas posições econômicas mais baixas, apenas 15 casos diversificam seus empreendimentos, frente aos 25 casos que são exclusivos de um setor econômico, sendo o setor terciário o predominante, totalizando 18 casos. Na posição econômica média esta relação se atenua, mas ainda existe uma predominância de casos exclusivos de um setor (56 casos), sendo que se repete a concentração no setor terciário, com um total de 41 casos. É somente a partir da posição econômica média alta que este padrão se altera, se repetindo para a posição alta, com uma forte concentração de casos com atividades econômicas diversificadas (47 casos contra 25 casos), sendo que o setor terciário continua tendo uma predominância, mas não de forma exclusiva, onde 30 casos têm seus empreendimentos, ao menos, neste setor e no setor secundário.

O Setor terciário é representativo em todas as posições, mas a combinação deste com o setor secundário concentra a maior parte dos casos nas posições econômicas elevadas, neste sentido não apenas a diversificação de atividades é importante para um acúmulo de recursos econômicos, mas especificamente uma combinação do setor terciário com empreendimentos na indústria (setor secundário).

Enquanto a maior parte dos casos dos setores primário e terciário se concentram na posição econômica média (53% e 45%, respectivamente), o setor secundário tem 44% dos seus casos nas posições econômicas mais altas. Mesmo que em números absolutos a maior representação seja de casos do setor terciário, o peso do setor secundário nas posições econômicas altas pode ser identificado.

A partir dos achados expostos e com o intuito de sistematização, é apresentado o quadro a seguir com as principais características das posições econômicas, estes dados são importantes pois acabam trazendo um maior refinamento para a análise, agregando um número maior de informações aos casos, do que somente suas posições econômicas condicionadas aos recursos de patrimônio econômico total:

Quadro 3 – Posições Econômicas, Setores e Ramos dos Bens Declarados

<b>Sem Empreendimentos</b>	<b>Posições Baixas</b>	<b>Setor Mais Numeroso</b>	<b>Posições Altas</b>	<b>Ramos Econômicos</b>
São 23 casos sem qualquer informação declarada de participação em atividades econômicas. Destes 19 constando apenas Bens Pessoais e 4 Sem Informações.	Estão concentrados a maior parte dos casos de Bens Pessoais (14 casos) e dos que detém empreendimentos, a maior parte dos casos é exclusiva a um único setor (25 casos).	O setor terciário é o que tem mais casos, totalizando 178. Com isso ele acaba ocupando posições predominantes nas diferentes posições econômicas, mas principalmente na média (79 casos).	A maioria diversifica seus empreendimentos em dois ou mais setores (47 casos), sendo os principais o secundário e terciário, totalizando 30 casos.	Do primário a Agricultura; do secundário a Construção Civil; e do Terciário o Comércio

### 2.1.2 As concessões de Rádio e Televisão como bens econômicos

Após serem demonstrados os setores das atividades econômicas, neste momento serão apresentados os casos com atividades econômicas no ramo de comunicação, ou seja, com concessões de Rádio e Televisão. Dentre os 235 casos analisados, foram encontrados 66 (28%) que possuem algum tipo de relação com atividades de radiodifusão, em muitos casos essa ligação está presente na própria declaração de bens, com a detenção de quotas e ações das mídias.

A ideia de destinar uma parte exclusiva para este tipo de atividade econômica se deve por alguns motivos, primeiramente pelo sentido legal, pois existe uma legislação que proíbe aos políticos certos tipos de relação com concessionárias de serviço público em geral, não apenas de comunicação<sup>55</sup>. Em segundo lugar está o jogo político da concessão, pois existe uma relação de reciprocidade, tanto para quem ganha, quando para quem a concede. Por último, o próprio poder simbólico de quem opera os meios de comunicação, podendo ser utilizado além da atividade econômica, como recurso social e político, selecionando as informações ou, de forma mais sutil, colocando uma linha editorial no veículo de comunicação, que possibilite seu benefício privado.

A regulamentação da exploração de radiodifusão tem início no governo de Getúlio Vargas, em 1931 e 1932, decretando que estes serviços são de interesse nacional e por isso de competência exclusiva da União, definindo os procedimentos e regras para a sua concessão. Apesar de várias outras leis e regulamentações, após estes anos, nenhuma delas alterou o poder

55 Artigo 54 da Constituição Federal de 1988: Os Deputados e Senadores não poderão: I- desde a expedição do diploma: a)firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

do Estado sobre as concessões, somente com a Constituição de 1988 é que o Executivo deveria dividir a competência sobre as concessões com o Congresso Nacional, ou seja, necessitaria do veredicto deste para outorgar e renovar as concessões. O trâmite até então começava no Ministério das Comunicações, que emitia um ato de outorga, que seria assinado pelo Presidente da República, após a Constituição de 88, ainda começa no mesmo Ministério, mas posteriormente passa pela câmara e pelo senado, em comissões como a da Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e de Constituição e Justiça (CCJ), que exercem poder sobre a confirmação da outorga, para então se finalizar o processo, concedendo as rádios 10 anos e as televisões 15 anos de funcionamento. Apesar deste processo complexo são raros os casos de não renovação ou concessão dos pedidos realizados, pois são baseados principalmente nas relações de reciprocidade.

Tratando de alguns casos exemplares, basicamente as concessões das grandes redes de televisão que operam hoje, foram outorgadas durante o Regime Militar, alguns dados apontam para o número excessivo de concessões de rádio e televisão outorgadas nos últimos meses do governo Figueiredo (1979 – 1985), sendo o último militar escolhido para presidência. Nos dois meses e meio do final do seu mandato, baixou 91 decretos de concessões, sendo que durante todo o ano de 1984, foram 99 decretos e durante o ano de 1983 foram 80 decretos. Entretanto esta relação de reciprocidade não se encerra com o fim da Ditadura, pois durante o Governo de José Sarney (1985 – 1990), as concessões ainda seguiam critérios políticos e de relações pessoais, fortemente endossadas por Antônio Carlos Magalhães, então seu Ministro das Comunicações, e um dos grandes interessados em manter este tipo de relação, visto que a sua família detém diversas redes de rádio e televisão no estado da Bahia.

Por parte dos concessionários, o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962, determina que não poderá exercer não poderá exercer a função de diretor ou gerente de empresa concessionária de rádio ou televisão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial, norma confirmada em 1963 pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e, por fim, na Constituição de 1988 existe uma proibição para os Deputados e Senadores, não podendo manter contrato ou exercer cargos, funções ou emprego remunerado em empresas concessionárias de serviços públicos.

Apesar das diversas tentativas de regulação e fiscalização, existem duas brechas legais que não se configuram em irregularidades, a primeira é a para quem concede, utilizando os serviços de comunicação classificados como educativos ou de retransmissão, e a segunda é uma para os políticos ligados aos serviços de comunicação. Apesar da divisão do poder de outorga com o Legislativo, o executivo ainda assim exercia um maior papel nas concessões,

principalmente na outorga das radiodifusões educativas, que de acordo com os regulamentos não necessitavam de licitações, sem existir um acompanhamento do material veiculado em sua programação, não seguindo as orientações necessárias estipuladas pelo MEC, inclusive tendo casos de concessões controladas por diferentes igrejas. Outro tipo de concessão que se aproveitou das brechas legais, foram as retransmissoras de TV em caráter misto (RTV), sendo que estes serviços deveriam ser exclusivamente educativos, permitindo a possibilidade de inserção de programas próprios, obedecendo os percentuais estabelecidos. Do lado dos concessionários não existe uma proibição no caso de os políticos serem sócios de serviços de radiodifusão, permitindo assim a posse de ações e quotas de rádios e TVs, sem configurar uma ação ilegal. Outro ponto agravante foi a permissão, por uma lei de 2002, de pessoas jurídicas serem proprietárias e sócias das emissoras de radiodifusão, com isso se dilui os reais donos e proprietários das concessões.

Analisando o universo desta pesquisa, são 66 casos que estão relacionados com 90 concessões de rádio, sendo 10 como Sócio/Diretor, 59 como Sócio e 21 relações como acionistas. Dos 66 casos, mais da metade (39) tem relação apenas com concessões de rádio, sendo 28 casos com uma concessão de rádio, 9 casos com 2 concessões e 3 casos com até 3 concessões. Já para a televisão são 29 concessões, onde apenas 1 é Sócio/Diretor, 18 são sócios e 10 casos são acionistas destes veículos de mídia.

Enquanto as relações com as concessões de rádio ficam restritas a este tipo de mídia, os casos que detém relações com concessões televisivas, são apenas 5 casos que não possuem também uma concessão de rádio. Ou seja, 22 casos analisados possuem concessões tanto de rádio, quanto de televisão, inclusive detendo mais de uma concessão por tipo de mídia.

Existem ainda 32 casos dos 66, onde estes políticos se relacionam como sócio ou acionistas, mas possuem algum grau de parentesco com os Sócios/Diretores das concessões. Em 8 casos não foi possível identificar o grau de parentesco, já no restante, existem 11 casos onde o Sócio/Diretor da concessão é a esposa, 6 casos o filho, 5 o irmão, e em 2 casos o Pai ou Avó. Ou seja, não existe uma configuração da ilegalidade nestes casos, pois estes políticos não ocupam cargo de direção nestas concessões, entretanto possuem uma relação familiar com as pessoas que desempenham esta função, podendo assim utilizar estas concessões ao seu favor.

A maioria tem sua carreira política no Nordeste, com 31 casos, região que também concentra a maior parte das concessões de rádio e tv, seguido do Sudeste com 18, o Sul com 9 casos, Norte com 4 casos, Centro-oeste com 3 casos e o Norte com apenas 1 caso. Sendo que a localidade destes casos se dá majoritariamente no interior (45 casos), do que na capital dos estados destas regiões (20 casos).



Destes 66 casos com concessões, somente 9 ocupa posições econômicas baixas, estando a maioria nas posições altas (29 casos) e os demais na posição média (27 casos). Neste sentido a concessão pode ser entendida não apenas como um recurso econômico importante nas posições econômicas elevadas, como também um trunfo político e social. Não é objetivo deste trabalho se aprofundar no modo como ocorrem estas concessões, entretanto, como já foi colocado anteriormente, figuras como José Sarney e Antônio Carlos Magalhães, ambos de estados do Nordeste, foram responsáveis por outorgar diversas concessões de radiodifusão, guiando-se basicamente por critérios de reciprocidade.

## **2.2 Espaço Escolar, instituições de ensino e diplomas superiores**

No decorrer deste item serão apresentados os graus de escolaridade do universo desta pesquisa, os cursos frequentados pelos que tem nível superior, bem como a idade de entrada e saída nestes cursos. Também serão apresentadas informações referentes as instituições de ensino superior, como a localidade e seu caráter público ou privado, com algumas subdivisões. Por fim as informações sobre a pós-graduação realizada por alguns casos deste universo, bem como a sua circulação internacional. Com isso, procura-se apreender as relações destes políticos recortados neste universo com os recursos escolares, identificando determinados padrões e, principalmente, analisando o diploma como um recurso de legitimação e reprodução social.

Os estudos sobre os “representantes políticos” comumente se dedicam a analisar o grau de escolaridade destes, analisando os possíveis distanciamentos de seus eleitores, por possuir diplomas de ensino superior, sem analisar o que significa a posse do diploma, ou seja, toma-se a coisa em si, e não suas relações possíveis com os espaços que os agentes estão inseridos. Contudo, apontar para este fato, também é relativizar as afirmações de que certas profissões são mais propícias para a política, devido ao seu conteúdo escolar, ou qualquer outro fator ligado ao que se ensina, sendo que o que está realmente em jogo são os possíveis usos dos diplomas escolares como trunfos, onde o ponto principal é o que significa o diploma e cada curso superior no jogo de lutas que se está jogando. Este significado é construído socialmente e historicamente, tornando certos saberes mais consagrados em detrimento de outros, pouco importando a instrução programática que é dada dentro das paredes das universidades, mas sim as relações sociais que podem ser estabelecidas dentro desses muros, e os usos sociais e políticos para além desses muros, enquanto formas de legitimação social.

Realmente existe uma enorme discrepância entre os Deputados Federais eleitos que possuem ensino superior completo e o eleitorado, enquanto para os primeiros o percentual é em média de 75%<sup>56</sup>, para o restante da população é de 4,4%<sup>57</sup>. Dentro desse quadro fica claro como o diploma superior no Brasil é um recurso escasso e assim pode ser utilizado como um trunfo social para o acesso a posições mais elevadas, contudo é importante entender o que representa este recurso em cada um dos espaços que os seus detentores estão inseridos.

Tabela 6 – Nível de Escolaridade

Nível de Escolaridade	Número de Casos	%
Superior	175	74,5
Superior Incompleto	21	8,93
Técnico	3	1,27
Ensino Médio	32	13,61
Fundamental	2	0,85
Fundamental Incompleto	1	0,42
Sem Informações	1	0,42
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>100</b>

Os dados referentes ao universo desta pesquisa apontam para uma forte concentração dos casos com diploma superior (74,5%), estando muito próximos aos números dos demais ocupantes da Câmara dos Deputados e afastados da população brasileira em geral. No extremo oposto, apenas um caso não completou o fundamental, sendo o nível escolar mais baixo do universo, e dois casos tem ao menos este nível completo. A Segunda maior parte dos casos terminou ao menos o ensino médio, com alguns iniciando a faculdade, mas sem termina-la.

Partindo então do grau de escolaridade como recurso escolar possível de ser objetivado e de se sistematizar uma hierarquia no espaço cultural, foram agregados alguns níveis para compor a posição escolar de cada um destes casos. Sendo assim os casos com diploma superior ocupam as posições escolares altas (175 casos); a posição média é composta dos casos com ensino técnico (3 casos), ensino superior incompleto (21 casos) e ensino médio completo (32 casos), totalizando 56 casos; por fim a posição baixa é composta de apenas 3 casos, representativos do fundamental completo (2 casos) e incompleto (1 caso).

Em uma sociedade como a brasileira, deter um diploma de ensino superior acaba se tornando um importante trunfo social, não apenas para o espaço político, como também para o espaço econômico, pois apesar de não haver pesquisas sobre este dado no Brasil, a lógica do

<sup>56</sup> Fonte: TSE

<sup>57</sup> Fonte: IBGE, 2000

capitalismo moderno<sup>58</sup> aponta para uma crescente especialização dos presidentes e diretores de empresas, onde as capacidades técnicas são um importante recurso simbólico de competência.

Contudo é necessário analisar se existe esta relação dentro do universo aqui analisado, ou seja, procurar, neste primeiro momento, entender o quanto as posições escolares e posições econômicas se influenciam. Com o devido cuidado de não cair em uma sobre determinação por parte de um dos recursos, a lógica não é demonstrar se os casos que detém diploma superior possuem mais patrimônio econômico, justamente por ser uma lógica relacional o inverso também pode ser verdadeiro, no sentido que casos com posições econômicas mais elevadas podem possibilitar o acesso aos diplomas.

Com isso a tabela a seguir se trata mais de um panorama desta relação, do que uma correlação de recursos, no sentido problematizado de determinações.

Tabela 7 – Posições Culturais X Posições Econômicas

Posições Econômicas	Posições Escolares			Total
	Baixa	Média	Alta	
Baixa	1	8	12	21
Média Baixa	0	6	26	32
Média	2	20	83	105
Média Alta	0	8	27	35
Alta	0	11	26	37
Total	3	53	174	230

Ao olhar para a coluna da posição escolar alta é possível observar uma maior concentração dos casos, principalmente na posição econômica média, com 83 casos, e nas posições mais altas (27 casos na média alta e 26 na alta), totalizando assim 136 casos com ensino superior completo que detém patrimônios econômicos a cima de R\$ 1 milhão de reais, este número representa quase 60% do universo de análise. Assim existe uma tendência dos casos aqui analisados de estarem entre as posições médias e altas economicamente e altas escolarmente, do que estarem nas posições baixas em relação a estes dois quesitos. Contudo o número de casos com ensino superior completo que constam nas posições econômicas mais baixas deve ser considerado, pois esse dado reforça a questão que foi colocada no início, de que o diploma escolar não garante as posições econômicas elevadas, por isso ele não pode ser entendido em si mesmo, mas sim através dos significados atribuídos dentro dos espaços em que

<sup>58</sup> Boltanski, (2009).

ele pode ou não ser um recurso válido, de legitimação e reprodução, como será analisado adiante, nos próximos capítulos.

### 2.2.1 Cursos e Diplomas Superiores

Abordando exclusivamente os casos com ensino superior completo (175 casos), a maior parte são formados no curso de Direito (58 casos - 33,1%), seguido de Medicina (24 casos - 13,7%), ambos sendo cursos que são considerados tradicionais não apenas pelo espaço político, mas como pelo espaço social em geral, sendo assim carregam uma dimensão simbólica para os seus detentores, como diplomas de consagração social e reprodução de posições sociais. Entretanto existe ainda a frequência de três outros cursos, que comumente, são apresentados como um conhecimento técnico e pragmático, por isso estariam ligadas as atividades econômicas e ao meio empresarial, que são as Engenharias, principalmente a Civil (21 casos – 12,1%), Administração (18 casos – 10,3%) e Economia (14 casos- 8%)<sup>59</sup>.

Entretanto ao agregar estes cursos em áreas de conhecimento, as Sociais Aplicadas acabam ganhando mais destaque, assim como as Engenharias, ocupando respectivamente a segunda e terceira posições em número de casos, perdendo somente para o Direito. Após a Medicina, merece destaque as Agrárias e da Terra, com 15 casos, composta de cursos com uma *expertise* voltada preferencialmente para as atividades econômicas do setor primário.

Tabela 8 – Principais Áreas de Conhecimento e Cursos Superiores

Cursos	Casos	%
Agrárias e da Terra	15	8,6
Comunicação Social	2	1,1
Direito	58	33,1
Engenharias	27	15,4
Humanas	9	5,1
Medicina	24	13,7
Saúde	3	1,7
Sociais Aplicadas	37	21,1
Total	175	100,0

<sup>59</sup> É bom frisar que estas percepções compartilhadas destes cursos são processos históricos, sociais e políticos, de disputa pela apresentação do caráter de cada disciplina e remontar estes acontecimentos escapa as delimitações deste trabalho.

Nestes termos, a maioria dos casos com ensino superior completo está relacionada com cursos considerados tradicionais, no caso o Direito e a Medicina que possuem um peso simbólico grande que é resultado de um processo histórico; ou em áreas que se apresentam através de uma *expertise* técnica e voltada para a ocupação de cargos no meio privado, como é o caso das Agrárias e da Terra, Engenharias e Sociais Aplicadas. Estes 5 cursos e áreas representam quase 92% dos casos que concluíram o ensino superior, apontando um distanciamento com outras áreas, como as Humanas ou mesmo os demais cursos da Saúde.

Ao analisar a idade de entrada e saída deste grupo com ensino superior, observa-se uma frequência muito alta dos casos em uma idade escolar baixa, ou seja, apontando para uma valorização do diploma escolar, bem como a disponibilidade para se dedicar aos estudos, visto que frequentar a Universidade e obter um Diploma de Ensino Superior é uma etapa já estipulada e deve ser cumprida em uma idade determinada.

Por exemplo, a maioria dos casos (71 – 52,2%) entraram na universidade com 20 anos ou menos, outros 49 casos (36%) entraram entre 21 anos e 25 anos, ou seja 88,2% já estavam cursando o ensino superior com 25 anos ou menos. A idade de conclusão do curso também é relativamente baixa, 92 casos (56,4%), terminaram o ensino superior com 25 anos ou menos, e mais 56 casos (34,4%) concluíram entre 26 e 30 anos, sendo assim 90,8% dos casos já possuíam diploma de ensino superior antes dos 30 anos ou menos.

A relação entre a idade e o diploma escolar é interessante de ser observada, pois ao considerar o diploma como um trunfo, um recurso social, aliado com as idades mais baixas, podem ter um efeito nas entradas dentro das trajetórias profissionais, ou seja, podem garantir posições iniciais já elevadas dentro do mercado de trabalho, mesmo com pouca idade e experiência, mas influenciada pelos usos do diploma escolar.

Existem também 48 casos, (20,42% do universo - 235 casos; 27,42% da posição escolar alta – 175 casos), que vão além do diploma de ensino superior, realizando também algum tipo de pós-graduação, agregando outros recursos escolares, além do trunfo do diploma de ensino superior. Neste sentido os usos da pós-graduação variam muito de acordo com a área, pois os títulos possuem um peso simbólico relativo entre seus pares de profissão, mas sem dúvida todos acabam sendo considerados como recursos sociais possíveis.

Por exemplo, destes 48 casos, a maioria (29 casos) realiza algum tipo de especialização lato sensu principalmente na área das sociais aplicadas, sendo que este tipo de pós-graduação geralmente é composta de uma carga horária reduzida e horários mais flexíveis, podendo ser realizada conjuntamente com outras atividades profissionais. Já nas pós-graduações stricto sensu o número de casos é bem menor e estão mais concentrados na área do Direito. Existem

ainda 12 casos que realizaram residência médica, pós-graduação destinada a formados em medicina, sob a forma de cursos, buscando a especialização profissional.

O mais comum, destes casos, é já entrar na pós-graduação logo após o término do ensino superior, visto que são 14 casos que iniciaram em um intervalo de no máximo um ano, reforçando o que foi colocado anteriormente sobre a valorização simbólica dos estudos, apontando também para os possíveis usos destes trunfos na inserção e legitimação de trajetórias profissionais. Neste sentido, a circulação internacional também se tornar um recurso importante dentro do jogo de apresentação, onde foram encontrados 21 casos que passaram por outros países para realizar algum tipo de estudo, podendo ser em vários níveis, desde doutorado até intercâmbios escolares, principalmente nos Estados Unidos. A tabela a seguir sistematiza estas informações:

Quadro 4 – Pós-Graduação

<b>Pós-Graduação - 48 casos</b>	<b>Cursos</b>	<b>Período</b>	<b>Circulação Internacional</b>
Doutorado (3)	Direito (3)	14 casos iniciaram a pós-graduação no máximo um ano após terminarem a graduação	15 casos nos Estados Unidos; 5 casos em Países Europeus; e 1 caso na Argentina
Mestrado (4)	Direito (2), Medicina (1) e Sociais Aplicadas (1)		
Especialização (29)	Agrárias (2), Direito (5), Engenharias (5), Saúde (1) e Sociais Aplicadas (16)		
Residência Médica (12)	Medicina (12)		

### 2.2.2 As Instituições de Ensino Superior

Sobre as Instituições de Ensino Superior, outro aspecto do processo histórico que vai além desta tese, é o peso social e simbólico atribuído às Universidades Federais no Brasil, como símbolo de excelência no ensino, bem como a algumas Instituições Particulares, onde o grau de qualidade atribuído a ambas também está relacionado com a região onde se encontram. Dentro deste quadro, são 95 casos (55,9%) com ensino superior se formaram em Universidades Públicas Federais, e ao agregar as demais instituições públicas, os casos chegam a 112, representando 66% dos que detém diploma superior. Já os casos que frequentaram as instituições privadas representam um pouco mais de um terço (59 casos – 34,5%), sendo que a maior parte estudou em instituições comunitárias ou filantrópicas (30 casos – 17,5%), como por exemplo as Universidade Católicas, que são instituições privadas, mas juridicamente são caracterizadas por não gerar lucros.

Tabela 9 – Instituições de Ensino Superiores

Instituições Superiores	Casos	%
Comunitárias e/ou Filantrópicas	30	17,6
Particular/Privada	28	16,4
Pública Estadual	12	7,1
Pública Militar	1	0,6
Pública Municipal	4	2,4
Universidade Federal	95	55,9
Total	170	100

São poucos os casos que se deslocam da sua região quando vão frequentar as Universidades, sendo que o padrão é permanecer em seu estado de nascimento. O sentido da migração que ocorre é em relação aos casos que nascem no interior e vão para a capital dos seus respectivos estados para cursar o ensino superior. Este movimento se deve, principalmente, pela escassez de Universidades no interior dos estados brasileiros e, como foi apontado anteriormente o grande número de casos formados em Universidades Federais, que em grande parte estas estão localizada nas capitais de cada estado, forçando assim esse deslocamento no sentido do interior para a capital, quando se trata dos estudos em nível superior.

Os casos que nascem ou que migram para a capital tem maior probabilidade de cursarem uma instituição pública, do que os casos que nascem e permanecem no interior, ou os casos que migram para lá e realizam seus estudos superiores. Por exemplo dos 134 que cursaram instituições superiores em alguma capital, 94 frequentaram instituições públicas e 40 privadas, já os que se formaram fora das capitais, 17 cursaram uma instituição pública e o mesmo número uma privada. Migrar ou permanecer em uma cidade que é capital é um itinerário de trajetória escolar que pode possibilitar a formação em universidades públicas, consideradas como instituições de excelência no país, agregando este peso simbólico diferenciado no diploma escolar.

Existem ainda um caso que nasceu no exterior e acaba cursando seu ensino superior no Brasil, em uma capital da região sudeste e também um caso que nasce no Brasil, em uma cidade do interior, mas vai realizar seus estudos superiores fora do País.

Nestes termos o quadro a seguir sistematiza as principais características apresentadas aqui, reforçando o papel das Universidades Públicas, como Instituições de formação dos casos que concluíram o ensino superior, bem como este movimento de migração de cidades do interior para a capital, mas sem mudar de estado, ou a permanência dos casos já nascidos em capitais.

Quadro 5 – Instituições de Ensino Superior e Localismo

<b>Instituições Superiores</b>	<b>Localismo</b>	<b>Regiões</b>
A maioria dos casos tem seu diploma em Universidades Públicas e Federais.	Muitos nascem em cidades do interior e vão estudar na capital, apontando uma forte migração.	Contudo são poucos os casos que mudam de Região, mas dos que migram a Região Nordeste é a que mais perde e a Sudeste é a que mais ganha pessoas.

### 2.3 Entre atividades econômicas e diplomas escolares

Com o intuito de apresentar os recursos mobilizados por estes casos e que estariam disponíveis para serem “utilizados” como trunfos políticos e sociais, foi possível identificar a posse de bens econômicos, da mesma forma que de diplomas escolares superiores. Sendo assim, através destes recursos comuns compartilhados por estes casos é possível realizar um panorama em relação as suas posições dentro do espaço econômico e escolar.

Por exemplo, em relação ao espaço econômico, foi colocada de forma muito clara na introdução deste trabalho que não se tomaria os 235 como “empresários” ou mesmo já admitindo, a partir da seleção do DIAP, que estivessem relacionados a atividades econômicas. Por isso foi fundamental não só tomar os montantes de patrimônio, para a sua objetivação em posições econômicas, como também quais eram estes bens que constavam nas declarações, sendo que são um primeiro indício de relação com o meio privado e atividades econômicas.

Nestes termos o que foi possível de identificar e demonstrar é que a maioria dos casos aqui analisado tem posse de patrimônios econômicos que ultrapassam o montante de R\$ 1 milhão de reais, ou seja, diferentemente dos políticos onde a média de bens gira em torno deste valor, mas somente 1/3 detém bens a cima desta faixa, apontando para a disponibilidade e mobilização de recursos econômicos. Contudo, não existem informações suficientes para inferir se estes valores e montantes são grandes patrimônios em relação ao espaço econômico, no sentido das atividades econômicas privadas, entre demais *empresários*.

Para além desta questão, foi possível estipular posições baseadas nas informações deste universo, que apontaram para uma concentração de casos nas posições econômicas média, média alta e alta, que compõem os patrimônios acima de R\$ 1 milhão de reais, chegando até os 5 casos que ultrapassam os R\$ 100 milhões de reais em patrimônio. Também foi possível identificar as atividades econômicas de 212 casos, distribuídas nos três setores econômicos, mas concentrados no setor terciário, de comércio e serviços. Já de 19 casos foram encontrados apenas bens pessoais nas declarações, ou seja, sem atividades econômicas, entretanto 3 destes casos estão relacionados a concessões de rádio e televisão, que não constam nestes bens. Sendo



assim ainda são 16 casos que não foram relacionados com qualquer tipo de atividade econômica, mas que ainda poderão ser confrontados com outras condições nos próximos capítulos.

Já em relação ao espaço escolar, a maioria dos casos dispõem de ensino superior completo, ocupando assim altas posições escolares e se distanciando da população em geral. Com isso o diploma escolar se torna um importante trunfo para ser utilizado dentro de sua trajetória social, como forma de acesso a posições e atividades hierarquicamente elevadas. Ainda mais se forem considerados os 48 que vão além do diploma superior, também realizando especializações, mestrado, doutorado e residências médicas. Podendo jogar com estes recursos logo no início da carreira, visto que a maioria dos casos já detém seu diploma antes dos 30 anos de idade.

Os cursos e instituições da onde estes casos são egressos também são importantes de serem considerados, pois apontam para de um lado, um perfil relacionado a diplomas tradicionais, nos cursos de Direito e Medicina, e por outro lado relacionado a *expertise* técnica e pragmática, nos cursos de Engenharias e Sociais Aplicadas, mais ligados ao meio privado e atividades econômicas. Sendo que a maioria dos casos concluiu seu ensino superior nas Instituições Públicas, principalmente nas Universidades Federais, concentradas principalmente nas capitais dos estados brasileiros, com isso ocasionando uma migração de casos no sentido do interior para a capital, com o intuito de realizar seus estudos superiores.

Através destas informações é possível identificar uma quantidade de recursos econômicos e escolares disponíveis para estes casos que compõem o universo de pesquisa, sendo que uma vez dispostos, existe a possibilidade de mobilizá-los como trunfos e lógicas de apresentação carregadas de pesos simbólicos, como a “consagração e sucesso pessoal”. Neste sentido é grande a dificuldade de identificar os momentos exatos nos processos sociais em que um recurso é acionado ou, também existe a possibilidade, escondido, por isso o ponto principal deste primeiro capítulo é mapear e identificar as posições econômicas e sociais destes casos, bem como as características específicas dos recursos relacionados com elas.

### 3 POSICIONAMENTO PROFISSIONAL E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS SOCIAIS

Após apresentar as posições econômicas e escolares do universo desta pesquisa, bem como os demais recursos relacionados com estas posições, neste capítulo o principal objetivo é analisar os posicionamentos ocupacionais e profissionais dos 235 casos que compõem esta pesquisa, no sentido que esta auto definição é o resultado da mobilização destes recursos descritos anteriormente. Ou seja, as lógicas de apresentação ocupacional e profissional obedecem a critérios objetivos que podem ser relacionados com a posição econômica e escolar.

A partir das “profissões”<sup>60</sup> declaradas nas biografias disponíveis no site da Câmara dos Deputados foi possível estabelecer dois polos para agregar estes posicionamentos profissionais, sendo um deles as ocupações ligadas ao meio “empresarial” (Agropecuária, Comerciante, Empresário, Executivo Financeiro, Industrial, Pecuarista e Produtor Rural), que definem as atividades econômicas desempenhadas. No outro, as definições profissionais que estão condicionadas a Diplomas de nível superior (Administrador de Empresas, Advogado, Agrônomo, Contador, Dentista, Economista, Engenheiro, Geólogo, Jornalista, Médico e Pedagoga).

São apenas 6 posicionamentos declarados, que não puderam ser agregadas diretamente a nenhum destes dois polos, pois se tratam de ocupações que não foram possíveis identificar um recurso escolar que esteja em jogo ou que são trabalhadores assalariados<sup>61</sup> (Bancário, Corretor, Do Lar, Militar, Postos Religiosos, Professor, Radialista e Servidor Público). Todos os demais casos, existe no mínimo uma lógica de apresentação ocupacional ou profissional que está relacionada com um dos dois polos mencionados acima, em alguns casos com os dois, sendo assim agregadas em relação a estes.

Com isso foram estabelecidos três perfis de acordo com as lógicas das ocupações e profissões declaradas, sendo a primeira de “Empreendedores”, a segunda de “Profissionais Superiores” e a última a combinação destas duas lógicas, “Empreendedores Superiores”. Sendo que o objetivo principal deste capítulo é relacionar estes perfis e os seus recursos sociais disponíveis, principalmente em duas frentes: i) recursos econômicos (Patrimônio/Bens Declarados) e ii) seus recursos escolares (Diploma Escolar e Instituições de Ensino Superior).

---

<sup>60</sup> Nas fichas biográficas disponíveis no sítio da Câmara dos Deputados ([www.camara.br](http://www.camara.br)) existe um item para que o Deputado Federal se defina profissionalmente, neste sentido não diferenciado de ocupações. De acordo com a própria Câmara, o preenchimento deste dado é de responsabilidade do deputado, ficando a seu critério as informações que deseja divulgar.

<sup>61</sup> No próximo capítulo serão analisadas as trajetórias e suas posições ocupacionais.

Quadro 6 – Perfis Ocupacionais e Profissionais

	<b>Perfil 1</b>	<b>Perfil 2</b>	<b>Perfil 3</b>
<b>Definição</b>	“Empreendedores”	"Profissionais Superiores"	"Empreendedores Superiores"
<b>Número de Casos</b>	65 (27,65%)	92 (39,14%)	70 (29,78%)
<b>Critério</b>	Posicionamento Ocupacional a partir de atividades econômicas	Posicionamento Profissional condicionado por diplomas de nível superior	Posicionamentos que se apresentam tanto com ocupações econômicas, quanto profissões superiores

A definição de cada um dos perfis, segue a própria lógica nativa dos casos em suas apresentações ocupacionais e profissionais, com isso não se deriva qualquer lógica qualitativa por parte do pesquisador aos nomes atribuídos de cada perfil, tanto que constam entre aspas. Sendo assim a maioria dos casos se apresenta dentro de lógicas profissionais relacionadas a diplomas superiores, seguida dos casos que a combinam com as ocupações relacionadas a atividades econômicas e, por fim, os casos que se posicionam apenas a partir destas ocupações econômicas.

Nestes termos o objetivo agora é analisar os recursos econômicos e escolares disponíveis por cada um destes três perfis, pois ao caracterizá-los é possível apontar para lógicas comuns dentro de cada um deles, relacionando os recursos disponíveis e estas três lógicas de posicionamento ocupacional e profissional.

### 3.1 Os “Empreendedores”

O primeiro perfil se refere aos “Empreendedores”, ao todo são 65 casos que se posicionaram em ocupações relacionadas a atividades econômicas, representando um pouco mais de 25% do universo desta pesquisa, sendo o menor dos três perfis agregados.

Não foi feita qualquer distinção entre empreendimentos urbanos ou rurais, agregando assim tanto os “Empresários” quanto os “Produtores Rurais” em uma mesma categoria. Basicamente estas ocupações não estão condicionadas a qualquer recurso escolar, no caso, um Diploma Superior, pois mesmo que existam cursos que podem estar relacionados com estas atividades, como Administração, no primeiro caso e Agronomia, no segundo, para exemplificar, obtê-los não é uma condição para se enquadrar neste tipo de ocupação. Isso possibilita uma “utilização” destas ocupações, principalmente por se tratarem de posições de prestígio, ligadas aos recursos econômicos elevados, mas sem a necessidade de qualquer comprovação *a priori*.

Sendo assim não há uma relação direta entre o auto posicionamento no perfil “Empreendedor” e uma posição econômica elevada, nem mesmo com a posse de um empreendimento, pois existem diversos tipos complexos de relações com o meio privado, como por exemplo as categorias médias e altas que desempenham funções de direção dentro de empresas, como os Executivos, e são assalariados, ou mesmo as Empresas de capital aberto, onde não há um proprietário, mas sim acionistas. Por outro lado, os “Produtores Rurais” constantemente “jogam” com ocupações de trabalhadores rurais, como a de Agricultor, mesmo sendo proprietários das terras.

Dito isso, não é intenção deste trabalho definir o que seriam estas ocupações, no sentido de limitar os casos para quais seriam os “reais” empresários ou produtores rurais, mas sim apreender como o próprio posicionamento dentro destas ocupações está condicionado com a disponibilidade de determinados recursos sociais, principalmente econômicos, e a ausência de outros, como diplomas superiores.

### 3.1.1 Altos Patrimônios e Posições Econômicas

Iniciando pelos recursos de posição econômica, é possível constatar o alto patrimônio econômico deste perfil, mesmo sendo o perfil com o menor número de casos, detém a maior média do montante de bens entre os demais perfis, e a soma dos bens de todos os casos de “Empreendedores” representa quase metade do valor total de bens dos 235 casos do Universo da Pesquisa.

Tabela 10 – Patrimônio Econômico do Perfil “Empreendedores”

	Geral	"Empreendedores"
Casos	235	65
Média	R\$ 10.599.581,57	R\$ 18.779.775,38
Soma	Aprox. R\$ 2,5 Trilhões	Aprox. R\$ 1,22 Trilhões

Dos 5 casos com maiores patrimônios da pesquisa, 4 destes estão presentes neste perfil, sendo um indicativo para explicar essa grande concentração de bens. Somente estes 4 casos somam um total de R\$ 850.685.621,71 reais, ou seja, praticamente 75% do total deste perfil, apontando para uma concentração muito alta de recursos econômicos nestes casos, influenciando assim na caracterização dos “Empreendedores”.

O maior patrimônio pertence à Paulo Octávio, com o total de R\$ 323.468.303,86 reais, tendo como única profissão declarada a de Empresário. Iniciou no ramo de investimentos imobiliários, em Brasília, para posteriormente expandir seu grupo empresarial em diversas áreas, desde shopping centers, automóveis e também hotelaria, onde o grupo controla quase 15% dos apartamentos disponíveis no Distrito Federal. Possui também relações com concessões de rádio de televisão, constando o nome de sua esposa como uma das sócias destas atividades.

Seguido de João Magalhães, que declarou como profissão ser Cafeicultor e Pecuárta, com um montante total de R\$ 235.683.467,07 reais, possuindo também ações de Indústria do ramo de Confeção e Têxtil, já tendo ocupado o cargo de Diretor em uma concessão de Rádio AM, no interior de Minas gerais.

Com um montante de R\$ 192.511.136,63 reais, está Vadão Gomes, tendo declarado como profissão ser Empresário e Pecuárta, onde seus principais investimentos estão relacionados com a criação de gado e no ramo de transportes, sendo proprietário do Grupo Estrela Alimentos (Frigoestrela) e da Vadão Transportes, seu nome também consta como sócio em uma concessão de rádio no interior de São Paulo.

Por fim, o patrimônio de Eunício Oliveira com um montante de R\$ 99.022.714,15, tendo declarado como Profissão ser Empresário e Agropecuárta, apesar de não ser encontrada nenhuma empresa relacionada ao setor primário em sua declaração de bens, consta a informação que é sócio de diversas empresas, no ramo da Construção e Comércio. A principal atividade nos negócios é a Confederal, empresa de vigilância e transportes de valores, sendo o Poder Público um de seus clientes.

Ao excluir estes 4 casos das maiores fortunas, a média do Perfil de “Empreendedores” cai para R\$ 6.065.570,14 reais, entretanto ainda é superior aos demais Perfis, mantendo a constatação que existe uma forte concentração de bens econômicos neste grupo. Apresentando este Perfil em relação as suas posições econômicas, o peso destes casos extraordinários é amenizado e é possível observar as variações destas posições contidas nos demais casos de “Empreendedores”.

Tabela 11 – Posições Econômicas dos “Empreendedores”

Posições	Geral	"Empreendedores"
Alta	37	15
Média Alta	35	9
Média	105	23
Média Baixa	32	5
Baixa	22	10
Total	231	62

Este Perfil dos “Empreendedores”, além de concentrar a maior parte dos casos na posição alta, comparados aos outros dois perfis, também concentra o maior número de casos na posição econômica mais baixa, ou seja, com um total de bens menor que R\$ 500.000,00 reais. Este tipo de constatação descontrói qualquer tipo de relações diretas entre o posicionamento ocupacional dentro de atividades econômicas e a posse real de um elevado montante de patrimônio econômico, necessitando assim de comprovação empírica.

Já foi abordada anteriormente a possibilidade dos “usos” do posicionamento de ocupações relacionadas ao perfil dos “Empreendedores”, principalmente pela fluidez desta apresentação dentro destas ocupações, onde estes casos que estão nas posições mais baixas de patrimônio podem se apresentar da mesma forma que os casos que estão nas posições mais altas, apontando para as estratégias de apresentação.

Por exemplo o caso de Igor Avelino, tendo se declarado como Agropecuarista e Empresário, detém um patrimônio de R\$363.000,00 reais, onde constam as quotas de capital de uma agropecuária e distribuidora de veículos. Ou caso de José Telles, tendo se posicionando dentro das ocupações relacionadas aos “Empreendedores” (Agropecuário e Empresário), seu patrimônio é de R\$ 280.221,73 reais, estando na posição econômica baixa, constando em sua declaração de bens imóveis rurais, quotas de capital de indústria e comércio do ramo de alimentos e o capital social de uma Rádio no interior do Sergipe, que sua Esposa consta como sendo sócia.

Existem ainda os exemplos que constam apenas bens pessoais ou que as declarações de bens não estão disponíveis, como os casos de Norberto Teixeira, tendo como ocupação “Empresário”, sua declaração total de bens é de R\$ 42.000,00 reais, sendo a mais baixa do universo desta pesquisa, estando ausente qualquer patrimônio relacionado com a atividade empresarial. Já Augusto Franco, tendo como montante o valor de R\$ 224.438,92, também não consta qualquer atividade econômica, contudo possui relações com concessões de Rádio e Televisão<sup>62</sup>, que não constam em sua declaração. Contudo estes casos são a exceção, dos 65, somente em 7 não foi possível, através das declarações de bens, relacioná-los a alguma atividade econômica.

É importante pontuar que, independentemente do montante de patrimônio todos estes casos foram enquadrados como “Empreendedores”, por terem se posicionado em ocupações ligadas a atividades econômicas, sendo assim é possível especular sobre a veracidade destas declarações de patrimônio, que dificilmente podem ser verificadas e comprovadas, ou procurar

---

<sup>62</sup> Já ocupou o cargo de Diretor da TV Atalaia, tendo como principal sócio o seu irmão Walter Franco.

outros recursos disponíveis, como será feito no próximo capítulo em relação as ocupações profissionais ao longo da trajetória. Sendo assim, mesmo que não seja possível verificar os valores econômicos destes casos, existem dados sobre as ocupações e atividades privadas desempenhadas para complementar estas primeiras informações sobre a relação com o espaço econômico.

No geral, independente das faixas de patrimônio é possível constatar uma concentração das atividades econômicas no setor terciário, de Comércio e Serviços, ou uma combinação deste setor com o secundário, da Indústria e Extração, ou primário, da Agricultura e Pecuária, atuando assim de uma forma diversificada em mais de uma frente econômica.

Por exemplo o caso de Nilo Coelho, com patrimônio no valor de R\$ 24.690.546,01 reais, declarou como Profissão ser “Empresário”, é dono de um complexo industrial, que começou com sua família, tornando-se proprietário de extensas fazendas de cacau, café e gado, também é acionista da de uma concessão de Televisão e já foi proprietário de uma mina de ouro na Paraíba. Outro caso é de Odílio Balbinotti, tendo se declarado profissionalmente como bancário e produtor rural, seu patrimônio é de R\$ 16.066.180,57 reais, sendo o presidente das organizações que levam o seu nome, é dono de uma fazenda com aproximadamente 26 mil hectares, sendo um dos maiores produtores de soja do país, tendo também participações financeiras em uma empresa de biocombustível e eletricidade, além de conter a posse de uma aeronave, em sua declaração de patrimônio, avaliada em torno de R\$ 4 milhões.

O que pode ser constatado deste primeiro Perfil, em relação aos recursos econômicos, é que a maior parte (58 casos) foi possível evidenciar as relações com atividades econômicas, visto que declararam a posse de bens dentro dos 3 setores possíveis, com isso não tendem a “usar” a categoria ocupacional sem realmente deter bens advindos de atividades econômicas. Por outro lado, existem grupos distintos em relação as posições econômicas, pois em um extremo concentra os casos com os maiores patrimônios do Universo da Pesquisa, no outro é o Perfil que mais tem casos na posição econômica mais baixa. Neste sentido a lógica de apresentação dentro das ocupações agregadas neste Perfil não está relacionado com posições econômicas altas.

### *3.1.2 – A Ausência de Diplomas*

Anteriormente foi possível constatar a relação que existe entre o posicionamento ocupacional como “Empresário” ou “Produtor Rural” e a posse de bens econômicos, mesmo

que existam posições econômicas distintas. Neste segundo momento o objetivo é analisar a relação deste Perfil com os recursos escolares, a partir da posse de diplomas superiores. Iniciando assim pela tabela 12 já é possível observar a baixa frequência de casos nas posições superiores

Tabela 12 – Posições Escolares dos “Empreendedores”

Posições	Geral	"Empreendedores"
Baixa	3	2
Média	56	46
Alta	175	16
Sem Informação	1	1
Total	235	65

Já foi demonstrado anteriormente o alto grau de escolaridade do Universo de Pesquisa, o que não se repete para este Perfil específico, visto que o número de casos que dispõem de um diploma de nível superior e que se posicionaram com ocupações relacionadas a de “empresário” ou “produtor rural” representa menos de 10% dos casos que tem nível superior completo. Já em relação aos 65 casos deste Perfil agregado, os que detém diploma superior representam cerca de um quarto dos casos, demonstrando um afastamento dos recursos escolares por parte do perfil de “Empreendedores”.

Com isso, pode-se afirmar que para este grupo específico não há uma relação entre a posse de recursos escolares e a atividade econômica destes agentes, atribuindo ao diploma escolar um papel secundário no acesso a estas ocupações. Entretanto esta ausência de diplomas tem relação direta no posicionamento ocupacional dentro do perfil “Empreendedores”.

Para 48 casos não existe a possibilidade de se definir com uma profissão relacionada a um diploma de ensino superior, ao não dispor deste recurso de diferenciação social e apresentação profissional, por isso estes casos acabam “usando” sua ocupação ligada a atividades econômicas, que tendem a compensar socialmente esta ausência de diplomas, ao “jogar” com a categoria ocupacional de “empresário” e “produtor rural”, relacionados com a posse de recursos econômicos, atingem um prestígio social que tende a substituir o diploma escolar.

Para os outros 16 casos, que detém um diploma e poderiam assim utilizá-lo como um trunfo social, não há uma explicação conjunta do porque não o fazem, apenas para alguns casos é possível apontar certas especificidades, como os diplomas tardios, onde a trajetória



profissional antecede o curso superior, ou as áreas distantes da atividade econômica, como as Ciências Humanas e o Direito

Quadro 7 – Os “Empreendedores” com Diplomas

Nível Escolar	Cursos	IES	Local
14 casos com Superior, 1 com especialização e 1 com mestrado	Agrárias e da Terra (1), Direito (5), Engenharias (2), Humanas (4) e Sociais Aplicadas (4)	Comunitárias/Filantropicas (5), Privada/Particular (4) e Pública (6)	11 Estudaram na Capital e 4 no Interior

O principal apontamento são os cursos superiores que estão mais distantes do meio empresarial, como é o caso das Humanas (4 casos) e o de Direito (5 casos), ao serem comparados com as demais áreas, não se constituindo em um trunfo no espaço econômico. Dos 4 casos diplomados em humanas, 2 deles só concluíram o ensino superior tardiamente, que são Silas Câmara, formado em Teologia com 50 anos de idade e Suely Campos, tendo concluído a faculdade de Letras aos 47 anos. Já os 5 casos de Bacharéis em Direito 3 deles estão na posição econômica alta, como é o exemplo de Alberto Mourão e Nelson Marquezelli, onde ambos iniciaram o curso de Direito cedo e se formaram antes dos 30 anos, contudo jamais atuaram na área, tendo sua trajetória profissional iniciada antes da obtenção do título.

Enfim, não só a posse de bens relacionados com atividades econômicas, mas também a ausência de diplomas superiores é uma característica destes casos, condicionando assim para que se posicionem profissionalmente dentro da lógica de atividades “Empreendedoras”.

### 3.2 – “Profissionais Superiores”

O segundo perfil construído por este trabalho se refere aos casos que declararam profissões relacionadas a um diploma superior, ou seja, Administradores de Empresas, Advogados, Engenheiros, Médicos, Etc. Ao todo são 92 casos que utilizaram este trunfo escolar e não se posicionaram ocupacionalmente com qualquer atividade ligada a atividades econômicas, distribuídos de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 13 – Posicionamento Profissional do Perfil “Profissionais Superiores”

Profissão	Nº de Casos
Advogado	25
Agrárias e da Terra	6
Jornalista	1
Pedagogo	1
Engenheiro	13
Médico	19
Dentista	1
Sociais Aplicadas	26
Total	92

Diferentemente do perfil que foi abordado anteriormente, existe uma condição para este tipo de profissional, que é ser formado no curso relacionado, com isso o diploma de ensino superior se torna um recurso necessário, por estar relacionado com a Profissão. Entretanto é importante frisar que mesmo assim ainda existe a possibilidade de “usos” estratégicos do diploma na apresentação profissional, pois nesse momento está sendo apresentada a relação entre o nível superior e a declaração profissional, e não necessariamente entre a ocupação exercida ao longo da trajetória, com isso um Advogado ou um Médico, podem ter realizado seus estudos nesta área, sem a necessidade de atuar como tal.

Diante deste questionamento estes casos foram mantidos justamente para ir além do auto posicionamento como “Empresário” ou “Produtor Rural”, pois a partir de fontes diversas de informação<sup>63</sup> estes casos foram apontados como obtendo atividades econômicas de destaque, mesmo não se posicionando nestas profissões. Por isso serão analisados da mesma forma que o perfil anterior, apresentando os dados referentes aos recursos econômicos detidos, bem como as especificidades dos recursos escolares, visto que todos tendem a ter nível superior.

### 3.2.1 Patrimônios Médios e Bens Pessoais

A principal função de analisar os recursos econômicos disponíveis por este segundo Perfil é justamente questionar quais são as posições ocupadas no espaço econômico e se detém algum tipo de atividade econômica, justamente para questionar o posicionamento Profissional e apreender o tipo de relação que se tem com o meio empresarial.

<sup>63</sup> Extraídas de documentos elaborados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar e do Dicionário Histórico Bibliográfico, realizado pelo CPDOC.

Dito isso, este Perfil é o que contém o maior número de casos, contudo tem a segunda maior soma de patrimônio e a pior média de montante de bens, como demonstra a tabela 7:

Tabela 14 – Patrimônio Econômico do Perfil “Profissionais Superiores”

	Geral	“Profissionais Superiores”
Casos	235	92
Média	R\$ 10.599.591,57	R\$ 4.690.454,12
Soma	Aprox. 2,5 Trilhões	Aprox. 0,43 Trilhão

De acordo com estes testes básicos é possível constatar que os recursos financeiros dos casos que constam neste perfil, não são tão elevados, por isso, mesmo com a segunda maior soma de patrimônios quando distribuídas dentro dos 92 casos se atinge a menor média dos Perfis aqui construídos.

Por exemplo, o patrimônio mais alto deste Perfil é a de Sandro Mabel com um montante total de R\$ 70.992.163,06 reais, tendo iniciado sua carreira na Companhia Industrial de Produtos e Alimentos, pertencente à família e responsáveis pelos biscoitos Mabel. O segundo caso de maior patrimônio dispõe de uma quantia bem inferior, que é o caso de Wigberto Tartuce, com um montante de R\$ 33.300.966,93 reais, tendo fundado sua própria empresa, a Tartuce Construtora e Incorporadora, atuando no ramo da Construção principalmente em Brasília.

Esta é uma primeira diferença possível de ser demonstrada, entre este e o Perfil dos “Empreendedores, analisado anteriormente, enquanto o primeiro perfil estavam os casos que detinham patrimônios elevados ou muito baixos, os casos do Perfil “Profissionais Superiores” tendem a se concentrar nas posições econômicas médias:

Tabela 15 – Posição Econômica dos “Profissionais Superiores”

Posições	Geral	“Profissionais Superiores”
Alta	37	10
Média Alta	35	16
Média	105	39
Média Baixa	32	18
Baixa	22	8
Total	231	91

Além dos dois exemplos de grandes patrimônios já relatados anteriormente, os outros 8 casos tendem a ficar muito próximo dos R\$ 10 milhões de reais, valor limite mínimo para a posição econômica alta, apontando para uma proximidade com a faixa média alta de

patrimônio. No polo oposto são 8 casos que estão na posição baixa, ou seja, com patrimônio inferior a R\$ 500 mil reais, sendo que 4 destes declararam apenas bens pessoais. O patrimônio mais baixo é o de Paes Ladin, estimado em R\$ 26.690,95 reais, declarando ações de estatais e vínculos com indústria do ramo alimentício.

Já a maioria dos casos tendem a se concentrar nas posições médias (39 casos na média, 18 casos na média baixa e 16 casos na média alta), totalizando 73 casos. Um exemplo é de Gilberto Kassab, estando na faixa de patrimônio média alta com um montante de R\$ 6.536.140,32 reais, composto por quotas de capital das empresas Yapê, cujo patrimônio está relacionado a diversos ramos, como construção civil, comércio e transportes. Outro caso é o de Valdemar da Costa neto, com uma fortuna de R\$ 3.020.985,04, estando na posição econômica média, tendo como atividade a extração de madeira e minério, e sendo proprietário de uma fazenda em Goiás.

Outra característica deste perfil é a concentração dos casos que declararam apenas bens pessoais em seu patrimônio totalizando 10 casos<sup>64</sup>. Mesmo sem declarar nenhuma atividade econômica entre os seus bens, o montante mais baixo é de Hermes Parcianello, com R\$ 254.976,43 reais, tendo se definido como “Bacharel em Ciências Contábeis”. Já o mais elevado é de Roberto Magalhães, estando na faixa média de patrimônio, com um montante de R\$ 1.988.361,98 reais, cuja profissão declarada é de advogado.

Todos os demais casos 81 apresentam algum tipo de relação com atividades empresariais, inclusive em alguns casos tendo relação mais de um setor. Este perfil, também por ser o mais numeroso, concentra a maioria de casos com atividades nos 3 setores, tendo 27 casos no setor primário, 29 no setor secundário e 66 no setor terciário, sendo o mais expressivo. A Tabela 9 aponta os setores, mas também a concentração de mais de uma atividade por pessoa:

---

<sup>64</sup> São 19 casos ao todo, onde constam apenas 4 casos no primeiro perfil e 2 casos no terceiro perfil, ainda não apresentado.

Tabela 16 – Setor de Atividade Econômica dos “Profissionais Superiores”

Setor	Casos
1º	7
1º e 2º	2
1º e 3º	14
2º	6
2º e 3º	17
3º	31
1º, 2º e 3º	4
Bens Pessoais	10
Sem Informação	1
<b>Total</b>	<b>92</b>

Mesmo que o posicionamento profissional seja relacionado com um diploma, e não necessariamente com uma ocupação econômica, em apenas 11 casos não constam em seus patrimônios qualquer tipo de bens econômicos, ou seja, 81 casos possuem em suas declarações de bens relações com atividades econômicas.

Dos 25 casos que estão presentes nas duas faixas mais elevadas, ou seja com patrimônio superior aos R\$ 5 milhões, apenas 7 tem suas atividades em um único setor. Um deles é Pedro Novais, tendo o quinto maior patrimônio deste perfil, mas o maior patrimônio restrito a um único setor, estimando em R\$ 14.515.641,23 reais, tem suas atividades econômicas concentradas somente no setor secundário detendo ações de empresas dos ramos de construção civil e extrativas. O segundo maior patrimônio dos casos com atividades exclusivas a um setor é o de Antônio Carlos Magalhães Neto, sendo o oitavo maior patrimônio deste Perfil, com R\$ 13.327.167,12 reais, tendo atividades no terceiro setor, representadas pelo ramo de comunicação, relacionadas com quotas da concessão de TV Bahia, que é de propriedade de seu Avô.

Com isso este Perfil dos “Profissionais Superiores”, apesar dos casos não se apresentarem profissionalmente com atividades ocupacionais relacionadas com o meio empresarial, mas sim condicionadas por um diploma de nível superior, a sua maioria detém relações com atividades econômicas, de acordo com a sua declaração de patrimônio, onde somente em 11 casos, não foi possível identificar estas atividades. Os “Profissionais Superiores” se concentram principalmente nas posições econômicas médias e a maioria não diversifica suas atividades econômicas em mais de um setor, concentrados no setor terciário, de comércio e serviços.

### 3.2.2 Os Diplomas Superiores

Este segundo perfil de casos foi agregado a partir da definição relacionada a profissões de nível superior, por isso condicionadas a um diploma escolar, sendo assim dos 175 casos com nível superior completo do universo deste trabalho, 90 (51,42%), estão presentes neste perfil ocupando assim a posição escolar alta. Contudo existem dois casos que se definem profissionalmente como Administradores de Empresas, tendo inclusive iniciado este curso, mas sem concluí-lo, com a diferença é que um destes realizou um curso técnico na área e posteriormente uma especialização no exterior. Todos os demais são formados em instituições de ensino superior, em 8 áreas/cursos distintos da onde provém os diplomas, atribuindo assim diferentes características sociais e possibilidades de “usos” para os seus portadores.

Quadro 8 – Recursos Escolares dos “Profissionais Superiores”

<b>Cursos</b>	<b>IES</b>	<b>Local</b>
Agrárias (6), Comunicação Social (2), Direito (24), Engenharias (15), Humanas (3), Medicina (18), Saúde (2) e Sociais Aplicadas (20)	Comunitárias/Filantrópicas (14), Privada/Particular (9) e Públicas (64)	76 casos estudaram na capital e 11 no interior

É interessante constar o número expressivo de diplomas nos cursos de Direito (24 casos) e Medicina (18 casos), considerados tradicionais, carregando um peso simbólico de prestígio social. Por outro lado, existem os cursos considerados voltados para o mercado privado, associados a um pragmatismo e empreendedorismo, como as engenharias (15 casos) e sociais aplicadas (20 casos). Estes 4 cursos/áreas concentram 77 casos dos 90 com ensino superior.

A concentração de recursos escolares deste perfil não se restringe ao diploma de ensino superior, sendo também em relação aos casos que fizeram algum tipo de especialização. No universo deste trabalho são 46 casos com nível educacional além do superior completo, sendo que 31 deles estão presentes neste perfil, sendo as duas principais áreas a de Direito e Medicina, cada uma com 9 casos.

A definição profissional relacionada com um diploma, não exclui a possibilidade de haver uma relação com os bens econômicos, mesmo em profissões que, em um primeiro momento, parecem pouco relacionadas com o meio empresarial, como o caso dos Médicos e Advogados, se comparados com Administradores de Empresas e Engenheiros, por exemplo. São nestes termos que ocorre uma relação muito mais complexa entre o curso superior, posicionamento profissional e bens econômicos declarados. Por isso não se pode analisar os diplomas escolares em si mesmos, mas sim como possíveis trunfos para reprodução de posições

sociais, com isso não se caí em um erro analítico de considerar de forma mecânica, por exemplo os casos formados em Direito, como sendo advogados, nem como se uma definição profissional excluísse outras atividades possíveis, por exemplo se declarar Médico e exercer exclusivamente a Medicina, sendo que uma característica do Universo da Pesquisa é a justamente a diversificação de posições.

Por exemplo, são 25 casos que se apresentam como Advogados, destes em apenas 4 declarações não constam bens econômicos, contendo apenas bens pessoais, já os outros 21 casos se concentram nas atividades do setor terciário, principalmente no ramo de serviços. Nos 19 casos que se posicionam como Médicos, em apenas em 4 deles não consta nenhum bem econômico, tendo suas declarações de patrimônio restrita a bens pessoais. Os demais 15 casos concentram seus bens principalmente no setor terciário, no ramo de comércio e serviços e em alguns casos diversificando com o setor primário, na agricultura e pecuária, estando nas faixas médias de patrimônio. É interessante pontuar também que em 4 casos a própria atividade médica se torna uma atividade de empreendimento econômico, constando em suas declarações de bens a participação, através de quotas de capital, em clínicas e hospitais particulares.

É importante frisar esta característica de diversificação de posições por parte deste grupo aqui estudado, que poderá ficar ainda mais clara ao analisar as posições ocupadas no decorrer da trajetória profissional, no próximo capítulo. Mas a questão principal foi demonstrar que mesmo obtendo diplomas superiores e se posicionando a partir de profissões superiores, este perfil, não deixou de declarar bens econômicos em sua lista de patrimônios, apontando assim para posições dentro do espaço econômico, combinadas com a concentração de recursos escolares evidenciados por diplomas e especializações.

### **3.3 “Empreendedores Superiores”**

O primeiro Perfil, dos “Empreendedores”, foi construído a partir do posicionamento profissional em relação a atividades econômicas, ou seja, não necessariamente uma profissão, mas sim ocupações. Neste Perfil foi possível demonstrar que não existe uma relação direta entre se apresentar dentro das ocupações de atividades econômicas e ocupar posições altas no espaço econômico, contudo existe uma forte relação neste posicionamento com a ausência de diplomas superiores, ocupando principalmente a posição escolar média.

Já o segundo perfil, dos “Profissionais Superiores”, não se apresentou através de ocupações econômicas, mas sim profissões relacionadas a cursos superiores, apontando para

uma grande concentração de recursos escolares. Contudo, também dispunham de recursos econômicos, pois em poucos casos não foram constatadas atividades econômicas nas declarações de bens, concentrados principalmente nas posições econômicas médias.

Este último perfil de posicionamento profissional são os casos que se apresentam tanto com as ocupações relacionadas as atividades do meio empresarial, quanto profissões superiores, condicionadas pela posse de diplomas. Ao todo são 70 casos que se definiram profissionalmente de acordo com o quadro abaixo, sendo o segundo maior perfil:

Tabela 17 – Posicionamento Profissional do Perfil “Empreendedores Superiores”

Profissão Superior	Ocupação Econômica		Total
	Empresário	Produtor Rural	
Advogado	24	3	27
Agrárias e da Terra	4	4	8
Comunicação	0	1	1
Engenharias	8	2	10
Médico	3	3	6
Saúde	1	1	2
Sociais Aplicadas	9	7	16
Total	49	21	70

A maior frequência de casos são os que combinam o posicionamento de Advogado com o de Empresário, utilizando assim de uma profissão reconhecidamente tradicional combinada com uma ocupação de prestígio econômica. Nestes termos, este último perfil deve ser analisado destacando as semelhanças e diferenças dos outros dois já apresentados, em relação as particularidades das posições econômicas e escolares.

### 3.3.1 As posições econômicas médias e altas

O Perfil dos “Empreendedores Superiores” é o segundo maior em número de casos, possuindo assim a segunda maior média de patrimônio, perdendo somente para o Perfil dos “Empreendedores”, contudo é o Perfil com o menor total de recursos econômicos. Neste sentido estes testes estatísticos iniciais podem indicar ou que existem poucos casos com alto patrimônio, não puxando a média para cima, ou são casos concentrados em determinadas posições econômicas.



Tabela 18 – Patrimônio Econômico do Perfil “Empreendedores Superiores”

	Geral	“Empreendedores Superiores”
Casos	235	70
Média	R\$ 10.599.591,57	R\$ 5.574.091,71
Soma	Aprox. 2,5 Trilhões	Aprox. 0,39 Trilhão

Ao analisar a distribuição dos casos nas posições econômicas, é possível constatar que neste terceiro perfil são poucos os que estão nas posições econômicas baixas, estando concentrados principalmente na posição média e alta, sendo que a maioria dos casos desta última posição com patrimônios próximos ao limite mínimo da posição média alta.

Tabela 19 – Posições Econômicas do Perfil “Empreendedores Superiores”

Posições	Geral	“Empreendedores Superiores”
Alta	37	11
Média Alta	35	9
Média	105	39
Média Baixa	32	9
Baixa	22	2
Total	231	70

O maior patrimônio é de João Mendes, com um montante avaliado em R\$ 53.634.042,12 de reais, posicionou-se profissionalmente como engenheiro e empresário, sendo Fundador do Grupo João Mendes, com bens econômicos no ramo de construção civil, comércio e serviços. Já segundo maior patrimônio deste Perfil, está abaixo dos R\$ 50 milhões, que é o caso de Paulo Lima, que se posicionou profissionalmente como Empresário, Engenheiro e Produtor Rural, com um patrimônio avaliado em R\$ 40.326.269,02 reais, tendo como bens econômicos relações com construção civil e mineradora, mas também com quotas de associação educacional e concessão de rádio, tendo sua esposa como sócia. Outro exemplo, está o terceiro patrimônio, que é praticamente a metade do segundo, com R\$ 21.169.733,16 reais, Francisco Garcia, Empresário e Médico, sendo presidente da Garcia Industrial S.A., tendo bens econômicos relacionados com a indústria de bens eletrônicos, com o ramo de comércio e quotas sociais de concessão de rádio e televisão, que consta seu filho como um dos sócios. Os outros 8 casos de bens elevados, ficam na média de R\$ 13 milhões de reais, ocupando a posição econômica alta, mas próximos do limite com a posição econômica média alta.

Este perfil concentra o segundo maior número de casos na faixa alta, contudo sem casos com patrimônios exorbitantes dentro dela, como foi demonstrado anteriormente, tendo quase 85% dos seus casos com patrimônio acima de R\$ 1 milhão de reais, e apenas 2 casos na faixa

baixa de patrimônio. Sendo um deles de Augusto César, tendo declarado como Profissão ser Advogado e Empresário, possui um patrimônio avaliado em R\$ 445.332,00 reais, constando em seus bens relações com a Empresa Empar, do ramo imobiliário. O outro caso é Carlos Batata, Produtor Rural e Veterinário, seu patrimônio é de R\$ 186.000,00, concentrando suas atividades no ramo da pecuária.

Em apenas 2 casos não constam em suas declarações de patrimônio, bens relacionados com atividades econômicas, restringidas a bens pessoais. Contudo um destes, Sérgio Guerra, que se posicionou como Economista e Pecuarista, tendo seu patrimônio relativamente elevado, com um total de R\$ 3.014.044,83 reais. Já o outro caso é de Rose de Freitas, Jornalista e Produtora Rural, com um patrimônio bem menor que este caso anterior, de R\$ 988.566,00 reais, estando bem acima da média dos casos com bens pessoais. Os demais 68 casos, constam em suas declarações de patrimônio bens relacionados a atividades empresariais, em pelo menos um setor econômico.

Como nos demais perfis o maior número das atividades se concentra no setor terciário com 54 casos, contudo este perfil é o que mais constam casos no setor primário, totalizando 29 ao todo, sendo o segundo setor principal de atividade, a frente do secundário, com 24 casos.

Também de acordo com os outros dois perfis, há uma relação entre a diversificação dos setores de atividade econômica e um montante de patrimônio elevado, dos 11 casos que estão nas faixas altas, além dos 3 maiores patrimônios já descritos anteriormente, mais 4 também diversificam seus bens econômicos, principalmente entre os ramos da agricultura e atividades do setor terciário. Por exemplo o caso de Dilceu Sperafico, tendo se declarado como Agropecuarista, Empresário e Advogado, com um patrimônio de R\$ 12.246.244,09 reais, é proprietário de terras no Paraná e Mato Grosso e da Empresa Sperafico Alimentos, além de ter sido sócio de um grande conglomerado de empresarial pertencente a sua família abrangendo empresas no ramo hoteleiro e agroindustrial. Outro exemplo é de Felix Mendonça, Empresário e Engenheiro Civil, com um patrimônio avaliado em R\$ 11.652.160,27 reais, com ações referentes a uma empresa agrícola, cotas de capital da TV Bahia e relações com uma empresa de Holdings.

As principais diferenças em relação aos recursos econômicos deste último Perfil com os demais, são as posições médias altas, com apenas 11 casos nas posições mais baixas. Por outro lado, não há patrimônios muito elevados dentro da posição econômica alta e em 68 casos foi possível demonstrar a relação com uma atividade de pelo menos um setor econômico.

### 3.3.2 Altas Posições Escolares

Este Perfil dos “Empreendedores Superiores”, da mesma forma que o perfil dos “Profissionais Superiores”, sua apresentação está condicionada a um diploma superior, com diferença que combina a apresentação profissional, ligada ao diploma, com a ocupacional, ligada a atividade econômica, dentro desse quadro dos 70 casos, 67 estão na posição escolar alta<sup>65</sup>.

Os principais recursos escolares deste perfil podem ser resumidos de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 9 – Recursos Escolares do Perfil “Empreendedores Superiores”

<b>Cursos</b>	<b>IES</b>	<b>Local</b>
Agrárias (8), Direito (27), Engenharias (10), Humanas (2), Medicina (6), Saúde (1) e Sociais Aplicadas (13)	Comunitárias/Filantrópicas (10), Privada/Particular (14) e Públicas (41)	45 casos estudaram na capital, 19 no interior e 01 no Exterior

De acordo com o quadro, os recursos escolares compartilhados por este perfil se assemelham aos do Perfil de “Profissionais Superiores”, apenas em relação aos cursos e áreas dos diplomas é que existem algumas diferenças, no caso o aumento do Diploma em Direito e a queda, principalmente, em Medicina. Existem também 14 casos que realizam algum tipo de especialização, sendo 6 destes fora do país, principalmente nos Estados Unidos.

Como também foi indicado no Perfil anterior, existem cursos e áreas que não são geralmente associadas a atividades econômicas, como o Direito, mas mesmo assim em apenas 2 casos não foram identificadas relações com atividades econômicas. Neste sentido o “uso” do diploma está associado a diversificação das posições, ou seja, existe a relação com o recurso econômico definida pela definição ocupacional, mas também é acionado o recurso escolar, na apresentação profissional.

De alguma forma seria esperado esta baixa diferenciação entre o segundo perfil e este em relação as posições escolares, visto que a apresentação profissional superior, em raros casos não é confirmada com a obtenção do diploma. Contudo existe uma diferenciação em relação as áreas e cursos realizados. Enfim, este perfil pode ser caracterizado pelas posições econômicas a cima da faixa média, também detendo diplomas escolares.

<sup>65</sup> Os outros três casos, não constam informações de ensino superior completo, sendo que um deles terminou o curso técnico em enfermagem, tendo se posicionado como Empresária e Enfermeira. Já os outros 2 casos, as informações obtidas indicaram que eles iniciaram o curso superior, sem concluí-lo.

### 3.4 Recursos disponíveis e perfis de posicionamento profissional

Ao categorizar os posicionamentos profissionais dos 235 casos do universo desta pesquisa, foi possível identificar duas lógicas principais, uma delas ligada a apresentação através de ocupações relacionadas a atividades econômicas (Agropecuária, Comerciante, Empresário, Executivo Financeiro, Industrial, Pecuarista e Produtor Rural), e outra relacionada com profissões que, na sua maioria, estariam condicionadas por diplomas superiores (Administrador de Empresas, Advogado, Agrônomo, Contador, Dentista, Economista, Engenheiro, Geólogo, Jornalista, Médico e Pedagoga). Em apenas 6 casos não foi possível utilizar um destes critérios, sendo definidos por outras lógicas ocupacionais, como a de trabalhadores assalariados, atividades religiosas ou cargos militares (Bancário, Corretor, Do Lar, Militar, Postos Religiosos, Professor, Radialista e Servidor Público).

Partindo desta categorização foi possível construir 3 Perfis que sintetizam as lógicas de apresentação profissional, o primeiro de “Empreendedores”, ligados as ocupações econômicas; o segundo de “Profissionais Superiores”, relacionados com profissões e diplomas; por fim, os casos que se apresentam tanto com ocupações econômicas, quanto a profissões, combinando as lógicas.

Dentro deste quadro, o objetivo do capítulo foi analisar as diferenças e semelhanças entre estes três perfis, com a finalidade de determinar padrões de mobilização de recursos que condicionam estas lógicas de apresentação profissional.

Por exemplo, no perfil “Empreendedores”, estão os casos com o maior montante de patrimônio desta pesquisa, contudo esta lógica de apresentação não está necessariamente ligada a posições econômicas altas, visto que existem casos com montantes abaixo de R\$ 500.000,00 reais. Nestes sentidos, esta lógica de apresentação pode ser utilizada como um trunfo, mobilizando os recursos econômicos disponíveis, para compensar dois pontos: i) posições econômicas baixas, o posicionamento profissional dentro de atividades econômicas carrega um capital simbólico de prestígio e sucesso pessoal, onde não é necessário a sua comprovação, como foi colocado anteriormente, o diretor presidente de uma grande indústria pode se apresentar como empresário, da mesma forma que o dono de uma concessionária de veículos, com isso igualando, na forma do posicionamento, as diferenças de posições econômicas; ii) posições escolares baixas, visto que quase 75% do universo detém diploma superior, neste perfil a porcentagem cai para um pouco menos de 25%, com isso ao não dispor de posições escolares altas, a apresentação profissional fica restrita a atividade econômica que se ocupa, onde, da

mesma forma que foi colocado no item anterior, a apresentação dentro dessa lógica não está condicionada a nenhum diploma, mas dispõem do seu valor simbólico.

No outro polo está o perfil “Profissionais Superiores”, concentrando a maior parte dos casos das posições escolares altas, onde as principais profissões declaradas estão relacionadas com as áreas e cursos de Direito, Sociais Aplicadas, Medicina e Engenharias. Nestes termos, diferentemente do perfil anterior, a principal mobilização de recursos é a escolar, onde o trunfo se encontra no diploma superior, que condiciona a apresentação profissional em duas frentes: i) a omissão da ocupação, visto que se apresentar profissionalmente utilizando o diploma superior, não está relacionado com desempenhar realmente a atividade, sendo que este trunfo fica mais claro ao encontrar em quase 90% dos casos deste perfil, algum empreendimento econômico nas declarações de bens, e, apesar da maioria dos casos estarem concentrados nas posições econômicas médias, em um pouco menos de 30% dos casos o montante de patrimônio é superior a R\$ 5 milhões de reais; e, ii) o peso simbólico dos diplomas escolares, visto que existe uma concentração em cursos tradicionais, como o de Direito e Medicina, já consagrados ao longo do processo histórico e valorizados socialmente, mas também os cursos e áreas relativamente mais novas, rotuladas por uma *expertise* técnica e voltada ao mercado de trabalho, que é o caso das Engenharias e Sociais Aplicadas.

Por fim está o perfil “Empreendedores Superiores”, que se apresentam utilizando as lógicas tanto das ocupações relacionadas as atividades econômicas, quanto das profissões condicionadas por diplomas superiores. Neste sentido, a mobilização não é apenas de um tipo de recurso disponível (como a maioria dos casos do perfil “Empreendedores” em relação ao econômico, ou do perfil “Profissionais Superiores, em relação ao escolar), pois ambos estão disponíveis e são acionados no posicionamento profissional, já que em mais de 95% dos casos foi possível identificar a posição escolar alta. Da mesma forma que se encontrou algum tipo de empreendimento em suas declarações de bens, onde a maioria detém um montante de patrimônio acima de R\$ 1 milhão de reais, com somente 15% dos casos abaixo deste valor, sendo que estes casos se distribuem, principalmente, na posição econômica média e na alta. Sendo assim o trunfo deste perfil é a combinação destas duas lógicas de apresentação profissional, podendo assim “jogar” tanto com a ocupação econômica, quanto com o diploma escolar, ocupando duas posições distintas no próprio posicionamento.

Enfim, foi possível relacionar as lógicas de posicionamento profissional juntamente com os recursos mobilizados, inclusive indo além destes, apresentando também outros tipos de recursos disponíveis ou ausentes, para uma maior compreensão dos Perfis que foram construídos. Contudo ainda é necessário analisar as trajetórias ocupacionais e profissionais

desempenhadas, não tomando este posicionamento para inferir a atividade desempenhada ao longo da vida, por isso, no capítulo a seguir, serão apresentadas as informações para compor os itinerários trilhados.

#### 4 AS TRAJETÓRIAS SOCIAIS E SEUS ITINERÁRIOS ESPECÍFICOS

A análise de trajetória é uma parte importante deste trabalho, pois capta as atividades ocupadas ao longo de um período longitudinal e suas possíveis mudanças. Coletando detalhes que escapam da lógica das posições econômicas, escolares e sociais, apresentadas anteriormente através de dados em momentos específicos. Assim procura-se compor outros recursos adquiridos nas atividades ocupacionais e profissionais, anteriores a entrada na política e a construção de determinados itinerários de acordo com as atividades e posições ocupadas.

Por isso, o objetivo deste capítulo é apreender as diferentes trajetórias ocupacionais e profissionais, suas continuidades ou mudanças, e os espaços onde estas atividades estão sendo desempenhadas, procurando relacionar os perfis de apresentação profissional, analisados no capítulo anterior, e as ocupações reais ao longo da trajetória.

As informações foram extraídas a partir dos dados biográficos dos 235 casos, coletados em suas fichas da Câmara de Deputados, bem como os seus verbetes elaborados pelo DHBB do CPDOC. Foi possível sistematizar estes dados a partir de 4 itinerários possíveis, construídos em relação ao meio das atividades desempenhadas por mais tempo, ou na qual se ocupou o maior cargo, são eles: i) privado, ii) público, iii) político e iv) outros. Cada um destes itinerários será analisado em relação as diferentes posições ocupadas, atentando para as mudanças e continuidades dos meios ocupacionais, bem como quais foram os cargos ocupados por estes casos. Da mesma forma estes itinerários serão relacionados com as posições econômicas, escolares e sociais, construídas no capítulo anterior.

Antes de iniciar a análise, o quadro a seguir sistematiza e ilustra os 4 itinerários construídos a partir da análise de trajetórias feita.

Quadro 10 – Os 4 Itinerários de Trajetórias

<b>Itinerários</b>	<b>Privado</b>	<b>Público</b>	<b>Político</b>	<b>Outros</b>
<b>Número de Casos</b>	113 (48,1%)	59 (25,1%)	33 (14,1%)	30 (12,7%)
<b>Característica</b>	Diretor, Gerente, Proprietário ou Assalariado de Empresa Privada	Cargos Comissionados, Nomeados ou Servidores Públicos Concursados	Não apresentam qualquer outro cargo ocupado antes do Eletivo	Militares, Professores, Profissionais Liberais e Religiosos

Quase metade dos casos acaba seguindo uma trajetória social em um itinerário dentro do meio privado, visto que o primeiro recorte deste trabalho estava relacionado com casos que detinham algum tipo de atividade econômica, contudo não se excluíram possíveis trabalhadores

assalariados das empresas privadas, considerando todas as atividades ocupacionais destes casos.

O segundo maior itinerário se trata das posições públicas, importante atividade desempenhada antes de entrar no mercado político para concorrer a postos eletivos, visto que já pode ser considerada, dependendo da ocupação, uma atividade política em seu sentido público, tendo contato com partidos e visibilidade social.

Sobre os 33 casos do itinerário político, não há informações sobre uma trajetória empregatícia, onde o primeiro registro de posição ocupada já é o cargo político eletivo, iniciando assim sua carreira política, dessa forma as informações específicas serão abordadas no capítulo seguinte, por enquanto as informações apresentadas se restringem a uma caracterização dos casos deste itinerário.

Por fim, o itinerário intitulado “outros” concentra os Militares, Professores, Profissionais Liberais e atividades ligadas a Religião, que não puderam ser inseridas na lógica da atividade privada nem pública, dentro dos critérios propostos, restringindo-se a menor parte dos itinerários com apenas 30 casos.

Além destes 4 itinerários de trajetórias possíveis, também serão sistematizadas as informações gerais sobre o início da trajetória, e a última posição ocupada antes do sucesso eleitoral, bem como é apresentado um item específico sobre o itinerário em entidades associativas e sindicais, sendo separado dos itinerários principais, por ser considerado complementar a estes, como será demonstrado em seguida.

#### **4.1 O início das Trajetórias**

Antes de apresentar os itinerários, é necessário apontar como se dá o início das trajetórias, ou seja, o começo profissional e ocupacional dos casos aqui analisado, sendo importante para identificar os recursos sociais disponíveis neste momento, bem como o leque de possibilidades deste início. Contudo, não foi possível identificar o 1º emprego de 87 casos<sup>66</sup>, já para os demais 148 existem informações sobre esta posição inicial da trajetória.

No geral, a média da idade deste início é de 22 anos, sendo a mais baixa de 14 anos e a maior de 31 anos, e destes, somente 50 casos já detém o ensino superior completo ao assumir

---

<sup>66</sup> Não havia qualquer data relacionada com as informações dos empregos, não sendo possível estabelecer uma ordem temporal.



o seu primeiro emprego. As demais informações podem ser vistas no quadro a seguir relacionadas com os seus itinerários.

Quadro 11 - Início da Trajetória de Emprego

<b>Itinerários Iniciais</b>	<b>Posições do Emprego</b>	<b>Diploma Superior</b>
Privados (54)	Altos Cargos (14), Cargos Médios de Direção (14) e Funcionários (26)	14 casos
Outros (35)	Militares (4), Professores (13), Profissionais Liberais (16) e Religiosos (2)	21 casos
Público (33)	Cargos Comissionados (17), Servidores Públicos (15) e Cargos Médios de Direção (1)	13 casos
Político (26)	Cargos Eletivos	2 casos

Os casos que começam na política são os que ocupam as posições escolares mais baixas, pois dos 26 casos do itinerário político, somente 2 deles detém um diploma quando entram na política. Já no polo oposto, os casos agregados em outros itinerários, são os que concentram as posições escolares altas, por constar os profissionais liberais, acaba tendo a maioria dos casos que iniciam esta trajetória contando com uma posição escolar superior. Tanto o itinerário público, quanto o privado tem números muitos próximos da quantidade de casos que dispõem de uma posição escolar alta no início de sua trajetória, contudo para o privado, esse número representa em torno de 25% dos casos, enquanto que no público é de quase 40% que conta com o ensino superior completo.

É interessante observar que, no caso do itinerário privado, um pouco mais de 50% já inicia sua trajetória de empregos em uma posição de direção, sendo 14 em cargos de direção média, como diretor ou gerente de empresas, e outros 14 casos já em altos cargos, sendo proprietários, sócios, presidentes ou vices, de alguma empresa privada, neste sentido, mesmo sem contar com posição escolar alta, estes casos têm seus inícios em posições importantes dentro das respectivas empresas. Os demais 26 casos são funcionários, podendo fazer uma distinção entre os que desempenham funções ocupacionais, como auxiliar, bancário, gráfico, vendedor, com 16 casos, e os que podem ser definidos profissionalmente, sendo principalmente engenheiros, com 10 casos, sendo que tanto um como outro se tratam de atividades assalariadas, mas sem posições de direção dentro destas empresas privadas.

Sobre o itinerário intitulado de “outros”, a maioria dos casos se dedica ou a educação, desempenhando o papel de professor, ou é profissional liberal, onde a maioria dos casos é

médico. Ainda existem outros casos que iniciam a sua trajetória em atividades militares ou em atividades religiosas.

No itinerário público, a maioria dos casos é de cargos comissionados, ou seja, são nomeados para exercer funções e não precisam ser necessariamente servidores públicos. Ao todo são 17 casos que iniciam sua trajetória exercendo estas funções, principalmente como assessor ou assistente de gabinete. Em relação aos servidores públicos, que são concursados, existem as ocupações diversas (8 casos) ligadas as atividades técnico-administrativas, mas também as atividades profissionais (7 casos), sendo principalmente a de engenheiros públicos (4 casos). Ainda existe um caso que iniciou sua trajetória em um banco público, desempenhando funções de gerencia neste órgão.

Por fim, sobre os casos que iniciam sua trajetória no itinerário político, com cargo eletivo, são considerados sem uma trajetória ocupacional e profissional, já sendo lançados na carreira política. Ao todo são 26 casos que cumprem este requisito, com uma média de idade de 24 anos, variando entre 18 e 29 anos de idade. A maioria inicia por cargos eletivos locais, como o de vereador (17 casos), com 3 anos ou menos de filiação partidária. Posteriormente serão apresentadas informações sobre os recursos sociais disponíveis, as demais informações referentes a este itinerário, serão analisadas no último capítulo especificamente sobre as carreiras políticas.

## **4.2 O Itinerário Privado**

O itinerário privado representa os 113 casos que, em sua trajetória, ocuparam por mais tempo ou o seu maior cargo foi em empresas privadas, definidas pela geração de lucro e em exclusão ao meio público e político. Sendo assim este itinerário é uma importante categoria para analisar o pertencimento ao espaço econômico, principalmente pelas ocupações exercidas em atividades econômicas.

Com este intuito a primeira análise a ser feita é caracterizar os casos deste itinerário em relação as categorias de posições elaboradas no segundo capítulo, assim é possível uma descrição dos recursos econômicos, escolares e sociais, disponíveis para estes casos:

Quadro 12 – Posições Sociais do Itinerário Privado

<b>Posição Econômica</b>	<b>Posição Escolar</b>	<b>Posição Profissional</b>
Alta (29), Média Alta (14), Média (46), Média Baixa (13) e Baixa (10)	Alta (75), Média (35) e Baixa (2)	"Empreendedores " (45), "Profissionais Empreendedores" (37), "Profissionais Superiores" (29) e Outros (2 casos)

Sobre a posição econômica o itinerário privado possui uma heterogeneidade, por representar quase metade dos casos em gerais em relação a trajetória, seus casos acabam sendo distribuídos, com uma concentração na posição econômica média, cujo patrimônio é de R\$ 1 milhão a R\$ 5 milhões. Ao analisar os números gerais da posição econômica, ele representa em torno de 40% dos casos médios, contudo para a posição alta este itinerário concentra 78% dos casos, pois dos 37 casos totais que detém recursos econômicos a cima de R\$ 10 milhões de reais, 29 casos tem a sua trajetória social dentro do itinerário privado. Com isso é possível constatar uma relação entre as posições econômicas altas e a atividade privada.

Todos os 5 casos com maiores patrimônios econômicos, tem suas trajetórias dentro do itinerário privado. Por exemplo, o caso de Eunício Oliveira, com o patrimônio mais baixo destes 5 casos, avaliado em torno R\$ 99 milhões de reais, ocupando assim a posição econômica alta. Detém diploma de ensino superior na área de sociais aplicadas e declarou como profissão ser “Empresário” e “Produtor Rural”, com isso sendo classificado no perfil de “Empreendedores”. Sendo que toda a sua trajetória profissional é no itinerário privado, sendo sócio de 11 empresas, tendo como principal uma de segurança, ocupando assim altos cargos.

Os demais 4 casos seguem o mesmo padrão em relação a trajetória, nunca ocuparam posições em outro itinerário que não fosse o privado, tendo altos cargos. As diferenças só ocorrem em relação a outros recursos. Por exemplo Vadão Gomes, também faz parte do Perfil “Empreendedores”, com um patrimônio de R\$ 192 milhões de reais, com a diferença que ocupa a posição escolar média, não possuindo diploma superior, pois logo depois de terminar os estudos secundários, dedicou-se a atividades da pecuária e de transportes, sendo o proprietário da Frigoestrela e da Vadão Transportes.

Existe ainda um caso destes 5, que apresenta o maior patrimônio do universo da pesquisa, Ronaldo Cezar Coelho, que tem sua trajetória social iniciada no itinerário privado, como funcionário aos 19 anos na corretora Multiplic. Mais tarde tornando-se sócio desta empresa, sendo que 1977 obteve a concessão do governo para operar como Banco de Investimentos, tornando-se uma das maiores instituições no setor. Tem seu patrimônio avaliado

em R\$ 436 milhões de reais, é formado em Direito e declarou como profissão a de Servidor Público, por exercer o cargo eletivo.

Outro ponto que merece destaque são os casos que continham apenas bens pessoais em suas declarações, ou seja, não havia qualquer registro de atividades econômicas, dos 19 casos 6 estão tem sua trajetória no itinerário privado, sendo que 4 deles já iniciam sua trajetória neste itinerário. Por exemplo o caso de Ursicino Queiroz, estando na posição econômica baixa, com um patrimônio de R\$ 291.042,38 reais, tendo diploma em medicina e se classificou profissionalmente como médico. Iniciando a sua trajetória como profissional liberal exercendo a medicina, posteriormente se torna sócio de hospitais e clínicas médicas. Outro caso é de Severino Cavalcanti, também só declarou bens pessoais mas tem sua trajetória dentro do itinerário privado exercendo alto cargo de direção, como presidente da Agroindustrial e Comercial Cavalcanti, empresa familiar, de 1961 até 1988.

Em relação as posições escolares, a maior parte dos casos está na posição alta, possuindo assim no mínimo um diploma superior, sendo que os principais cursos e áreas dos casos com alta escolaridade, são as sociais aplicadas (21 casos), seguida do Direito (19 casos) e Engenharias (18 casos), sendo que destes 19 casos ainda realizam algum tipo de especialização após o ensino superior, com 9 deles em outros países. Nestes termos é possível observar uma concentração nas áreas, já colocadas anteriormente, como voltadas para o mercado de trabalho privado, por estarem rotuladas como técnicas, que são as engenharias e sociais aplicadas, mesmo assim ainda se encontram um número significativo de casos formados em Direito. Por outro lado, este itinerário concentra 62% dos casos gerais que estão na posição escolar média, ou seja, que tem ao menos o ensino médio completo, reforçando a lógica que em certas atividades econômicas o diploma superior não é um trunfo indispensável.

Sobre o posicionamento profissional, de acordo com os perfis construídos, a maior parte dos casos se apresentou dentro dos “Empreendedores”, que se definiram ocupacionalmente em relação a atividades econômicas, e, ao analisar este perfil no número de casos gerais, 69% estão no itinerário privado. Em segundo estão os casos dos “Empreendedores Superiores”, que utilizaram posicionamentos ocupacionais e profissionais, ao todo, estes dois perfis profissionais representam 72% dos casos deste itinerário, ou seja, o itinerário privado é onde os casos que se apresentaram por ocupações econômicas estão mais presentes. Contudo ainda existem 29 casos do perfil “Profissionais Superiores”, ou seja, que utilizaram o diploma escolar na apresentação profissional, contudo suas atividades ocupacionais ao longo da trajetória social se deram no itinerário privado, inclusive, em sua maioria, ocupando altos cargos em suas respectivas empresas, como será apontado a seguir.

#### 4.2.1 Os altos cargos em Empresa Privada

Ao analisar as atividades e ocupações dos casos que constam no itinerário privado, foi possível observar como a maioria acaba exercendo altos cargos em empresa privada, durante a maior parte de sua trajetória. Os casos são distribuídos de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 20 – Ocupações Profissionais do Itinerário Privado

Ocupação	Casos	%
Altos Cargos	86	76,1
Cargos Médios de Direção	13	11,5
Trabalhador Assalariado	5	4,4
Sem Informação	9	8
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>100</b>

Mais de  $\frac{3}{4}$  dos casos ocupou posições profissionais relacionadas aos altos cargos, como de Diretor Presidente, Sócio Proprietário e Vice-Presidente, estando assim no topo das funções hierárquicas dentro das empresas privadas onde atuavam. Destes 86 casos, 28 já iniciaram sua trajetória dentro do itinerário privado, e 9 casos em altos cargos, 8 em cargos médios de direção e 11 como funcionários, sendo que 5 destes ligados a ocupações e 6 a profissões. Outros 5 casos iniciaram no itinerário público, principalmente como cargos comissionados, e outros 9 como profissional liberal ou professor. Em 44 casos não há informações sobre o início da trajetória.

O caso de Luis Barbosa, que tem posição econômica e escolar média, e tendo se posicionado profissionalmente no perfil de “Empreendedor”, iniciou sua trajetória profissional no itinerário privado já ocupando altos cargos, como Diretor-Presidente da Tabela Engenharia, posteriormente diversificando suas atividades no ramo Hoteleiro e no Comércio de Veículos.

Já Luciano Bivar, tendo se posicionado como “Empreendedor Superior” e ocupando posições econômica e escolar alta, inicia sua trajetória no itinerário privado ocupando cargos médios de direção, sendo diretor e gerente de diversas empresas ao longo da carreira, até começar a ocupar as posições de vice-presidente e chegar ao cargo de Presidente da Companhia Excelsior de Seguros.

José Chaves, posicionou-se como engenheiro, estando no perfil “Profissional Superior”, presente na posição escolar e econômica alta, assim que se formou em engenharia iniciou sua trajetória profissional no itinerário privado como engenheiro, atuando em diversas empresas, posteriormente abre sua própria empresa ocupando então o cargo de presidente.

Ainda existem os 13 cargos em cargos de direção médias, como chefe, diretor ou gerente de empresa, ocupando funções de direção, sem serem hierarquicamente superiores. Sobre o

começo da trajetória, só há informações de 4 casos, sendo que 3 deles já iniciam ocupando posições médias de direção no itinerário privado. Os últimos 5 casos são trabalhadores assalariados, onde 4 deles desempenham funções ocupacionais de funcionários e um é engenheiro profissional, não havendo qualquer informação de cargos de direção, sendo que dos 3 casos que se tem as informações do início da trajetória esta é a mesma posição.

Ao analisar especificamente os casos que ocuparam altos cargos, não se pode estabelecer uma correlação direta entre estes cargos e posições econômicas altas, visto que existem 13 casos que estão nas posições econômicas mais baixas, mesmo ocupando estes altos cargos. Estes casos podem variar de acordo com o tipo de empresa, sendo que não há informações objetivas para determinar o tamanho desta, sendo assim mesmo ocupando uma posição elevada, os rendimentos do empreendimento influenciam diretamente nos lucros que são ganhos.

Por outro lado, é possível identificar uma tendência entre ocupar as posições econômicas mais elevadas e desempenhar atividades de direção em altos cargos, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 21 – Posição Econômica dos Altos Cargos

Posição Econômica	Itinerário Privado	Altos Cargos
Alta	29	25
Média Alta	14	11
Média	46	36
Média Baixa	13	8
Baixa	10	5
Total	112	85

A medida que se aumenta a posição econômica e, conseqüentemente, o montante de recursos econômicos, é mais provável a que estes casos tenham ocupado altos cargos no itinerário privado. Por exemplo, nas posições econômicas média e média alta 78% dos casos ocuparam altos cargos, sendo que em relação a posição econômica alta esta ocupação chega a 86%. Enquanto isso, nas posições mais baixas esta porcentagem fica em 61% para a média baixa e 50% dos casos para a baixa, ou seja, ocupar os altos cargos não garantem posições econômicas elevadas, mas para deter patrimônios que estão nestes critérios, é mais provável que estes casos tenham ocupado estes cargos durante a trajetória no itinerário privado.

#### 4.2.2 Trajetórias garantidas no Itinerário Privado

Como foi colocado anteriormente, estes casos foram classificados em suas trajetórias sociais no itinerário privado, de acordo com as atividades que mais tempo desempenharam ou os cargos mais altos ocupados. Sendo que isso não impede que estes 113 casos tenham ocupado funções em outros espaços, diversificando assim seu itinerário, contudo, mesmo com possíveis bifurcações, o itinerário privado continua sendo o principal, de acordo com os critérios colocados, dentro de suas trajetórias.

Tabela 22 – Bifurcações e Diversificações do Itinerário Privado

Itinerários	Casos	%
Exclusivos do Privado	75	66,37
Posições Públicas	16	14,16
Posições Sociais	16	14,16
Posições Públicas e Sociais	6	5,31
Total	113	100

Como pode ser visto, um pouco mais de 65% dos casos mantém suas posições ocupacionais e profissionais exclusivas ao itinerário privado, podendo variar as funções e cargos hierárquicos em seu interior, mas sem ocupar postos em outros itinerários durante a sua trajetória social. Em relação ao início das trajetórias dos 81 casos, de 31 deles se tem a informação já do início da trajetória no itinerário privado, principalmente em cargos de direção médio (10 casos) ou alto (13 casos).

Dos 16 casos que tiveram uma bifurcação com o itinerário público, a maioria ocupou posições de direção em bancos ou empresas públicas, sendo 6 com cargos médios e 3 com altos cargos. Por exemplo o caso de Marcio Fortes, definido profissionalmente no Perfil “Profissionais Superiores”, com posição escolar alta e econômica média alta, inicia sua trajetória social no itinerário privado como diretor de empresa, até chegar a postos mais elevados como o de Presidente de empresas ligadas a agropecuária e construção civil. Contudo paralelo a estas posições, também ocupou altos cargos no setor público, como por exemplo a Presidência do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), então ainda um banco público, mas por um tempo determinado.

Outro caso, o de José Mucio Monteiro, tendo se posicionado dentro do Perfil “Profissionais Superiores”, com posição escolar alta e econômica média, inicia sua trajetória social no itinerário privado, como engenheiro de obras, tornando-se diretor presidente do Grupo

Armando Monteiro, empresa familiar que também detinha 1/3 das usinas de açúcar de Pernambuco. Paralelo a este itinerário assumiu a Presidência da Companhia Elétrica Pública deste mesmo estado e em seguida obteve nomeações para cargo comissionado de secretário estadual, sem se desvincular dos negócios familiares.

Dos casos que bifurcaram seu itinerário para posições sociais, a maioria está concentrada em instituições que se relacionam com as áreas da educação, saúde ou com instituições religiosas. Por exemplo o caso de Manoel Salviano, sendo do perfil “Empreendedores Superiores”, em posição escolar alta e econômica média alta. Inicia sua trajetória social como profissional liberal, exercendo a medicina, atividade que ocupa boa parte de sua vida, inclusive sendo diretor de um hospital. Contudo ele também é proprietário da Farmace, a maior indústria de medicamentos do interior do Nordeste e sua família tem relações com a TV Verde Vale, a primeira emissora da região, tendo assim o itinerário privado como a sua trajetória principal.

Ou o caso de Francisco Silva, definido profissionalmente como empresário, ocupando posição escolar e econômica média, tornou-se empresário após terminar o segundo grau. Foi presidente do Instituto Fleming do Brasil, que produz medicamentos. Também comprou a Rádio Melodia AM do Rio de Janeiro, com programação exclusivamente evangélica, que também é sua religião, esta rádio se tornou uma das com maior audiência no estado.

Já os casos que tem sua trajetória social com itinerários diversificados, a maioria das posições no itinerário público, estão relacionadas a cargos relacionados com bancos ou empresas estatais, e as posições sociais estão ligadas a instituições educacionais, desempenhando a função de professor. Como é o exemplo de João Mendes, tendo se posicionado como Empresário e Engenheiro, estando no perfil “Empreendedores Superiores”, ocupa a posição escolar e econômica alta. Inicia sua trajetória social como professor de escola técnica e posteriormente como professor de ensino superior. No itinerário privado é proprietário da empresa Estruturas Tubulares do Brasil, diversificando com o público ao assumir por um período a função de engenheiro calculista do Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco (DER) e também foi nomeado para a função de secretário municipal, cargo comissionado público, contudo é a sua empresa privada a principal atividade.

Paulo Gouvêa, posicionou-se profissionalmente como sendo advogado, estando na posição escolar alta e na econômica média, iniciando sua trajetória social como professor, ocupa diversas posições em instituições educacionais, como professor assistente na USP, adjunto na Mackenzie e posteriormente na UDESC, em Florianópolis. Época que também passa a atuar no itinerário privado como consultor da empresa Artex de Blumenau, até chegar a Vice-



Presidência desta empresa, sendo que a outra bifurcação foi a ocupação como Chefe de gabinete, posição no itinerário público, como cargo comissionado.

### 4.3 O Itinerário Público

O itinerário público representa os 59 casos que, em sua trajetória, ocuparam por mais tempo ou o seu maior cargo foi em órgão públicos, entrando neste itinerário pelo concurso público, no caso de servidores, ou por meio de nomeações aos cargos comissionados, não sendo necessário este concurso. Sendo assim este itinerário é uma importante categoria para analisar um itinerário intermediário entre a trajetória social e o mercado eleitoral, visto que alguns cargos públicos estão muito próximos da atividade política, principalmente as nomeações de confiança, como os secretários.

Assim como foi feito no itinerário anterior, este item inicia com a caracterização dos casos deste itinerário em relação as categorias de posições elaboradas no primeiro e segundo capítulo, assim é possível uma descrição dos recursos econômicos, escolares e sociais, disponíveis para estes casos:

Quadro 13 – Posições Sociais do Itinerário Público

<b>Posição Econômica</b>	<b>Posição Escolar</b>	<b>Posição Profissional</b>
Alta (3), Média Alta (12), Média (30), Média Baixa (9) e Baixa (5)	Alta (53), Média (6) e Baixa (0)	"Empreendedores" (5), "Profissionais Superiores" (31). "Profissionais Empreendedores" (21) e Outros (2 casos)

São apenas 3 casos do itinerário público que ocupam posições econômicas altas, e todas bem próximas do valor inicial desta posição que é de R\$ 10 milhões de reais. A maioria dos casos acaba se concentrando nas posições média e média alta, variando o patrimônio entre R\$ 1 milhão de reais e 10 milhões de reais. Ao todo são 42 casos nestas posições que representam um pouco mais de 70% dos casos do itinerário público.

O recurso mais concentrado pelos casos deste itinerário é a posição escolar alta, somente 6 casos de 56, não possuem um diploma de ensino superior, apontando para uma alta escolaridade destes casos. Outro ponto também é a grande concentração de diplomas em Direito, ao todo são 21 casos, seguido das sociais aplicadas, com uma redução considerável do número de ocorrências, com apenas 10 casos. Ainda é importante considerar que 11 casos vão

além do diploma, realizando algum tipo de especialização, principalmente nas áreas de sociais aplicadas, com 4 casos sendo fora do país.

Sobre o Perfil Profissional, apenas 5 casos estão no de “Empreendedores”, sendo que o maior número está concentrando no perfil “Profissionais Superiores”, que são os casos que se posicionaram através de atividades profissionais relacionadas com algum diploma de nível superior. Em segundo está o Perfil “Empreendedores Superiores”, que combinavam na apresentação profissional uma ocupação relacionada a atividades econômicas com uma profissão superior. Estes dois perfis representam quase 90% dos casos que compõem o itinerário público, visto que ambos estão relacionados a profissões superiores, seria necessário o grande número de casos que ocupa a posição escolar alta, no caso o ensino superior completo.

Apesar dos casos que se enquadram no perfil “Empreendedores” serem poucos, os do “Empreendedores Superiores” são significativos, sendo que em ambos a apresentação profissional utiliza alguma ocupação relacionada a atividades econômicas, contudo suas trajetórias principais se encontram dentro do itinerário público, ocupando neste meio as principais posições. Contudo isso não impossibilita estes casos de realizarem bifurcações, ou mesmo diversificarem suas atividades com empreendimentos econômicos que não necessitem a ocupação de cargos formais, como por exemplo as propriedades rurais ou as ações e quotas de capital.

Para ilustrar este itinerário existe o caso de Pedro Novais, que se definiu profissionalmente como Advogado, estando no perfil “Profissionais Superiores”, detém o patrimônio mais alto dos casos que constam no itinerário público, com um montante de R\$ 14.515.641,23 reais, sendo um dos poucos casos que está na posição econômica alta. Também ocupa posição escolar alta, tendo se formado em Direito por uma instituição pública federal e realizado cursos fora do país.

Outro caso que se encontra neste itinerário é o de Romeu Queiroz, tendo se definido profissionalmente como Empresário e Advogado, fazendo parte assim do perfil “Empreendedores Superiores”, ocupa uma posição escolar alta, tendo diploma em Direito. Sua posição econômica é média alta, contando com um patrimônio de R\$ 6.545.661,11 reais.

Neste itinerário também constam 2 casos dos Perfis Profissionais que não foi possível inserir em nenhuma das duas lógicas de apresentação, sendo um deles Carlos Alberto Lereira, que se declarou profissionalmente como comunicador, ocupando a posição escolar média, tendo completado apenas o ensino médio, mas na posição econômica a média alta, com um patrimônio de R\$ 5.789.646,97. O outro caso é de Dimas Ramalho, se declarou como servido público,

tendo se formado em direito, e por isso ocupa a posição escolar alta. Em relação a sua posição econômica, está na média, com um patrimônio de R\$ 1.272.211,84 reais.

É possível observar, assim como no itinerário anterior, uma concentração de casos com suas atividades econômicas no setor terciário, contudo neste itinerário, quando há diversificação de setor ocorre principalmente com o primário. Ao todo são 21 casos (35,6%) com bens relacionados ao setor terciário, 11 casos (18,6%) que diversificam este setor com o primário e 7 casos (11,9%) do terciário com o secundário. Estas informações são importantes, pois mesmo sendo casos com suas trajetórias sociais ligadas a ocupação de posições dentro do itinerário público, isso não exclui a articulação com os recursos econômicos advindos de atividades privadas, como estratégia de diversificação de recursos possíveis.

#### 4.3.1 Os Cargos Comissionados e Nomeados

Analisando a trajetória dos casos do itinerário público, foi possível constatar que a maioria deles podem ser divididos nos que ocupam posições nos bancos e empresas públicas, dos que ocupam cargos nas secretarias de diversos níveis. As duas nomeações passam por critérios políticos e podem ser revestidas de critérios técnicos, contudo existem ainda as distribuições ocupacionais dentro de cada um destes órgãos públicos. Os casos são distribuídos de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 23 - Ocupações Profissionais do Itinerário Público

Ocupação	Casos
Secretário	23
Cargos Médios de Direção	11
Altos Cargos	7
Servidor Público	8
Cargo Comissionado	9
Ministro	1
Total	59

Pelos posicionamentos dos casos em suas trajetórias não é possível determinar quais são os concursados, ou seja, servidores públicos alçados aos cargos de nomeação ou se são pessoas externas ao serviço público, por isso as variáveis são construídas em relação as informações disponíveis. Com isso, é possível constatar a concentração de casos no itinerário público com nomeações para exercer a função de secretário, ao todo são 23 casos em diversos níveis. Em

seguida estão os casos nomeados para funções de direção nos bancos e empresas públicas, totalizando 18 casos, sendo 11 deles em cargos de direção médios e 7 em altos cargos. Estas posições representam praticamente 70% dos casos presentes no itinerário público.

Dos 23 casos que ocuparam o cargo de secretário, 11 deles já iniciaram a sua trajetória no itinerário público, sendo servidores públicos concursados, e os outros 3 casos no itinerário privado, 2 deles com cargos de direção<sup>67</sup>. Já dos 18 casos com cargos de direção, apenas 5 já iniciam sua trajetória neste itinerário e 7 em outros itinerários<sup>68</sup>, principalmente no privado em posições de trabalhadores assalariados.

Estas posições dentro dos bancos e empresas públicas ou o cargo de secretário, acabam não influenciando nas posições econômicas, mantendo o padrão deste itinerário nas posições média e média alta de recursos econômicos. Os casos de secretários acabam se concentrando na posição econômica média, enquanto os de cargos de direção na média alta.

Os casos que exemplificam estes atributos, um deles é Atila Lira, que se definiu profissionalmente como economista, ocupando a posição escolar alta e a econômica média, inicia sua trajetória no itinerário público exercendo sua profissão no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), ocupando diversos cargos em outros órgãos públicos, até que ocupa a sua primeira secretaria de estado no Piauí, posteriormente foram mais 3 nomeações para secretário até ser eleito.

Outro exemplo é Elcione Barbalho, esposa de Jader Barbalho, que se declarou profissionalmente como educadora, tendo diploma superior e ocupando a posição econômica média alta, inicia sua trajetória social no itinerário público como Inspectora de Educação, ocupando posteriormente outros cargos de nomeação em outros órgãos públicos e instituições sociais, como a Legião da Boa Vontade (LBV). Também ocupou posições no itinerário privado, como diretora da concessão Rede Brasil Amazônia de TV, que é propriedade da família Barbalho.

Outro é o caso de Flavio Derzi, sendo classificado profissionalmente no perfil dos “Empreendedores Superiores”, por ser produtor rural e administrador de empresas, tem sua posição escolar alta e econômica média. Inicia sua trajetória no itinerário privado como pecuarista e posteriormente é nomeado para o cargo de secretário estadual, entrando assim no itinerário público. Ao todo são duas nomeações para secretarias no estado de Mato Grosso do sul e também a participação em entidades representativas dos criadores de gado do mesmo estado.

---

<sup>67</sup> Não há a informação de início da trajetória em 9 casos.

<sup>68</sup> Não há a informação de início de trajetória em 6 casos.

Como exemplo dos cargos de empresas públicas, um dos mais exemplares é Arolde de Oliveira, tendo se definido profissionalmente como Economista, Engenheiro, Professor e Oficial do Exército, ocupa a posição escolar alta e a econômica média. Inicia sua trajetória social cursando engenharia no Instituto Militar de Engenharia. Possui uma trajetória dentro das instituições sociais ligadas a educação, atuando como professor superior em duas universidades. Concomitante com o cargo de professor, inicia seu itinerário público como engenheiro na Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), ocupando diversas posições até chegar à presidência desta empresa. Atuou também na Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT), em Washington, sendo também responsável pelo escritório da EMBRATEL nos Estados Unidos. Ocupou posições em outras empresas como a Empresa Brasileira de Telecomunicações do Rio de Janeiro S/A (TELERJ) e no Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL).

Por fim, merece menção o caso de Delfim Netto, que foi nomeado 3 vezes para o cargo de Ministro. Tendo se posicionado profissionalmente como Economista e Professor, ocupa a posição escolar alta e a econômica média, com um patrimônio de R\$ 2.094.566,30 reais. Inicia sua trajetória no setor privado, como funcionário da Gessy Lever. Posteriormente vira assessor econômico da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Trilha um itinerário voltado para as instituições sociais educacionais, como professor da Universidade de São Paulo (USP), até chegar ao cargo de professor Livre-Docente. Dentro do itinerário voltado aos cargos públicos, inicia como secretário da fazenda do estado de São Paulo, assumindo 3 Ministérios diferentes e a função de Embaixador do Brasil na França, todos estes cargos durante o período militar e antes de seu primeiro cargo eletivo.

#### *4.3.2 A baixa bifurcação do Itinerário Público*

Dentro das trajetórias possíveis estes 59 casos foram descritos como pertencentes ao itinerário público, exercendo por mais tempo ou pelo seu cargo mais alto ser relacionado com o serviço público, seja de nomeações em bancos e empresas públicas, ou cargos de secretário e ministro. Contudo existe a possibilidade destes casos em diversificar ou bifurcar sua trajetória em outros itinerários, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 24 - Bifurcações e Diversificações do Itinerário Público

Itinerários	Casos	%
Exclusivo do Público	31	52,55
Posições Privadas	17	28,81
Posições Privadas e Sociais	6	10,17
Posições Sociais	5	8,47
Total	59	100

Um pouco mais da metade dos casos tem seu itinerário exclusivo em cargos públicos, iniciando sua trajetória em cargos comissionados (10 casos), como assessor e assistente, ou como servidores públicos concursados (9 casos), chegando ao posto de secretário (11 casos) ou cargos de direção de empresas públicas (8 casos).

Para exemplificar, existe o caso de Júlio Cesar, posicionado como Produtor Rural e Advogado, está na posição escolar alta e econômica média, iniciando sua trajetória com um cargo comissionado na secretaria de fazenda do estado do Piauí, posteriormente é nomeado como secretário 3 vezes no decorrer do itinerário público. Outro caso é Jorge Tadeu Mudalen, definido profissionalmente como “Profissional Superior”, posição escolar alta e econômica média, inicia seu itinerário público como engenheiro concursado do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), chegando a ocupar a Superintendência da empresa pública. Paralelamente foi nomeado como secretário em 3 ocasiões, sendo a primeira em Guarulhos, e as outras duas em São Paulo.

Dos 17 casos que diversificaram sua trajetória no itinerário privado, mas tendo o itinerário público como o principal, 14 deles ocuparam cargos de direção em empresas privadas, sendo 8 em altos cargos e 6 casos em cargos médios de direção. O início da trajetória se dá principalmente no meio privado, com 6 casos, ou já no meio público, com 4 casos. Por exemplo o caso de Max Rosemann, tendo se posicionado como “Empresário” e “Advogado”, com posição escolar alta e econômica média, é proprietário de uma rede de joalherias pertencentes a família. Inicia seu itinerário público como Diretor Geral da Casa Civil, no Paraná. Posteriormente ainda ocupa a Superintendência do Instituto de Previdência do Estado (IPE), e o cargo de conselheiro do Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP).

São apenas 5 casos que além do itinerário público, ocupam também posições em instituições sociais, principalmente ligadas ao ramo de educação, sendo 4 deles ligados a instituições educacionais. O início da trajetória destes casos tem itinerários diversos, desde cargos militares, de trabalhador assalariado, funcionário público e professor. Para exemplificar, existe o caso de Osmar Serraglio, que definiu sua profissão como sendo Advogado e Professor

Universitário, ocupando posição escolar alta, inclusive com mestrado em Direito, seus recursos econômicos estão na posição média. Inicia sua trajetória como professor, na Universidade Paranaense (UNIPAR), no interior do Paraná, chegando a assumir a diretoria-administrativa da instituição. Paralelamente desempenhou a função de assessor jurídico em mais de 10 prefeituras da região.

Por fim os casos que diversificam sua trajetória do itinerário público em outras 2 frentes: no itinerário privado, ocupam principalmente cargos médios de direção, e nas instituições sociais estão ligados ao ramo da educação atuando como professores. O início da trajetória desses casos é basicamente o itinerário privado, atuando como trabalhadores assalariados de empresas. Por exemplo Antonio Carlos Pannuzio, tendo se posicionado como Engenheiro e Professor Universitário, está na posição escolar alta e econômica média baixa. Inicia sua trajetória no itinerário privado, exercendo a profissão em diversas indústrias de Sorocaba e São Paulo. Atua como professor universitário na Faculdade de Tecnologia de Sorocaba, também ocupando o cargo de diretor na instituição. Inicia seu itinerário público ocupando a posição de presidente de comissão municipal e posteriormente é nomeado como secretário municipal. Paulo Marinho é outro caso, posicionando-se como Advogado e Servidor Público, está na posição escolar alta e econômica média baixa. Inicia sua trajetória como professor de inglês e posteriormente como professor do ensino superior. Seu itinerário público passa por cargos comissionados, como chefe de gabinete, cargos concursados, como promotor de justiça e cargos de direção de empresas e órgãos públicos, por exemplo a Superintendência Regional do Instituto Nacional da Previdência (INPS) e a Presidência da Companhia de Habitação do Estado do Maranhão (COHAB). Já o seu itinerário privado está relacionado a instituições educacionais, visto que é sócio da Sociedade Educacional Caxiense, entidade que mantém a Faculdade do Vale do Itapecuru (FAI) e do Instituto Superior de Educação de Caxias (ISEC). Também tem relações com o Sistema Veneza de Radiodifusão, que engloba a TV Band Caxias e a Rádio Veneza FM.

Dentro deste quadro existem 36 casos que, em suas trajetórias, constam apenas posições ocupadas no itinerário público ou em instituições sociais, sem qualquer ocupação no itinerário privado. Sendo assim qual seria a relação destes casos com as atividades econômicas? É importante pontuar que existem relações com o meio privado que não passam necessariamente por atividades ou ocupações formais de cargos, como já foi colocado anteriormente como um proprietário de uma fazenda ou um acionista de uma empresa. Estes bens econômicos podem garantir a estabilidade para que os seus detentores ocupem outras posições sociais, contudo sem se referir a estes recursos em nenhum momento da trajetória social.

Com esse intuito, foi possível contrastar as declarações de bens desses 36 casos, onde somente em 3 destes não foi possível identificar qualquer posse de bens econômicos, onde constam apenas bens pessoais, mas nos demais 33 casos constam algum tipo de empreendimento econômico em seu patrimônio, mesmo que não conste em sua trajetória social uma posição no itinerário privado.

#### 4.4 Outros itinerários possíveis

Esta categoria representa as trajetórias sociais que não puderam ser enquadradas nos itinerários privado, público ou político, composta basicamente de posições ligadas a atividades educacionais, religiosas e profissionais liberais. Ao todo são 30 casos que compõem esta categoria, que podem ser caracterizados frente aos seus recursos sociais disponíveis, de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 14 – Posições Sociais dos Outros Itinerários

<b>Posição Econômica</b>	<b>Posição Escolar</b>	<b>Posição Profissional</b>
Alta (2), Média Alta (2), Média (15), Média Baixa (7) e Baixa (3) <sup>69</sup>	Alta (26), Média (3) e Baixa (1)	"Empreendedores" (2), "Profissionais Superiores" (22)"Profissionais Empreendedores" (4) e Outros (2)

Sobre as posições econômicas, são poucos casos nas posições mais altas e também na mais baixa, a maioria dos casos acaba se concentra na posição média (15), tendo seu patrimônio entre R\$ 1 milhão e R\$ 5 milhões de reais, ou na posição média baixa (7), que varia de R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão de reais. Estas duas posições representam aproximadamente 73% desta categoria.

O recurso fortemente concentrado é o de diploma superior, apontado pela posição escolar alta, sendo que dos 30 casos apenas 4 não detém este recurso e os completaram o ensino superior representam um pouco mais que 85% desta categoria. A grande concentração é de diplomas em Medicina, ao todo são 16 casos, representando um pouco mais da metade de todos os casos deste itinerário. Ainda, desses 26 casos, 14 vão além do diploma superior e realizam algum tipo de especialização, principalmente na área da medicina, como a residência médica.

<sup>69</sup> Em um caso não há a informação sobre a posição econômica.



Sobre as categorias de Perfil Profissional, basicamente este itinerário é caracterizado pelos casos de “Profissionais Superiores” (73%), os quais se posicionaram em relação a alguma atividade profissional ligada a um diploma de nível superior. Neste sentido, principalmente os profissionais liberais, estão relacionados a este tipo de posicionamento profissional e ao alto grau de escolaridade.

Como por exemplo o caso de Alexandre Cardoso se definiu profissionalmente como Médico, estando assim no Perfil “Profissionais Superiores”. Coursou medicina em uma instituição privada, no interior do Rio de Janeiro, também realizando residência médica, por isso ocupando posição escolar alta. Seu patrimônio é de R\$ 3.251.868,34 reais, estando na posição econômica média. Ou também Darcisio Perondi, posicionou-se como médico, tendo realizado o curso de medicina em Instituição Pública Federal, com residência médica. Contudo está na posição média baixa, pois seu patrimônio é de R\$ 807.682,84 reais.

Dos dois casos com patrimônio elevado um deles é Ricardo Fiuza, tendo se definido como Advogado, formou-se em direito em Instituição Pública Federal, indo além deste diploma tem título de Doutor na mesma área. O montante de seus bens é de R\$ 13.953.258,67 reais, o mais elevado deste grupo, estando assim na posição econômica alta.

Um exemplo desviante das principais características é o de Hidekazu Takayama, tendo se definido como Empresário e Ministro do Evangelho, estando assim no Perfil “Empreendedores”, ocupa a posição escolar média, tendo iniciado um curso superior, mas sem concluí-lo. Já seu patrimônio está na posição média, como a maioria dos casos, com um montante avaliado em R\$ 1.128.827,55 reais.

Os dois casos que não se enquadram em nenhum perfil e estão neste itinerário, são o de Expedito Junior, tendo se posicionado profissionalmente como professor, ocupando a posição escolar e econômica média, tendo apenas o ensino médio completo e um patrimônio de R\$ 1.614.212,17 reais. O Outro caso é de Maria Lucia, que não tem atividade profissional, por isso se posicionou como sendo do Lar. Ela é o único caso de posição escolar baixa, com o ensino fundamental incompleto. Seu patrimônio também está na posição econômica baixa, avaliado em R\$ 118.417,01 reais.

Apesar de serem apenas 6 casos que se apresentaram profissionalmente dentro dos perfis “Empreendedores” e “Empreendedores Superiores”, a atividade econômica que define estas ocupações não está presente neste itinerário de trajetória social, por isso é necessário utilizar outras informações, pois da mesma forma com os casos do itinerário público, não ter posições na trajetória social dentro do itinerário privado, não significa a ausência de relações com as atividades econômicas.

#### 4.4.1 Os Médicos e Educadores

Analisando as trajetórias destes 30 casos que possuem outros itinerários, a maioria atua como Profissional Liberal, ou seja, reforçando as demais características já destacadas por esta categoria, como o alto grau de escolaridade e o Perfil de “Profissionais Superiores”. Contudo é importante detalhar tanto esta posição, quanto as outras possíveis dentro de seus itinerários.

Tabela 25 - Ocupações Profissionais de Outros Itinerários

Ocupação	Casos	%
Profissionais Liberais	11	36,67
Professor	7	23,33
Cargos Médios de Direção	5	16,7
Altos Cargos	4	13,3
Religiosos	2	6,7
Dona de Casa	1	3,3
Total	30	100

A maior parte dos casos desempenha a ocupação relacionada a profissões liberais em sua trajetória social. Ao todo são 11 casos, que representam 36,67% dos casos desta categoria dos outros itinerários possíveis, destes 9 casos exercem a medicina, um é dentista e outro advogado, sendo que a maior parte (8 casos) já inicia sua trajetória neste tipo de atividade.

O segundo maior número de casos é da atividade de professor, com 7 casos, que representam um pouco menos de  $\frac{1}{4}$  dos casos presentes neste itinerário. Apenas 2 casos já iniciam sua trajetória atuando como professores, em outros três casos não se tem informações sobre o início profissional, e nos dois últimos, um inicia no itinerário privado como trabalhador assalariado de empresa privada, e o outro caso como cargos comissionado no itinerário público.

Dos 9 casos com cargos de direção, as instituições onde atuaram estão ligadas à área médica ou educacional, assim boa parte dos casos já inicia sua trajetória nestes lugares, exercendo suas atividades profissionais como médico ou professor, e posteriormente vai galgando cargos de direção.

Estas quatro categorias de posições profissionais representam 90% dos casos deste itinerário, contudo ainda existem dois casos que ocupam posições religiosas, como a de Ministro do Evangelho, e um caso que não há quaisquer informações de trajetória social, tendo se posicionado como “Do lar”.

Um dos casos para ilustrar as características gerais é o de Benedito de Carvalho Sá, tendo se posicionado profissionalmente médico, ocupa a posição escolar alta e a econômica

média baixa. Já inicia sua trajetória como Médico, profissão que vai exercer durante toda a sua trajetória. Exceto por alguns períodos a função não é exclusiva, atuando também como professor superior na cadeira de neurologia e também como Secretário de Saúde do Estado do Piauí. Outro exemplo é o de José Rocha, também se definindo profissionalmente como médico, ocupando a posição escolar alta e a econômica médica, inicia sua trajetória como médico no itinerário público e posteriormente atuando em outros hospitais e clínica própria.

Como exemplos dos casos que atuaram na educação e em cargos de direção, tem-se o de Murilo Zauith, posicionou-se profissionalmente como engenheiro, está na posição escolar alta e econômica média alta. Inicia sua trajetória como professor, mas em seguida passa a ocupar cargos médios de direção dentro de instituições educacionais. Por exemplo o cargo de diretor das Faculdades de Direito e de Administração, em Dourados. Chegando ao posto de Diretor de toda a instituição das Faculdades Integradas de Dourados. Já Ronaldo Vasconcelos, desempenhou somente a atividade docente, tendo se posicionado como engenheiro e professor universitário, está na posição escolar alta e econômica média. Inicia sua atividade na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), permanecendo como professor nessas instituições por praticamente toda a sua trajetória social anterior ao cargo eletivo.

Pedro Canedo, também pode ser um exemplo de caso que ocupou cargos de direção, mas relacionados a instituições médicas. Definiu-se como médico, ocupando a posição escolar alta e a econômica baixa, inicia sua trajetória no itinerário privado como radialista, após terminar o ensino superior passa a exercer a medicina. Dentro das instituições de saúde ocupa diversos cargos de direção, como Chefe-Diretor, Primeiro-Diretor e a mais alta como Diretor-Presidente de clínicas particulares. Também ocupou posições no itinerário público, ao ser nomeado como assessor parlamentar.

#### *4.4.2 A diversidade de posições sem diversificação de itinerários*

Estes casos foram agrupados por não ocuparem por um longo período um cargo ou uma função mais alta dentro do itinerário público e privado. Com isso são casos de trajetórias que possuem itinerários voltados a atividades principalmente profissionais, na área da medicina, ou educacionais, na docência. Mesmo quando estes casos ocupam cargos de direção, eles estão relacionados com instituições destes dois universos. Contudo isso não impede que estes casos

ocupem posições em outros itinerários, desde que de forma secundária, com isso a tabela abaixo demonstra as bifurcações e diversificações ocorridas:

Tabela 26 – Bifurcações e Diversificações de Outros Itinerários

Itinerários	Casos	%
Sem posições públicas ou privadas	18	60,1
Posições Privadas	4	13,3
Posições Públicas	4	13,3
Posições Privadas e Públicas	4	13,3
Total	30	100

Mesmo com a diversidade de atividades presentes dentro desta categoria, são apenas 40% dos casos que ocupam posições nos itinerários privado ou público. Sendo assim, a maioria mantém a sua trajetória dentro do seu itinerário, que corresponde a 18 casos, onde em 14 deles o início da trajetória já se dá em itinerários que não o privado ou público.

Para exemplificar, tem-se o caso de Manato, que se definiu profissionalmente como médico, ocupando a posição alta escolar e média econômica, exerceu a profissão médica durante toda a sua trajetória social, mas ocupando diferentes posições dentro deste itinerário. Foi professor de uma Escola de Medicina, Diretor e Diretor-Presidente de Hospitais e quando não ocupava estas funções exercia a profissão. Outro caso semelhante é o de Marcelo Castro, ocupando as mesmas posições escolar e econômico do caso anterior, também trilha sua trajetória profissional no itinerário das instituições médicas, contudo exercendo diversas funções dentro dela. Um outro exemplo de exclusividade no itinerário, mas com características diferentes é o de Glycon Terra, tendo se posicionado como empresário, com posição escolar média e sem informação de bens declarados, inicia sua trajetória desempenhando funções dentro de instituição religiosa e durante toda a sua trajetória apenas muda os cargos e as posições, mas todas elas dentro da Igreja Batista.

São 4 casos que diversificam com o itinerário privado, um deles é Julio Lopes, posicionado profissionalmente como Administrador de Empresas e Professor, possui posição escolar alta e econômica média. Inicia sua trajetória no itinerário privado, como trabalhador assalariado. Após sua formatura passa a lecionar na Faculdade de Ciências Públicas e Econômicas do Rio de Janeiro, ocupando outras posições dentro do itinerário educacional, como Diretor e Vice-Presidente do Centro Educacional da Lagoa. Também foi apresentador em um programa televisivo da rede bandeirantes.

Dos casos com posições públicas, Eduardo Barbosa posicionou-se como médico, em posição escolar alta e econômica média baixa, inicia a sua trajetória como profissional

exercendo a medicina em hospitais e clínicas, sendo este o seu itinerário mais tempo ocupado. Posteriormente vai atuar como médico na Fundação Municipal de Saúde, bifurcando assim seu itinerário para posições públicas. Outro exemplo é o de Pedro Henry, estando nas mesmas posições do último caso, exceto pela econômica média, inicia sua trajetória profissional exercendo a medicina em clínicas e hospitais, para posteriormente entrar no itinerário público, como médico em um posto de saúde.

Por fim, são 4 casos que detém posições privadas e públicas, mas seu itinerário principal não se constitui em nenhum destes. Um exemplo é Carlos Dunga, tendo se posicionado como produtor rural, advogado e professor, tem posição escolar alta e econômica média, inicia sua trajetória como professor, seguindo neste itinerário até ocupar o a Presidência de um Grupo Escolar intitulado Comunitário. Paralelamente ocupa posições no itinerário privado, como proprietário de terras, e no itinerário público sendo nomeado para o cargo de secretário. Outro exemplo é o de Confucio Moura, posicionando-se como produtor rural, médico e professor, com posição escolar alta e econômica média alta, inicia sua trajetória como Policial Militar e Professor. Após terminar o curso de medicina para a exercer esta profissão. Ocupou também posições no itinerário público, sendo nomeado para o cargo de secretário, e no itinerário privado, como pecuarista. Zaire Rezende também segue as principais características dos outros exemplos, tendo se posicionado como médico, posição escolar alta e econômica média baixa, inicia sua trajetória exercendo a medicina, ocupou cargos de direção em Clínicas e Hospitais. No itinerário público atuou como médico em uma secretaria estadual de São Paulo. Também foi professor superior, dentro das Faculdades de Medicina, em Universidades Federais e Particulares.

Como foi colocado anteriormente, este itinerário, assim como o público, detém posições profissionais que não estão relacionadas a atividades econômicas, sendo assim, foi possível identificar destes 30 casos aqui presentes, 22 onde não há qualquer informação de posições no itinerário privado durante a sua trajetória social. Entretanto ao contrastar estes casos com seus patrimônios declarados em somente 3 casos não foi possível identificar qualquer relação com empreendimentos econômicos, tendo desempenhado funções exclusivas neste itinerário ou no público e em suas declarações constam apenas bens pessoais. Em contrapartida os demais 18 casos, mesmo que não constem cargos e posições, ao longo de sua trajetória, que estejam vinculadas ao itinerário privado, constam empreendimentos econômicos em seus bens principalmente com o setor terciário e com o primário.

#### 4.5 O Itinerário Político

Este itinerário, como foi colocado no começo deste capítulo, são os casos que não constam qualquer trajetória profissional anterior ao cargo político eletivo, ou seja, não há uma trajetória prévia, assim o próprio itinerário, no sentido que vinha sendo construído para os demais casos, já é a própria carreira política.

Ao todo são 33 casos que se enquadram neste itinerário e, como tais, suas características políticas serão analisadas no capítulo seguinte, em relação a suas carreiras, diferenciando de sua trajetória. Neste sentido, compõem este itinerário os 26 casos abordados no primeiro item deste capítulo onde a trajetória inicial já se dá em cargos eletivos sobre a trajetória inicial, mais 7 casos que não constam quaisquer outras informações referentes a trajetória anterior a primeira eleição. Contudo uma caracterização geral frente aos recursos sociais disponíveis, como foi feita para os demais itinerários, ainda é válida e pode ser sistematizada de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 15 - Posições Sociais do Itinerário Político

<b>Posição Econômica</b>	<b>Posição Escolar</b>	<b>Posição Profissional</b>
Alta (3), Média Alta (7), Média (14), Média Baixa (3) e Baixa (4)	Alta (21) e Média (12)	"Empreendedores " (13), "Profissionais Superiores" (10), "Profissionais Empreendedores" (8) e Outros (2)

A maioria destes casos estão na posição econômica média (14 casos), onde o patrimônio varia de R\$ 1 milhão a R\$ 5 milhões de reais, e a segunda maior posição é a média alta (7 casos), indo de R\$ 5 milhões a R\$ 10 milhões de reais. Estas duas posições representam um pouco mais de 63% dos casos que estão no itinerário político.

Já a posição escolar há um aumento dos casos com posição média, constando apenas o ensino médio completo. Percentualmente este itinerário é o que contém menos casos com diploma superior (63,6%), lembrando, como já foi colocado sobre a trajetória inicial, apenas 2 casos detinham um diploma superior ao iniciar a sua trajetória na política. Dos casos que contam com o ensino superior completo, a concentração dos diplomas é no curso de Direito, com 13 casos, representando um pouco mais da metade dos que estão na posição escolar alta.

Sobre os perfis ocupacionais e profissionais, os casos são variados, onde a maior parte está nos que se posicionaram profissionalmente em relação a uma atividade econômica, como empresário e produtor rural, fazendo parte assim do perfil "Empreendedores" com 13 casos.

Mesmo assim os outros dois perfis são expressivos, onde os “Profissionais Superiores”, composto dos casos que se apresentam profissionalmente em relação a um diploma superior, detém 10 casos. Por último o perfil que se apresenta profissionalmente utilizando as duas lógicas descritas a cima, sendo categorizado como “Empreendedores Superiores”, também constam 10 casos.

É interessante pontuar que todos os casos deste itinerário, exceto os 2 que se encontram na posição profissional “outros”, apresentam profissões e ocupações nas fichas entregue a câmara, contudo, ao analisar suas trajetórias, não há qualquer informação sobre outras ocupações a não ser a própria carreira política eletiva.

No caso das profissões, a maioria se apresenta como Advogado ou Administrador de Empresas, mas não consta qualquer informação do exercício desta atividade, ou seja, reforça o trunfo do diploma escolar, lógica que foi formulada no capítulo anterior ao tratar dos “Profissionais Superiores”. Da mesma forma os que se posicionaram com atividades econômicas, também não há dados sobre posições no itinerário privado, contudo, sobre este perfil, existem as declarações de bens para compor a análise, dessa forma são apenas 4 casos destes 33 que não detém bens relacionados com atividades econômicas. Já os demais casos estão concentrados principalmente no setor terciário, ou de forma exclusiva (11 casos – 33,3%) ou diversificando este setor com o primário (7 casos – 21,2%).

Como foi colocado no início as demais informações sobre estes casos serão descritas no próximo capítulo sobre carreira política.

#### **4.6 Itinerários associativos-sindicais**

Primeiramente, é importante pontuar o motivo desta trajetória possível não estar colocada como um itinerário principal, junto com os outros demais apresentados anteriormente, ou mesmo com a categoria “outros itinerários”, em relação aos profissionais, professores, etc. Levando em conta a capacidade de ocupar diversas posições simultâneas dos casos aqui analisados, o itinerário dentro de entidades associativas e sindicais é sempre uma função desempenhada de modo simultânea a outra principal, ou que busca representar um segmento dos itinerários anteriores.

Um empresário que detém uma indústria de alimentos, não deixa de ser um industrial ao assumir a Presidência de uma Federação da Indústria, pelo contrário, ele acaba tendo duas frentes possíveis de recursos sociais, uma baseada em sua atividade econômica, e outra construída em seu cargo representativo, sendo que o próprio pertencimento a entidades

patronais leva em conta desempenhar atividades econômicas. Com isso o itinerário principal continua sendo o privado, neste exemplo, a função associativa-sindical representa um momento de bifurcação.

Ao todo são 71 casos que ocuparam posições no itinerário associativo-sindical antes da sua primeira eleição a cargo eletivo, este número representa aproximadamente 30% de todo o universo da pesquisa. Apesar de ser um percentual baixo, o recurso associativo-sindical pode ser importante para o sucesso eleitoral e recrutamento político, por isso merece menção e apresentação das informações disponíveis.

Os casos estão agrupados de acordo com o âmbito da entidade e o cargo mais elevado que ocupou dentro delas, sendo assim um caso que foi enquadrado nas “federações”, pode ter ocupando posições nas outras “Entidades Econômicas”, mas não chegou a “CNI”.

Tabela 27 – Entidades Associativas-Sindicais

Entidades	Casos
CNI	2
Federações	13
Entidades Econômicas	37
Entidades Profissionais	19
Total	71

Dos únicos 2 casos que chegaram a Confederação Nacional da Indústria, ambos ocuparam funções de direção, contudo um deles ocupou cargos médios, sendo conselheiro, e outro chegou a ser vice-presidente da entidade. Ambos os casos foram presidentes das Federações de seus respectivos estados.

Em relação aos 13 casos que ocuparam posições em Federações, 8 são em Federações da Indústria, 4 em Federações da Agricultura e 1 em Federação do Comércio. Destes apenas 2 casos desempenharam funções médias de direção, como diretores, já os demais 11 casos, ocuparam cargos de direção alta, principalmente o de Vice-Presidente (7 casos), seguido do de Presidente (4 casos).

A maioria dos casos estão concentrados nas demais Entidades Econômicas, que são entidades de setores e ramos específicos das atividades econômicas e também a maioria está localizada em âmbito regional e local. Destes, 30 casos ocuparam cargos de direção nestas entidades, sendo a maioria o de altos cargos (20 casos), principalmente a presidência (15 casos). Os outros 10 casos ocuparam cargos médios de direção, desempenhando a função de diretorias.

Por último, são 19 casos que estão relacionados a entidades profissionais, principalmente a atividade de medicina (8 casos), seguida da de advogados (4 casos). Ao todo



14 casos ocuparam posições de direção dentro destas entidades, com apenas um caso que de cargos médios de direção, atuando como primeiro secretário. Os demais 13 casos desempenharam altos cargos, cosendo 9 deles ocupando a presidência.

Ao agregar os casos presentes nas em todas as entidades relacionadas com atividades econômicas, excluindo as entidades profissionais, são totalizados 52 casos. A partir deles é possível identificar certas características comuns, mas também algumas especificidades em relação ao tipo de entidade onde se ocupa os cargos. Ao analisá-los frente aos seus Perfis Profissionais e Itinerários de Trajetória Social, os recurso comuns estão descritos de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 16 – Perfil Profissional e Itinerário Principal dos casos com Cargos em Entidades Econômicas

<b>Perfil Profissional</b>	<b>Itinerário Principal</b>
"Empreendedores" (20 casos), "Profissionais Superiores" (11 casos), "Empreendedores Superiores" (20 casos) e "Outros (1 caso)	Privado (41 casos), Público (10 Casos) e Político (1 caso)

No geral, estes casos tem o itinerário privado como principal, representando aproximadamente 78%. Estes dados apontam para uma relação entre ocupar posições em entidades de representação empresarial e desempenhar as atividades econômicas ao longo de sua trajetória, ou seja, não há um itinerário específico para os casos com relações associativas-sindicais, estando condicionados a uma trajetória anterior, neste caso o itinerário privado.

Por outro lado, são dois Perfis Profissionais que se destacam dentro desses casos, ambos ligados a atividades econômicas, são eles o de “Empreendedores” e os “Empreendedores Superiores”. Cada um destes conta com 20 casos, entretanto existe uma concentração do Perfil “Empreendedores Superiores” nos casos que ocuparam cargos nas Federações e Confederações, e dos “Empreendedores” nas demais entidades econômicas.

Dos 15 casos relacionado com Federações ou com Confederações, 11 deles se posicionaram dentro do perfil “Empreendedores Superiores”, basicamente combinando a lógica da atividade ocupacional com um diploma superior, com isso acionando um trunfo escolar na ocupação dos cargos neste tipo de entidades, que pode ser confirmado pela alta posição escolar de 14 casos com diploma superior (93,4%).

Por outro lado, as entidades de setores e ramos específicos no âmbito local e regional, dos 35 casos, a maior concentração é no Perfil de “Empreendedores”, com 17 casos, sendo que este número representa aproximadamente 45% dos casos, lembrando que este perfil profissional está associado com posições escolares médias. Entretanto não é o que ocorre com os casos

relacionados a estas entidades, visto que 67% destes concluíram o ensino superior, número que não é tão elevado como no caso das federações e confederação, mas ainda assim é expressivo.

Já os 19 casos das entidades profissionais se diferenciam tanto em relação a trajetória social, quanto ao perfil profissional. Primeiramente, a maioria dos casos estão concentrados em “outros” itinerários, que não o público, privado e político, ao todo são 9 casos. Lembrando que este itinerário concentrava a maioria de profissionais que trabalharam como educadores e médicos, números que podem ser reforçados já que destas 19 entidades profissionais, 8 são relacionadas com a atividade médica. Com isso as profissões declaradas acabam se concentrando no perfil “Profissionais Superiores”, ou seja, atividades profissionais condicionadas a um diploma superior, reforçado por todos estes casos terem um diploma de ensino superior, ou seja, ocupam as posições escolares altas.

Uma outra característica que difere as entidades econômicas das profissionais é em relação as posições econômicas de seus casos, enquanto na primeira estão concentrados nas posições média (20 casos), média alta (9 casos) e alta (16 casos), os casos das entidades profissionais, se concentram basicamente nas posições médias, contando com a média baixa (3 casos), média (9 casos) e média alta (4 casos).

Enfim o itinerário associativo-sindical foi considerado como trajetória complementar porque as posições principais destes casos se dão em outros itinerários, que condicionam o tipo de entidade cada um se associa. Neste sentido foi possível elaborar um padrão dos casos que ocupam funções nas entidades ligadas a atividades econômicas, diferente dos casos das entidades profissionais, sendo os primeiros ligados ao itinerário privado e se posicionando profissionalmente dentro dos critérios ligado ao perfil “Empreendedores” e Empreendedores Superiores”. Já os outros tem sua trajetória em outros itinerários, que não o público ou privado, marcado pelas atividades de profissionais liberais, sendo assim relacionados com entidades profissionais.

Por fim, o diploma escolar é um trunfo presente nos casos que circulam dentro de ambas as entidades, mesmo dentro do perfil “Empreendedores”, que a maioria dos casos não ocupa posições escolares altas, os que tem relações com entidades de representação dispõem de ensino superior completo.

#### 4.7 Última posição da trajetória

Este item final do capítulo tem como objetivo apreender a última posição ocupada na trajetória social, antes do recrutamento político, no sentido de sucesso na entrada para a política a partir de cargos eletivos. Contudo, em 60 casos não foi possível determinar com exatidão a última ocupação, por não constar as informações oficiais deste período anterior ao 1º cargo eletivo, só contendo cargos posteriormente ou pela ausência de dados temporais, não sendo possível estabelecer uma cronologia das posições ao longo da trajetória.

De qualquer forma foi possível analisar a última posição de 175 casos, que equivale a aproximadamente 75% do universo desta pesquisa. Esta última posição será sistematizada em relação aos itinerários finais de acordo com a última posição, e estes casos serão relacionados com seus itinerários principais ao longo da trajetória, as características destas posições e as posições econômicas. Com isso se pretende analisar as possíveis lógicas de recrutamento, questionando se existe uma única posição final, dentro de um itinerário específico que seja determinante para o sucesso eleitoral.

Iniciando a análise é a apresentada a relação entre o itinerário da posição final e o itinerário principal, que contempla a posição principal desempenhada ao longo da trajetória.

Tabela 28 – Número de casos no Itinerário Principal e Final

Itinerário	Principal	Final
Privado	113	69
Público	59	63
Entidades	*	27
Outros	30	16
Total	202	175

Primeiramente, de acordo com esta tabela apresentada, é possível observar a concentração de casos que tem sua última posição na trajetória social, dentro do itinerário privado (69 casos), que representam quase 40% dos casos os quais se tem a informação da última posição. Em seguida vem o itinerário público, com apenas 6 casos a menos que o anterior, totalizando 63, que proporcionalmente equivalem a 36%. O terceiro itinerário é o de posições nas entidades associativas-sindicais, tema da última seção, com 27 casos, sendo que este itinerário foi considerado complementar, por isso não sendo considerado como principal.

Estes três itinerários finais, representam um pouco mais de 90% dos casos que estão disponíveis as informações referentes a estas últimas posições, antes do sucesso eleitoral, e representam 67% de todos os casos do universo de pesquisa.

Ao analisar os itinerários principais com as posições finais, enquanto o itinerário privado e os “outros” itinerários reduzem os seus casos, o itinerário público aumenta o seu número em relação a posições finais. Dos 63 casos com posição final no público, este itinerário é o principal em 45 deles, ou seja, há uma migração de 18 casos para posições relacionadas a cargos públicos, sendo 14 vindos do itinerário privado. Dentro dessas posições finais, a maioria ocupa o cargo de secretário, totalizando 26 casos, seguido dos cargos de direção dentro dos bancos ou empresas públicas, com 25 casos, sendo 13 de altos cargos e 12 de cargos médios.

Como foi apontado, o itinerário privado acaba perdendo casos em relação as posições finais, principalmente para as funções que estão relacionadas as entidades associativas-sindicais, sendo que dos 27 casos onde a sua última posição ocorre neste tipo de entidades, 21 deles são do itinerário privado. Além disso, as ocupações de todos estes casos são em cargos de direção, onde apenas 4 não ocupam cargos de direção altos, desempenhando a função de diretores. Já os demais 23 casos estão em altos cargos, principalmente na função de presidente das entidades.

Por fim, a maior parte dos casos com posição final no meio privado (69 casos), em 64 as posições ao longo da trajetória configuram este itinerário como o seu principal. Neste sentido, os números apontam para um tipo de casos que passa a sua trajetória social dentro de empresas, praticamente não atuando em cargos públicos ou entidades patronais, só modificando sua atuação ao entrar na política. Outro ponto importante é que a última posição destes casos, antes do sucesso eleitoral, são funções no topo da hierarquia de suas respectivas empresas. Ao todo são 51 casos, destes 69, que estão desempenhando altos cargos, principalmente de Presidentes e Proprietários de empresas privadas.

Ocupar uma posição final que esteja relacionada a uma função no topo da hierarquia ocupacional, dentro dos itinerários específicos, pode ser colocado como uma evidencia compartilhada pelos casos, além do itinerário privado. Ou seja, dentro deste item específico, foi possível comprovar que as posições finais destes casos se concentram dentro dos itinerários principais público e privado, com um número significativo de casos no itinerário das entidades associativas-sindicais. Nestes termos são 3 itinerários distintos, mas existe um fator comum entre estes casos, que pode ser apontado pelas funções e cargos finais. Por exemplo, ao todo são 89 casos cuja posição final é um cargo alto de direção, independente do itinerário principal e secundário. Se forem adicionados os casos que ocupam cargos médios de direção, bem como os que são secretários, posições também de destaque dentro de seus itinerários específicos, chega-se ao total de 144 casos onde a última posição, antes do primeiro sucesso eleitoral, está em uma posição hierárquica média ou alta em sua trajetória social. Lembrando que estão

disponíveis os dados de 175 casos, sendo assim estas posições representam 82% destes e 61% dos casos gerais da pesquisa. Assim é possível considerar que a posição final ocupada é um importante trunfo, e que não depende necessariamente do itinerário específico.

#### **4.8 Atividades e Ocupações dentro de seus Itinerários**

O principal ganho deste capítulo foi utilizar a análise de trajetória como forma de sistematizar as posições ocupacionais e profissionais desempenhadas por estes 235 casos antes da entrada na política, através do primeiro cargo eletivo. Com isso é possível a apreensão das atividades desempenhadas, através das diferentes funções e cargos ocupados, sendo que em alguns casos foi possível uma hierarquização destes; bem como determinar os meios específicos onde se atuava, através da construção dos itinerários possíveis, e o perfil de casos em cada um deles, sendo possível inferir um determinado padrão.

É importante colocar que as posições ocupadas nos itinerários específicos, também se configuram em recursos e trunfos sociais, da mesma forma que estão relacionadas com os recursos econômicos, escolares e profissionais, já apresentados nos outros dois capítulos anteriores. Contudo a intenção não é colocar esta questão em um sentido de variáveis dependentes e independentes, ou inferir o grau que um recurso A influencia em trajetória X, mas sim na importância de mapear o máximo de recursos disponíveis que podem ser mobilizados por estes casos, antes da entrada na política.

Sendo assim foi possível determinar que o início das trajetórias ocupacionais e profissionais ocorre em média com 22 anos de idade, onde a maioria dos casos ainda não possui o ensino superior completo, mesmo assim boa parte dos primeiros cargos no itinerário privado são de direção, deixando o diploma escolar em segundo plano. Em contrapartida os casos do itinerário público são o que mais detém posição escolar alta no início de sua trajetória, tendo como primeira posição cargos comissionados e nomeados, principalmente de assessores e assistentes de gabinete.

Difícilmente as posições iniciais são as mesmas das finais, contudo são poucas as mudanças de itinerários, ou seja, a tendência é se manter dentro de um dos 4 possíveis e ir galgando outras posições dentro dele na medida do tempo. Isso fica evidente ao apontar que 144 casos do universo detém uma posição final de destaque, em hierarquias médias ou altas, desempenhando funções em altos cargos, cargos médios de direção ou como secretários, independente do itinerário. Neste sentido, mais importante que diversificar e bifurcar as

trajetórias sociais, é “subir na carreira” em um itinerário específico, estando em posições de “comando” antes do sucesso eleitoral, que são lugares de prestígio social, variando o seu peso de acordo com a empresa, instituição, órgão onde se está alocado.

Também foi possível identificar o perfil dos casos dentro de cada um dos itinerários principais, a partir das posições econômicas e escolares, abordadas no primeiro capítulo, juntamente com os perfis de apresentação profissional, construídos no segundo capítulo. Por exemplo o itinerário privado, principal trajetória relacionada ao meio econômico, mais de 70% dos seus casos se apresentam profissionalmente através de ocupações relacionadas a atividades econômicas, no caso os “Empreendedores” e os “Empreendedores Superiores”, concentrando quase 80% dos casos que estão na posição econômica alta. Já o itinerário público, que seria uma lógica oposta ao setor privado, quase não apresenta casos no perfil “Empreendedores”, contudo a maior parte se posiciona dentro do perfil “Empreendedores Superiores”, seguida dos “Profissionais Superiores”, tendo seus casos nas posições econômicas médias, tanto alta, como baixa. Já os casos que compõem os “outros” itinerários possíveis, constituído basicamente de profissionais liberais, em sua maioria médicos ou de professores, 22 casos do total de 30 são enquadrados no perfil “Profissionais Superiores”, onde os diplomas superiores definem a sua atividade profissional.

A partir destas informações é possível identificar relações mais complexas entre as ocupações desempenhadas e os posicionamentos profissionais, também contrastados com as declarações de bens, como foi possível evidenciar no final dos tópicos que apresentaram cada itinerário. No geral, é possível constatar uma relação entre a ocupação desempenhada, identificada nos itinerários, e a ocupação declarada, no posicionamento profissional, por exemplo os casos que ocupam posições no itinerário privado e o auto posicionamento em ocupações de atividades econômicas, contudo, existem outros tipos de relação que também podem ser evidenciadas e merecem a sua descrição.

Por exemplo, os casos que se apresentam dentro de ocupações econômicas, mas não tem o itinerário privado como o seu principal. Ou, indo além e lembrando que o objeto da pesquisa é a relação entre espaço econômico e político, qual seria a relação com este espaço dos casos que não ocupam funções no itinerário privado e não se posicionam em ocupações relacionadas a atividades econômicas?

A resposta a estes questionamentos se dá a partir dos patrimônios disponíveis, constando em suas declarações de bens, relações com empreendimentos econômicos. Sendo assim, mesmo que a principal ocupação na trajetória social não esteja relacionada ao itinerário privado, ou a

apresentação profissional não seja nos Perfis com atividades econômicas, é possível determinar a partir desta posse de bens, sua relação com o espaço econômico.

Neste sentido, estes empreendimentos declarados como patrimônio podem ser entendidos como uma forma de diversificação das atividades profissionais principais, mesmo que garantam a principal fonte de renda, não demandam a ocupação formal de uma função ou ocupação de um cargo. Da mesma forma que estes empreendimentos privados podem ter sido adquiridos após um itinerário já consolidado, visto que não é possível determinar o momento exato de compra destes bens.

Com isso é possível identificar uma outra dimensão da análise de trajetórias, por exemplo, em relação ao itinerário privado, foi possível analisar as posições dos casos enquadrados nesta trajetória, mas que estão no Perfil “Profissionais Superiores”, não se apresentando por ocupações econômicas, mas sim através de profissões relacionadas a diplomas, mesmo que a sua principal trajetória social seja no meio privado e detenha bens econômicos em sua declaração.

Já os outros 3 itinerários, tanto o público, quanto o político e os “outros” possíveis, as suas principais posições ocupadas ao longo da vida, não tem relação com o meio privado, contudo isso não impossibilita estes casos de desempenharem ou deterem atividades econômicas privadas. Por exemplo tanto os casos que estão nestes itinerários, mas se apresentam profissionalmente nos perfis ligados a ocupações econômicas, “Empreendedores” e “Empreendedores Superiores”, ou mesmo que não possuem bifurcações no itinerário privado, ou ainda, são profissionais liberais, enquadrados no perfil “Profissionais Superiores”, é possível constatar na maioria deles empreendimentos econômicos em suas declarações.

Enfim, a combinação da análise de trajetórias com as declarações de bens se demonstrou um importante instrumento para dar conta do objeto, principalmente no que se refere a objetivação das relações possíveis com o espaço econômico, bem como as posições econômicas ocupadas. Neste sentido, a auto declaração de ocupação e profissão, só faz sentido ao ser confrontada com estas outras duas frentes, com o intuito de compor os recursos sociais e específicos disponíveis para estes casos, não tomando a apresentação como recurso objetivo de posição social.

## 5 FILEIRAS DE ENTRADA, PARTIDOS POLÍTICOS E CARREIRAS NA POLÍTICA

Após descrever os recursos escolares e econômicos disponíveis, os perfis de apresentação profissional e as posições nas trajetórias, este último capítulo consiste na análise das posições políticas dos 235 casos aqui analisados. Primeiramente é importante colocar que, o objeto desta pesquisa são as relações entre posições no espaço econômico e posições no espaço político, sendo assim todos os recursos apresentados nos capítulos anteriores, são de casos que obtiveram o sucesso eleitoral, ou seja, ocuparam posições na política. Dessa forma, não é objetivo deste capítulo elencar os atributos que possibilitaram a entrada na política, mas sim a relação entre os diferentes atributos já abordados e as diferentes fileiras de entrada possíveis, bem como com a perpetuação dentro do espaço político, através de uma carreira.

Sendo assim, o objetivo principal do capítulo é apresentar as características específicas destas carreiras na política, iniciando pelas fileiras de entrada, que foram construídas a partir do acesso, sendo sistematizadas pelo âmbito do cargo: i) municipal ii) estadual e iii) nacional; e de poder. i) Executivo e ii) Legislativo; posteriormente com as informações de recursos políticos partidários que caracterizam estes casos, como: o primeiro partido filiado, tempo de filiação antes da eleição e a idade e os partidos políticos na eleição. Fechando ao analisar a quantidade de mandatos eletivos e os demais cargos políticos ocupados, sendo distinguidos entre: i) os casos de um único mandato, ii) as carreiras políticas breves, e iii) as carreiras políticas consolidadas. De acordo com a perpetuação é possível determinar o grau de profissionalização política, presente nos casos com maior carreira política. Por fim, estes perfis estarão relacionados aos recursos e trajetórias sociais descritos nos capítulos anteriores, para determinar as relações existentes entre os espaços econômicos e sociais com a política e seus padrões possíveis.

As informações sobre a carreira política foram retiradas das fichas biográficas realizadas pelos próprios deputados e hospedadas no site da Câmara dos Deputados, complementadas pelos verbetes disponíveis no DHBB elaborado pelo CPDOC da FGV. Foram coletados todos os cargos eletivos exercidos a partir do primeiro sucesso eleitoral até o ano de 2010<sup>70</sup>.

Antes de adentrar nos tópicos específicos, é possível realizar uma breve caracterização dos casos, frente ao período em que obtiveram seu primeiro sucesso eleitoral, bem como as faixas de idade no momento de entrada na política, de acordo com as tabelas a seguir:

---

<sup>70</sup> Existem raras exceções que serão frisadas e explicadas a seguir, devido a caracterização de duração na política.



Tabela 29 e 30 – Período e Faixa de Idade de Entrada na Política

Entrada na Política	Casos	%
Anterior ao Golpe	9	3,83
Ditadura Militar	64	27,23
Período Sarney	42	17,87
Pós 1990	120	51,07
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>100</b>

Idade de Entrada	Casos	%
Menos de 30 anos	52	22,13
De 30 a 39 anos	84	35,75
De 40 a 49 anos	73	31,06
50 anos ou mais	26	11,06
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>100</b>

A partir destas informações, pode ser destacada a grande concentração de casos que vai ser eleito para o primeiro cargo político, somente depois de 1990, já sob as leis da constituição de 88 e em um ambiente eleitoral democrático para todas as esferas e cargos. Já em relação as faixas de idades, há poucos casos com 50 anos ou mais, com isso, a maior parte inicia sua carreira política entre 30 e 39 anos de idade, seguida da faixa entre 40 e 49 anos. Como será demonstrado nas próximas páginas, o período e faixa de idade de entrada, são características importantes para determinar os tipos de fileiras e determinados padrões de carreira política.

### 5.1 As Fileiras de Entrada na Política

No último capítulo foi analisada a trajetória social dos 235 casos e seus itinerários específicos, bem como a primeira posição, ou seja, o início da trajetória, e a última posição ocupada, anterior a entrada na política. Nesta primeira seção deste capítulo serão analisadas as fileiras de entrada no espaço político, a partir da caracterização do primeiro cargo eletivo em relação ao seu âmbito (Local, Estadual e Nacional) e poder referente (Executivo e Legislativo). Além disso, serão regatadas as informações dos capítulos anteriores, para caracterizar os casos destas fileiras a fim de observar os padrões possíveis associados aos recursos e trajetórias no acesso a política.

Ao distribuir os casos, em relação aos critérios que definem as fileiras de entrada, é possível constatar um destaque para os cargos no Poder Legislativo, bem como em âmbito

nacional, como a principal fileira de entrada, sendo o cargo de Deputado Federal o primeiro cargo eletivo da maioria deles.

Tabela 31 – Fileiras de Acesso aos Cargos Políticos Eletivos

Âmbito	Poder		Total
	Executivo	Legislativo	
Local	34	43	77
Estadual	2	44	46
Nacional	0	112	112
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>199</b>	<b>235</b>

São quase 85% dos casos que tem a sua fileira de acesso a política em cargos do Poder Legislativo, com isso os cargos executivos não são as principais opções de entrada na política, por este grupo de análise, principalmente por terem um custo, dependendo do seu âmbito, muito alto. Por exemplo as eleições para Governador ou Presidente, demandam uma grande concentração de recursos políticos, seja de carreira eletiva ou partidária, por isso de difícil acesso mesmo a profissionais da política, e mais ainda para novatos. Tanto que não há nenhum caso que tenha exercido o mandato no Executivo Nacional ao longo de sua carreira, e os dois casos que tem sua fileira de entrada no executivo estadual, são de Vice-Governador.

Posto isto, não quer dizer que todos os cargos legislativos são de baixo custo, por exemplo as fileiras de entrada no poder Legislativo, tendem a ter custos menores, se comparadas ao executivo, focando nos espaços políticos das Câmaras Municipais e Assembleias Estaduais. Contudo, aproximadamente 47% dos casos tem a sua entrada em cargos eletivos no legislativo em âmbito nacional, que teria um custo muito maior que os demais cargos do mesmo poder, ou seja, existe uma concentração no poder legislativo, mas isso não significa que os casos aqui analisados não tenham uma posição de destaque já no primeiro sucesso eleitoral.

Por outro lado, é possível observar que existe também uma lógica local neste universo, focada tanto nos cargos executivos, quanto nos legislativos, concentrando o segundo maior número de casos do universo, deixando o âmbito estadual em último. Neste sentido, os cargos executivos locais não exigem tantos recursos, por exemplo as candidaturas a prefeituras municipais são condicionadas principalmente aos tamanhos dos municípios, tendo pesos diferentes entre interior e capital. Também é necessário se pontuar que muitos dos casos que ocuparam o cargo de Prefeito, foram nomeados durante o período militar, ou seja, sem custos de participação do mercado eleitoral. Já os cargos de vereadores é a principal fileira acessada

por candidato em idade inferior aos 30 anos, apontando para um tipo de entrada relacionada a características e recursos sociais.

É forte esta relação entre o tipo de cargo eletivo e a idade do candidato, assim este recurso está associado com uma noção simbólica de experiência, importante trunfo na apresentação política para os candidatos. Esta característica fica evidente ao se tratar dos cargos do poder legislativo, onde as faixas de idade preponderantes aumentam à medida que se sobe o âmbito dos primeiros cargos eletivos. Já no poder executivo, esta lógica não é tão clara, principalmente por se tratarem de poucos casos em geral e também em outro âmbito que não seja o local.

Quadro 17 – Características das Fileiras de Acesso aos Cargos Eletivos

Âmbito	Poder	
	Legislativo	Executivo
<b>Local</b>	Menos de 30 Anos; Eleitos antes de 1990; Itinerário Político	Diferentes faixas de idade; Nomeados antes de 1990; Itinerário Privado
<b>Estadual</b>	De 30 a 39 anos; Eleitos antes de 1990; Itinerário Público e Privado	(Os dois casos foram agregados no executivo local, por terem as mesmas características)
<b>Nacional</b>	De 40 a 49 anos; Eleitos depois de 1990; Itinerário Público e Privado	(Não há casos)

O âmbito local, principalmente no âmbito legislativo, mas com números expressivos no executivo, é a principal fileira de acesso para os casos que entram na política com menos de 30 anos. Esta fileira de acesso representa quase 70% dos casos que iniciam na política com idade entre 18 e 29 anos, demonstrando como a idade pode ser considerada um recurso na entrada para a política.

Em relação aos cargos executivos locais (Prefeito – 27 casos; Vice-Prefeito – 7 casos) e estaduais (Vice-Governador – 2 casos), os 11 casos com menos de 30 anos, em sua maioria foi nomeado no período da ditadura militar, entre 1964 e 1982. Mas o maior número desta fileira de acesso se concentra entre as faixas de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos, onde cada uma consta com 12 casos, sendo eleitos principalmente no período Sarney. Sendo assim esta fileira de acesso está associada a um período anterior a 1990. Em relação a sua trajetória social, e independentemente da idade, metade dos casos ocupou posições dentro do itinerário privado, sendo este também a sua última posição antes do cargo político.

Já o legislativo local, na figura do cargo de vereador, é composto basicamente dos casos com menos de 30 anos, onde praticamente metade dos casos foi eleito durante a ditadura militar.

O principal itinerário de trajetória social desta fileira é o político, ou seja, os casos que foram apresentados no capítulo anterior como sem qualquer informação de trajetória social, que não fosse a ocupação de postos políticos. Dos 33 casos que constam neste itinerário, praticamente 60% entram na política como vereadores com menos de 30 anos.

Como foi colocado anteriormente existe uma relação entre o âmbito do cargo e a faixa etária, ao analisar os casos do legislativo estadual, na figura do cargo de Deputado Estadual, a maior parte está entre 30 e 39 anos, uma faixa etária a cima dos casos de vereadores. Ao todo são 20 casos que foram eleitos durante o período militar, sendo que a sua maioria foi antes de 1990. Em relação a trajetória social há um equilíbrio entre o itinerário público e privado, cada um com 16 casos, representando conjuntamente mais de 70% dos casos nesta fileira de acesso.

Seguindo a mesma lógica da faixa etária, os casos que entram na política nas fileiras nacionais legislativas, ou seja, como Deputados Federais (109 casos) ou Senadores (3 casos), em sua maior parte tem entre 40 e 49 anos (46 casos) ou entre 30 a 39 anos (36 casos), sendo que estas duas faixas de idade correspondem a aproximadamente 73% desta fileira de acesso. A trajetória destes casos também é equilibrada entre o itinerário público e privado, com 37 casos cada um, sendo que estas duas trajetórias representam aproximadamente 66% dos casos.

Outro ponto que merece destaque é em relação ao itinerário associativo-sindical, lembrando que esta trajetória foi considerada como secundária, ou seja, complementar, ao analisar os seus 71 casos, aproximadamente 65% dos casos que ocuparam algum cargo dentro destas entidades, entram na política como Deputados Federais, ou seja, nesta fileira de acesso do Legislativo Nacional, apontando para este itinerário como um importante trunfo de início na política.

Por fim, já foi apontando anteriormente a grande concentração dos casos na fileira de acesso político nos cargos legislativos nacionais, sendo que aproximadamente 82% dos 112 casos desta fileira foram eleitos a partir de 1990. Todas as demais fileiras têm seus casos concentrados em eleições no período militar e antes de 90, sendo possível inferir uma inversão de estratégia do universo desta pesquisa na entrada política, após a primeira eleição depois da constituinte de 1988. Antes deste período as lógicas de entrada política estão relacionadas fortemente ao poder em âmbito local e, com menos força, no âmbito estadual e, a partir das eleições de 1990, o foco passa a ser os cargos legislativos nacionais, enquanto a política local é preterida.

Somente 7 casos dos 112 da fileira de cargos legislativos nacionais, não foram eleitos em um ambiente democrático, ou seja, depois de 1986. Enquanto dos 77 casos que entraram na política em cargos eletivos locais, independente do poder, somente 13 foram eleitos depois de

1990, os demais casos são concentrados no período de governo Sarney (21 casos), mas principalmente foram eleitos durante a ditadura militar (36 casos).

As explicações para este fato extrapolam os limites deste trabalho, pois passam por teses em relação ao esvaziamento político nacional provocado pelos militares, que pode ser evidenciado pelo sistema bipartidário, constantes fechamentos do Congresso, Cassação de Mandatos. Por outro lado, esse avanço pós 1990 podem ser indícios das mudanças ocorridas no Estado e no espaço político, apontados por alguns autores como o “aumento da representação empresarial no congresso”. Longe de aderir a qualquer uma dessas explicações, este trabalho se restringe a constatação de uma mudança de lógica na entrada da política em relação ao período histórico, evidenciada pelo âmbito dos cargos, sendo antes de 1990 em um âmbito local, e depois em âmbito nacional no poder legislativo.

## **5.2 Filiação Partidária e Partidos Políticos**

Nesta seção serão analisadas as relações entre este universo de pesquisa e os seus recursos partidários possíveis, procurando inferir determinados padrões de filiação partidária, bem como quais legendas são as mais procuradas pelos 235 casos desta pesquisa. O pertencimento ao partido é condição para a eleição, não sendo possível outra forma para participar do mercado eleitoral, visto que está na lei a filiação obrigatória para ser candidato. Para estes casos o tempo de filiação antes do primeiro sucesso eleitoral é variado, existindo casos mais claros de instrumentalização partidária, e outros com longo tempo de filiado. Esta filiação ocorre principalmente antes dos 30 anos, e na maior parte até os 39 anos de idade. A média de mudanças partidárias é entre 2 a 3 vezes, sendo que a maioria dos casos não ultrapassa 4 mudanças. Por fim, a maioria dos casos estão em partidos dentro do espectro ideológico de centro e de direita, visto que, na maioria das vezes, estes partidos não detêm carreiras militantes, focando no personalismo.

Ao tratar da primeira filiação partidária, devido ao universo da pesquisa conter casos de diferentes épocas, é necessária uma separação dos períodos históricos e dos respectivos partidos existentes. Sendo assim, são 9 casos antes do golpe militar de 1964, 58 casos durante a ditadura militar (64-79) e 147 casos contando a partir da lei que possibilitava a criação de novos partidos, de 1980.

Dos 9 casos que se filiaram a partidos antes da ditadura militar, a maior parte dos casos estão nos 3 principais partidos da época, que dominavam a cena política, sendo eles o PSD

(Partidos Social Democrático), com 4 casos, juntamente com a UDN (União Democrática Nacional), com 2 casos. Os demais partidos somam 3 casos.

Tabela 32 – Primeira Filiação Partidária Antes de 1964

Partidos	Casos
PSD	4
UDN	2
PTB	1
PDC	1
PSB	1
Total	9

Já os 58 casos que se filiaram a partidos durante o regime militar, estavam sob um regime bipartidário, implementado pelo Ato Complementar nº 4, em 20 de novembro de 1965, pelo então Presidente General Castelo Branco. As únicas duas legendas possíveis eram a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido que servia de base do regime militar, sendo formado basicamente pelos membros da UDN e de políticos mais conservadores do PSD. E a outra o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que era a oposição consentida pelo Governo, auxiliando na aparência democrática do período. Dentro do universo da pesquisa, a maioria dos casos se filia a ARENA, ao todo são 37 que representam um pouco mais de 60% dos casos que se filiaram a partidos neste período.

Tabela 33 – Primeira Filiação Partidária durante o Bipartidarismo

Partidos	Casos
ARENA	37
MDB	21
Total	58

Os demais 147 casos se filiaram a partidos após a edição da lei nº 6.767, em 20 de setembro de 1979, que acabou com o bipartidarismo e reinstaurou o multipartidarismo. Basicamente da ARENA surgiu o PDS (Partido Democrático Social), que posteriormente resultou em outros partidos, sendo os seus principais o PFL/DEM (Partido da Frente Liberal/Democratas) e o PP (Partido Progressista), que antes também foi PPB (Partido Progressista Brasileiro) e PPR (Partido Progressista Reformador). Já o MDB adicionou a palavra partido antes da sigla se tornando o PMDB, da onde, após uma fragmentação, surgiu o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

A maior parte destes 147 casos teve a sua primeira filiação partidária em uma dessas siglas descritas acima, apontando para um padrão de partidos com origens, em alguns casos, semelhantes e por isso mantendo a posição em determinados espectros ideológicos.

A distribuição partidária da primeira filiação é de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 34 – Primeira Filiação Partidária durante o Multipartidarismo

Partidos	Casos
PMDB	47
PFL	24
PDS	18
PSDB	15
PTB	8
PL	7
PRN	6
PPB	5
Outros <sup>71</sup>	17
Total	147

Os 5 maiores partidos, em número de casos, representam mais de 75% do total de filiados neste período, sendo o maior partido o PMDB, com 47 casos que representam um pouco mais de 30%. O PFL e o PDS aparecem em segundo e terceiro lugar, lembrando que possuem origens comuns, assim como o PPB, último partido descrito na tabela. Aparecem ainda outros 3 partidos não mencionados, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que foi refundado, pois já existia antes da ditadura militar, como já foi apresentado; O PL (Partido Liberal), que foi fundado em 1985 e posteriormente se uniu com o PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional), transformando-se em Partido da República (PR); por fim o PRN (Partido da Reconstrução Nacional), que surgiu a partir do PJ (Partido da Juventude), e posteriormente realizou uma segunda mudança para PTC (Partido Trabalhista Cristão).

Sobre a idade da primeira filiação partidária, a média é de 33 anos de idade, contudo a maior parte dos casos se filia com menos de 30 anos (80 casos) ou entre os 30 e 39 anos (77 casos), sendo que estas duas faixas representam um pouco menos de 75% dos casos cuja esta informação está disponível. Há filiações posteriores a estas faixas etárias, mas em menor

<sup>71</sup> Os demais partidos são: PDT (Partido Democrático Trabalhista), PMN (Partido da Mobilização Nacional), PP (Partido Progressista), PPR (Partido Progressista Reformador), PSC (Partido Social Cristão), PSDC (Partido Social Democrata Cristão), PST (Partido Social Trabalhista) e PT (Partido dos Trabalhadores), todos com 1 caso cada; depois o PTR (Partido Trabalhista reformador), PPS (Partido Popular Socialista) e PSB (Partido Socialista Brasileiro) cada um com 2 casos; por fim o PDC (Partido Democrata Cristão) com 3 casos, totalizando assim 17 casos, que representam aproximadamente 11%, distribuídos em 12 Partidos diferentes.

número, tanto que existem casos que só vão se filiar ao primeiro partido após os 50 anos (15 casos). De qualquer forma, sendo a filiação obrigatória para se concorrer aos cargos eletivos, entrar em um partido é um requisito necessário, ainda mais que, como vimos anteriormente, há diversos casos que entram na política com menos de 30 anos ou entre 30 e 39 anos, com isso esta faixa de idade de primeira filiação corresponde as faixas de idade das fileiras de acesso a política, apresentadas na seção anterior.

A grande maioria dos casos iniciam a sua filiação partidária em siglas no espectro ideológico de direita ou de centro, sendo pouco os casos que se filiaram a partidos de esquerda, considerando o PT, PPS e o PSB, como tal. Este padrão de filiação a partidos dentro dessas ideologias não só permanece, como se intensifica, ao analisar as siglas que cada um pertence, dentro do período de 1990 e 2010, passando a concentrar mais casos em menos siglas.

Tabela 35 – Principal Filiação Partidária entre 1990 e 2010

Partidos	Casos
PFL/DEM	65
PDMB	57
PSDB	31
PP	28
PTB	24
PSB	9
PR	7
Outros <sup>72</sup>	14
Total	235

Neste período posterior a primeira filiação, já no principal partido dentro do espaço político da maioria dos casos, durante o período de 1990 e 2010, os 5 principais partidos encontrados representam 87% do Universo desta pesquisa, com um grande destaque para o antigo Partido da Frente Liberal, atual Democratas, que concentra sozinho aproximadamente 27% dos casos, com 65 filiados, sendo que esta sigla ocupa o 7º lugar em tamanho a nível nacional.

Neste sentido ocorre uma mudança entre as posições do PDMB e do PFL/DEM, um passando para o primeiro partido, em número de filiados, e o outro assumindo a segunda posição. O PSDB pula da quarta posição para a terceira, dobrando os seus filiados, fenômeno que também ocorre com o PTB, mas triplicando o número de casos nesta sigla. Já o PP, que,

<sup>72</sup> Os demais partidos são: PL, PMN, PSD e PSDC, cada um com 1 caso; PMN, PSL e PT, com 2 casos cada; e o PDT, com 4 casos. Sendo ao todo 14 casos, representando menos de 6% do Universo, em 8 partidos diferentes.



com foi colocado anteriormente é o resultado da fusão de outros partidos, conta com 28 casos que são filiados a esta sigla, ficando atrás do PSDB e na frente do PTB.

Dentro desse quadro, é possível constatar que os casos acabam se concentrando cada vez mais em torno de alguns partidos principais no espectro ideológico da direita e do centro, o que não impede a filiação a partidos menores ou de esquerda, mas com poucos casos. O único partido de esquerda que figura entre os 7 principais é o PSB, contudo com um viés bem regionalizado, visto que dos 9 casos filiados a este partido, 7 são do estado de Pernambuco, apontando para uma proximidade com o grupo político de Miguel Arraes e Eduardo Campos.

É possível observar que muitos casos mudaram de partido ao comparar a tabela de primeira filiação com a de principal filiação partidária. Como foi colocado no início este universo aqui analisado tende a trocar de partido entre 2 e 3 vezes durante a carreira política, não ultrapassando 4 mudanças<sup>73</sup>.

Tabela 36 – Migração partidária

Migração Partidária	Casos
Nenhuma	35
Uma	36
Duas	47
Três	41
Quatro	33
Cinco	24
Seis ou mais	18
<b>Total</b>	<b>234</b>

São apenas 35 casos que não migraram para outros partidos, representando aproximadamente 15% dos casos. Já os outros 85% dos casos migraram para outros partidos pelo menos uma vez, chegando a 18 casos que migraram 6 vezes ou mais, em um máximo de 9 mudanças partidárias. Estas mudanças estão associadas a estratégias eleitorais e de governo, buscando uma aproximação com os grupos políticos mais em destaque dentro dos contextos específicos, por se tratarem, muitas vezes, de candidaturas personalistas em partidos que reforçam esta lógica, esta prática é reforçada e possibilita a taxa elevada de migrações.

Por fim, outra constatação importante são as diferentes lógicas do tempo de filiação partidária, onde um tempo curto, reforçaria o personalismo e a baixa relação com o partido, observando uma instrumentalização do partido para atingir o cargo eleitoral, sem

<sup>73</sup> Como mudança partidária não foram contados os casos em que o partido muda de nome, ou se funde com outro para a criação de um terceiro.

necessariamente haver uma carreira partidária ou formação política como quadro do partido. Por outro lado, um pouco mais da metade dos casos detêm um tempo de filiação partidária que vai além do limite mínimo, apontando assim para um outro tipo de relação com a sigla partidária, inclusive em um número considerável de casos, o tempo entre a filiação e o primeiro sucesso eleitoral, chega a ser de 5 anos ou mais.

Tabela 37 – Diferença entre a primeira filiação e a primeira eleição

Tempo de Filiação	Casos
Menos de 1 ano	42
1 ano	46
De 2 a 4 anos	44
De 5 a 9 anos	40
10 anos ou mais	38
Total	210

Sendo assim, a maioria dos casos, com mais tempo de filiação, acaba se concentrando na faixa de 2 a 4 anos, representando 20%, seguida da faixa de 5 a 9 anos, com 19%, e, por fim, os casos que dispõem de mais de 10 anos de filiação partidária, sendo a menor faixa, em número de casos, representando aproximadamente 18%, chegando aos 58% de casos que não cumprem o tempo de filiação mínima.

Por outro lado, aproximadamente 42% dos casos cumpre apenas o tempo mínimo de filiação partidária, dentro de seus contextos específicos<sup>74</sup>, antes de seu primeiro sucesso eleitoral, ou seja, boa parte dos casos ocupa os cargos políticos eletivos, sem ter desempenhado uma carreira partidária prévia. Sendo que quase metade dos casos que cumpre o tempo mínimo de filiação partidária são advindos do itinerário privado (42 casos – 47%), ou seja, além de ter pouco contato prévio com o espaço partidário, também não possui ocupações de cargos públicos, utilizando o partido como um meio necessário para a eleição ao cargo político.

Entretanto, dos demais 122 casos que detêm um tempo considerável de filiação partidária, podendo variar entre o mínimo de dois anos, chegando a até mais de 20 anos, a maioria dos casos também advém do itinerário privado (56 casos – 45%), neste sentido, é possível identificar uma outra lógica, existindo este contato prévio com o espaço partidário, antes do primeiro sucesso eleitoral, inclusive em 19 casos chegando a mais de 10 anos de filiação partidária antes da ocupação do primeiro cargo eletivo. Com isso a dimensão partidária entra como um recurso importante nesta passagem do itinerário privado, para o espaço político.

<sup>74</sup> As leis que determinam o mínimo de filiação partidária de no mínimo um ano para se lançar candidato em eleições são de 1995 e 1997.

Outro ponto importante, são os casos advindos do itinerário público, que em sua maioria, tendem a ter um tempo maior de filiação partidária apontando para outras lógicas que envolvem as siglas partidárias, não sendo restritas aos cargos eletivos, mas também influenciando os cargos comissionados e nomeações. Neste sentido foi possível observar uma dinâmica conjunta entre as nomeações e filiações, onde alguns casos se filiavam a um partido, antes de ocupar uma secretária, por exemplo; ou ocorria o contrário, ocorria a nomeação para algum cargo público e em seguida a filiação partidária. A questão é que em ambas estas frentes o tempo entre a nomeação e filiação são relativamente curtos, ou seja, a filiação partidária pode servir como um recurso para as nomeações, bem como as nomeações podem ser utilizadas como cooptação partidária.

### 5.3 Casos de uma única eleição

Ao procurar construir as carreiras políticas, de acordo com o tempo em que se ocupou cargos eletivos, foram encontrados 12 casos com apenas um cargo eletivo ocupado, ou seja, a entrada nas fileiras dos cargos políticos é o seu início e também seu fim. Dessa forma, esse tópico trata especificamente destes casos, que são uma exceção aos demais, visto que representam 5,1% do universo, contudo merecem uma distinção, inclusive dos casos que teriam uma carreira política breve (2 mandatos), para considerar possíveis particularidades deste grupo.

As principais características destes casos podem ser vistas no quadro a seguir:

Quadro 18 – Casos sem Carreira Política

<b>Casos</b>	<b>Cargo Eletivo</b>	<b>Trajatória Social</b>	<b>Perfil Profissional</b>
12 casos que representam 5,1% do Universo de Pesquisa	Todos foram eleitos para o cargo de Deputado Federal, sendo 7 deles nas eleições de 1998	9 casos são do itinerário privado, ocupando, principalmente, cargos médios de direção	7 casos se definem a partir do Perfil "Empreendedores", 4 no "Perfil Empreendedores Superiores" e apenas 1 em "Profissionais Superiores"

Desses 12 casos apenas 3 se candidataram novamente, mas sem sucesso, os outros 9 casos não há qualquer registro de candidatura a nenhum cargo eletivo durante o recorte temporal deste trabalho. Neste sentido o que ocorre é um abandono dos cargos eletivos por parte destes casos, contudo as condições econômicas e políticas compartilhadas por eles, de alguma forma não acarretam perdas nesta desistência, seja por deterem relações com empresas, garantindo

assim o retorno para a ocupação dentro das atividades econômicas; ou por atuações em outros cargos que não os eletivos, como a nomeação para cargos públicos comissionados em diversos âmbitos, como é o caso de secretário e Presidente do Banco Central; e a garantia da carreira política por outros membros familiares, principalmente com um grau de parentesco próximo, como o de pai ou irmão.

Em alguns casos, chegam a ter mais de uma dessas garantias, ou mesmo sua atividade empresarial relacionada ao poder público, como no caso dos empresários de transporte, que é possível identificar no quadro a seguir:

Quadro 19 – Condições Econômicas e Políticas dos Casos sem Carreira Política

<b>Nome</b>	<b>Condição Econômica e Política</b>
Augusto Franco	Família Política do Sergipe, com concessões de Rádio e Televisão e Usinas de Açúcar
Chiquinho Feitosa	Empresário do Transporte Público em Fortaleza
Clementino Coelho	Família Política de Pernambuco
Emerson Kapaz	Indústria Familiar de Brinquedos e Plástico
Henrique Meirelles	Presidente do Banco Central por 8 anos, advindo de Família Política
Igor Avelino	Proprietário de Empresas, sendo que seu Pai ocupou cargo político
Julio Lopes	Nomeação para a Secretaria Estadual de Transportes do Rio de Janeiro
Luciano Bivar	Presidente Nacional do Partido Social Liberal (PSL)
Moreira Ferreira	Após ser eleito ocupou a Presidência da CNI, voltando para a atividade privada ao fim de ambos os mandatos
Oscar Andrade	Empresário do Transporte Público em Rondônia, sendo que seu irmão possui carreira política
Reinaldo Betão	Proprietário de Lojas Comerciais
Ronaldo Dimas	Empresário da Construção Civil

A partir destas informações é possível definir que a não continuidade na carreira política destes casos, não está associada a perda de posições sociais, mas sim a outras lógicas de manutenção e reprodução dessas posições, associadas a estratégias familiares, econômicas, ou mesmo a de ocupar cargos públicos sem serem eletivos, mantendo assim a relação com o espaço político, mas não dentro do mercado eleitoral.

#### **5.4 Breves Carreiras Políticas**

Diferentemente dos casos com apenas um mandato eletivo em sua vida política, foram considerados como carreiras políticas breves aqueles que tiveram sucesso em pelo menos duas eleições, não necessariamente consecutivas. Assim, a carreira política eletiva acaba sendo de no máximo 8 anos, tempo considerável para a ocupação de um cargo, mas não sendo suficiente para apontar uma profissionalização política, por isso esta seção considera estes casos como as breves carreiras políticas.

Ao todo, estes casos representam 7,2% do Universo da Pesquisa, assim como a seção anterior, podem ser considerados exceções, onde o padrão é a manutenção das posições políticas eletivas. Agregando estes casos que ocupam no máximo dois mandatos eletivos, representam em torno de 12% dos 235 casos aqui analisados durante o período analisado<sup>75</sup>, neste sentido os outros 88% dos casos detêm uma carreira política, por obterem sucesso em no mínimo 3 eleições, restando determinar o grau de profissionalização destes casos.

Analisando especificamente os 17 casos das carreiras breves, o quadro abaixo sintetiza as principais características deste grupo:

Quadro 20 – Os casos com Carreira Política Breve

<b>Casos</b>	<b>Cargo Eletivo</b>	<b>Trajatória Social</b>	<b>Perfil Profissional</b>
17 casos que representam 7,2% do Universo de Pesquisa	15 casos começaram sua carreira como Deputado Federal e 2 como Prefeito	15 casos são do itinerário privado, ocupando, principalmente, altos cargos	8 casos se definem a partir do Perfil "Empreendedores", 6 no Perfil "Profissionais Superiores", e 3 no Perfil "Empreendedores Superiores"

Em 8 casos, destes 17, não há qualquer registro de outras candidaturas após os dois mandatados, durante o período analisado, configurando assim um abandono da carreira política eletiva, contudo há outras estratégias em jogo, que são compartilhadas por estes casos.

A primeira é a ligação política de familiares, podendo deixar herdeiros, como Francistônio Pinto, tendo iniciado sua carreira política como Prefeito, chega a ser eleito para Deputado Federal, não concorrendo mais a cargos eletivos, sendo sócio de uma concessão de Rádio e Televisão, quem segue a vida política são seus filhos, também iniciando como Prefeito. Outro exemplo é de Suely Campos, sendo esposa de Neudo Campos, governador de Roraima por dois mandatos consecutivos, terminando em 2002. Nestas eleições Suely se lança como candidata para Deputada Federal, sendo eleita por dois mandatos não concorrendo a um terceiro

<sup>75</sup> Existem 6 casos que durante o período de 1990 – 2010 ocuparam dois mandatos eletivos, entretanto mantiveram sua carreira política eletiva no final do recorte temporal desta pesquisa, por isso não serão considerados como pertencentes a carreira política breve, visto que não interromperam sua vida política.

nas eleições em 2006, nas quais seu marido é quem se candidata, sendo eleito para o cargo de Deputado Federal.

Por outro lado, existem também 8 casos que se lançam novamente a cargos eletivos, mas sem obter o sucesso, sendo que em sua maioria não possuem outros parentes ligado ao espaço político, o que ocorre somente em caso, que é de Homero de Barreto, onde tanto a sua esposa, quanto o seu filho ocuparam cargos políticos eletivos, com este último seguindo a carreira política.

Outro fato é que boa parte destes casos, que tentam ser eleitos novamente, é derrotado nas urnas mais de uma vez, ou seja, não ocorre uma desistência dos cargos eletivos. Neste sentido é possível apontar para diferentes estratégias realizadas, onde os casos que deixam herdeiro políticos não se candidatam mais, enquanto os que não possuem familiares em cargos eletivos, continuam tentando a sua eleição, mas sem sucesso.

Para além das estratégias eleitorais, existe um traço comum a estes casos que independe do abandono ou insucesso na carreira política, que é a sua ligação com a atividade empresarial, identificada, principalmente pelo pertencimento da maioria dos casos, ao itinerário privado, desempenhando altos cargos.

Um destes exemplos é o caso de Dulilio Pisaneschi, tendo ocupado dois mandatos como Deputado Federal, não se candidata a um terceiro mandato e volta a se dedicar a Empresa de Transportes da qual é proprietário. Caso semelhante ao de Wanderval Santos, cuja a carreira política segue o mesmo padrão, sendo que ao seu término também retorna para as atividades privadas ligadas a concessões de 2 rádios e 1 televisão. Neste sentido a manutenção da posição social é garantida pelos empreendimentos e recursos econômicos disponíveis, onde a saída da carreira política, ou mesmo, do espaço político não acarreta em perdas de posições.

Já os exemplos que tentam sua reeleição sem sucesso, tem-se o caso de Wigberto Tartuce, ligado ao ramo da construção civil, bem como o de Murilo Domingos, sócio de uma empresa junto com seu irmão e, por fim o caso de Paulo Gouvea, proprietário de uma empresa que presta consultoria, todos estes casos, após os dois sucessos eleitorais se lançam novamente a cargos eletivos, mas sem garantir a sua eleição. Nestas condições é importante ressaltar que a disponibilidade de recursos e empreendimentos econômicos próprios, pode garantir uma estabilidade financeira para que se efetue as candidaturas e tentativas aos cargos eletivos, contudo estes bens não garantem de forma automática qualquer o sucesso de sua entrada no espaço político.

## **5.5 Carreiras Políticas Consolidadas**

Como já foi apontado anteriormente, 87% dos casos aqui analisados possuem uma carreira política consolidada, sendo identificada por mais de dois mandatos eletivos, com isso a ocupação de cargos políticos eletivos se dá por mais de 10 anos em sua vida. Ao todo são 206 casos, dos 235, que se enquadram nesta categoria, onde podem ser identificadas determinadas particularidades, em relação aos recursos disponíveis, itinerários percorridos durante suas trajetórias, as fileiras de entrada na política, bem como a própria carreira política trilhada.

Dessa forma estes casos são divididos em duas outras categorias possíveis de carreiras políticas, de acordo com a quantidade de sucessos eleitorais e as ocupações de cargos eletivos. Ou seja, diferente dos casos anteriores, não está se questionando a existência da carreira política, visto que ela não é considerada breve. Nesta seção, visto a quantidade de mandatos vencidos e o tempo em que se ocupou cargos eletivos, a carreira política é um traço comum destes casos, sendo então diferenciados então pelo grau de profissionalização política.

Sendo assim, são apresentados separadamente, primeiramente os casos com carreira política com no mínimo 3 até 5 mandatos eletivos, totalizando entre 12 anos e 20 anos de mandatos políticos, que se concentram, principalmente nos cargos de Deputados Federais, tendo uma carreira política consolidada e já apresentando um grau de profissionalização política. Contudo, posteriormente estão os casos com mais de 6 mandatos eletivos ocupados, sendo assim sua carreira política compreende mais de 20 anos, com isso estes casos são apontados como detentores de um alto grau de profissionalização, a partir desta longa ocupação de cargos eletivos.

#### *5.5.1 As carreiras políticas médias e seu início como Deputados Federais*

Utilizando então o critério descrito anteriormente, foram agrupados 129 casos que tiveram sucesso eleitoral para mais de 3 cargos políticos e de no máximo 5, até o ano limite do recorte temporal proposto por esta pesquisa, não constando as eleições de 2010 em diante. Esta é a categoria que contém o maior número de casos, representando aproximadamente 55% do universo, apontando para um padrão destes casos, onde a maioria detém carreiras políticas consolidadas, dedicando entre 12 e 20 anos para os cargos políticos, e com um certo grau de profissionalização, mas não tão elevado, comparando-se aos demais casos com longas carreiras que serão apresentados em seguida.

Em sua maioria, estes casos têm sua fileira de entrada na política relacionada, a cargos eletivos no legislativo nacional, tendo como principal trajetória social o itinerário privado. São mais da metade dos casos que seu primeiro cargo eletivo já é o de Deputado Federal, iniciando assim sua carreira na Câmara Federal, sem passar previamente por outros cargos em âmbito local ou estadual, lógica que se repete para a parte posterior da carreira política, visto que são poucos os casos que se candidatam para cargos nestes âmbitos, procurando a reeleição para o cargo de Deputado Federal.

Neste sentido a carreira política da maior parte destes casos é focada em um poder específico dentro de um espaço político único não sendo diversificada, restringindo a profissionalização ao cargo de Deputado Federal dentro da Câmara.

Antes de abordar este grupo em específico, as características principais dos 129 casos são apresentadas pelo quadro a seguir:

Quadro 21 - Os casos com Carreira Política e Profissionalização Média

<b>Casos</b>	<b>Cargo Eletivo</b>	<b>Trajatória Social</b>	<b>Perfil Profissional</b>
129 casos que representam 54,8% do Universo de Pesquisa	75 (58,1%) casos iniciaram sua carreira no poder Legislativo Nacional, sendo 3 Senadores e 72 Deputados Federais	63 casos (48,8%) são do itinerário privado, ocupando, principalmente, altos cargos	33 casos se definem a partir do Perfil "Empreendedores", 52 no Perfil "Profissionais Superiores", e 38 no Perfil "Empreendedores Superiores"

Para além dessas características principais, existe um número considerável de casos com características específicas na carreira política e que serão abordados no decorrer deste tópico, como por exemplo as demais fileiras de entrada política, que não compreende os casos que já entram no Legislativo Nacional e permanecem nele.

É importante apontar o padrão dentro deste tipo de carreira, mas existem especificidades que merecem a sua atenção, como por exemplo em relação a sua trajetória social, onde a maioria dos casos pertence ao itinerário privado, mas ainda constam 38 casos que tem como principal itinerário o público, sendo outros 18 casos do itinerário político, e 18 também que foram agregados nos “outros” itinerários possíveis, dentro de suas trajetórias. Ou seja, apesar do padrão da maioria ocupar posições no itinerário privado, a categoria apresentada aqui, em relação a carreira política entre 3 a 5 mandatos eletivos, concentra 65% de todos os casos do itinerário público, 60% dos casos dos “outros” itinerários possíveis e aproximadamente 55% dos casos no itinerário político. Com isso, independente do itinerário, a maior parte dos casos do universo da pesquisa acaba tendo uma carreira política média dentro do espaço político.



Retornando ao padrão apresentado no Quadro 21, dos 72 casos que entram na política como Deputado Federal, 64 não ocupam nenhum outro cargo eletivo ao longo da carreira, tendo em média entre 3 a 4 mandatos. Outro ponto é que 63 destes casos foram eleitos no período pós-1990, corroborando com o que já foi demonstrado anteriormente, onde este período temporal é marcado pela entrada política em cargos legislativos nacionais.

Um exemplo é Abelardo Lupion, tendo trilhado sua trajetória no itinerário privado, também detendo relações com entidades associativas-sindicais, candidata-se a Deputado Federal em 1990, ficando como suplente. Em 1992 assume então a função e posteriormente obtém sucesso eleitoral em todas as demais eleições em que se candidatou para este cargo, totalizando, até 2010, 4 mandatos consecutivos. Os casos com 5 mandatos consecutivos seguem o mesmo padrão colocado, basicamente entrando na política em 1990 e se mantendo até o fim do recorte temporal deste trabalho como Deputados Federais. Como é o caso de Olavo Calheiros, advindo do itinerário público, ocupa uma secretaria antes de se lançar candidato a Deputado Federal nas eleições de 1990, assumindo por 5 mandatos consecutivos o cargo.

São apenas 8 casos que tem como fileira de entrada o cargo de Deputado Federal, mas ao longo de sua carreira política se candidatam, para outros cargos eletivos, de acordo com determinadas especificidades. Por exemplo o caso de Elcione Barbalho, sendo esposa de Jader Barbalho. Elcione é eleita em 1994 para o cargo de Deputada Federal, sendo reeleita em 1998, na eleição de 2002 se lança para o Senado, mas sem obter sucesso. Sem ocupar nenhum cargo eletivo, se candidata a vereadora nas eleições de 2004, sendo eleita, contudo não cumpre todo o mandato e nas eleições de 2006, é candidata a Deputada Federal, retornando a Câmara dos Deputados.

Outro exemplo semelhante é o de Zezé Perella, obtendo sucesso nas eleições de 1998, assume o mandato de Deputado Federal, ao mesmo tempo em que era presidente do Cruzeiro Esporte Clube. Em 2002 também se lança ao Senado, mas sem sucesso. Não tendo nenhum cargo eletivo nestes dois anos, é eleito então deputado estadual em 2006, sendo que ao final deste mandato assume uma cadeira no Senado com o falecimento de Itamar Franco. De acordo com estas informações colocadas, para este caso são apenas 2 sucessos eleitos dentro do recorte temporal analisado, contudo ocupa 3 cargos políticos, sendo enquadrado assim nesta categoria de carreiras políticas consolidadas, pois seria um erro analítico enquadrar um caso como este em categorias políticas breves.

Já Paulo Octávio é um exemplo de carreira ascendente, sem derrotas eleitorais, mas com um breve interstício na carreira política, pois é eleito para o cargo de Deputado Federal em 1990, só se candidatando novamente em 1998, com sucesso. Nas eleições de 2002 se lança ao Senado,

contudo não cumpre o mandato inteiro, pois nas eleições de 2006 faz parte da chapa ao governo do Distrito Federal, como Vice-Governador de José Roberto Arruda, sendo eleitos.

Os demais 5 casos, tendo como fileira de entrada na política o cargo de Deputado Federal, mas diversificam a sua carreira política ocupando o cargo de Prefeito, saindo de uma lógica do Legislativo Federal, para o Executivo Local. Por exemplo o caso de Confucio Moura, eleito três vezes seguidas para o cargo de Deputado federal (1994, 1998 e 2002), não termina seu último mandato, concorrendo para a prefeitura de Ariquimes, terceira maior cidade de Rondônia, não só obtendo sucesso, como também sendo reeleito para o cargo em 2008. Paulo Marinho é outro exemplo, sendo que este caso é eleito em 1990 para o cargo de Deputado Federal, sem cumprir todo o mandato se candidata já em 1992 para a Prefeitura de Caxias, quinta maior cidade do Maranhão. Após terminar o mandato como prefeito, nas eleições seguintes (1998) retorna a Câmara dos Deputados. Um último exemplo deste grupo é o de Sebastião Madeira, tendo sido eleito pela primeira vez como Deputado Federal em 1994, ocupa 4 mandatos seguidos, sendo que no final de seu quarto mandato se candidata para a Prefeitura de Imperatriz, no Maranhão, deixando assim a Câmara em 2009 para exercer o cargo de Prefeito.

Estas candidaturas para cargos fora do âmbito nacional, que representa a fileira de entrada na política, apontam para diferentes estratégias, de acordo com o sucesso e insucesso eleitoral. De acordo com os exemplos anteriores, existem determinados casos que retornam a política local e estadual após se lançarem para outros cargos, mas sem obter a votação necessária. Sendo assim estes cargos nos âmbitos mais baixos que o de entrada, pode ser visto como candidaturas secundárias, apenas para garantir um mandato, uma vez perdidas as eleições para o cargo principal almejado.

Já outros casos possuem um tempo considerável na Câmara dos Deputados, sendo reeleitos para o cargo de Deputado Federal e tendo uma carreira política sem insucessos eleitorais, neste sentido a ida para a política local é a estratégia principal, não havendo informações suficientes para elencar as motivações destas candidaturas.

Da mesma forma que a maioria dos casos já inicia sua carreira política como Deputado Federal, ainda existem<sup>57</sup> casos que não tem suas fileiras de acesso neste cargo, trilhando assim outro padrão de carreira política, com questões específicas que merecem ser abordadas. Como por exemplo os 3 casos que iniciam sua carreira como Senador, onde nenhum deles é o candidato titular para o cargo, sendo cadastrados como suplentes e por isso assumindo posteriormente o cargo. Como é o caso de João Lyra, sogro de Pedro Collor, ficando na suplência em 1982 e sendo efetivado somente em 1988 como Senador pelo Estado de Alagoas.

Contudo, nas eleições de 1990 se candidata novamente para o cargo, mas não por este estado, concorrendo pelo recém-criado estado de Roraima, sem vencer. Nas eleições de 2002 é eleito Deputado Federal, em 2006 é derrotado para o governo do Estado, retornando a Câmara dos Deputados em 2010. Outro exemplo é de Luiz Piauhyllino, também assume a suplência do Senado somente em 1988, contudo nas eleições seguintes se candidata para a Câmara dos Deputados, obtendo sucesso e acumulando 4 mandatos como Deputado Federal. Por fim, o caso de Wellington Roberto, que assume o cargo de Senador em 1994, após a morte do titular, permanecendo no cargo até 1998, candidatando-se em seguida para a Câmara em 2002, sendo eleito e reeleito em 2006 como Deputado Federal.

Os 23 casos que tem o cargo de Deputado Estadual como fileira de acesso a política, mais da metade exerce apenas um mandato neste cargo, ou seja, este mandato é a sua porta de entrada para política, pois logo em seguida se lançam para outros postos eletivos. Como é o caso de Jorge Tadeu Mudallen, tendo sido eleito em 1986 para o cargo de Deputado Estadual, no final do mandato se lança para Federal, permanecendo na Câmara por 3 mandatos consecutivos. Ao final do último mandato, em 2002, deixa a casa e em 2004 é eleito vereador, mas sem cumprir o mandato, retornando ao cargo de Deputado Federal ao se eleger em 2006. Já todos os demais casos detêm uma carreira linear, indo de Deputado Estadual para Federal, e não exercendo nenhum outro cargo eletivo ao longo da carreira política. Por exemplo Edson Bez, conhecido como Edinho, é eleito Deputado Estadual em 1990, ao final do mandato se lança para Federal onde cumpre 4 mandatos consecutivos. Outro exemplo da manutenção da carreira entre estes dois cargos, pode ser o caso de Romeu Queiroz, sendo eleito como Deputado Estadual em 1986, ocupa 3 mandatos consecutivos, para posteriormente se lançar a Câmara dos Deputados, onde fica por dois mandatos.

Por fim estão os 28 casos que tem suas fileiras de acesso político no âmbito local, onde 14 casos iniciam como Prefeitos, e os outros 14 casos como Vereadores. Na maioria destes, após esta entrada em âmbito local, não ocorre a passagem pelo âmbito estadual, já trilhando o seu próximo cargo eletivo no Legislativo Nacional, com o cargo de Deputado Federal. Mesmo em relação a quantidade de mandatos no âmbito local, o padrão é desempenhá-lo uma única vez, concentrando assim a carreira política no Congresso Nacional. Neste sentido, da mesma forma que foi identificado para os casos de entrada na política através do legislativo estadual, o objetivo é o Congresso Nacional, visto que são poucos os mandatos, em ambos os casos, nestes cargos eletivos das fileiras de entrada na política, com a diferença que neste segundo momento, ocorre a passagem, na maioria dos casos, do âmbito local diretamente para o nacional.

Para exemplificar, existe o caso de Carlos Pannunzio, que inicia sua carreira política como prefeito de Sorocaba, em 1988, cargo que seu Pai já havia exercido por dois mandatos consecutivos, sendo que em 1994 se candidata a Deputado Federal, cumprindo 4 mandatos consecutivos. Outro caso é o de Nelson Meurer, eleito também em 1988 para a Prefeitura de Francisco Beltrão, interior do Paraná, e em 1994 é eleito Deputado Federal, também sendo eleito 4 vezes para a Câmara Federal. No caso dos vereadores, este padrão também se repete, como o de Pedro Fernandes, eleito Vereador em 1992, na capital São Luís do Maranhão, nas eleições após o termino deste mandato se candidata para Deputado Federal, obtendo 4 mandatos consecutivos. Outro exemplo é o caso de Expedito Júnior, inclusive indo além da Câmara Federal, pois iniciou sua carreira política cedo, com apenas 21 anos em 1994, sendo Vereador em Rolim de Moura, interior de Rondônia. Não cumprindo todo o mandato, em 1986 é eleito para o cargo de Deputado Federal, que ocuparia até 2002, sendo que nestas eleições se candidata para o cargo de Senador, não sendo eleito, contudo em 2006 repete a candidatura e desta vez obtém sucesso ocupando o cargo no Senado Federal.

Mesmo os casos que são eleitos como vices nas eleições majoritárias do executivo local e estadual, sendo um ao governo e outros dois a prefeitura, o cargo posterior a este é já é na Câmara dos Deputados, âmbito onde trilham a sua carreira política, sendo que estes casos detém uma média de 3 mandatos eletivos, como Deputado Federal.

### *5.5.2 As longas carreiras políticas e a entrada política em cargos locais*

Esta seção agrupa os casos que detém mais de 5 mandatos eletivos durante a sua carreira política, contados até 2010. Ou seja, são casos que tem no mínimo mais de 20 anos exercendo cargos políticos eletivos, obtendo sucessivos sucessos eleitorais. Ao todo são 77 casos que correspondem a estes critérios colocados, representando aproximadamente 32% de todos os casos aqui analisado.

Como já foi colocado anteriormente, a maioria dos casos detém uma carreira política entre 3 a 5 mandatos, contudo estes casos com longas carreias é o segundo maior agrupamento construído em relação ao tempo de mandatos. Neste sentido o padrão geral dos 235 casos elencados como Universo da Pesquisa, é exercer uma carreira política consolidada, até existindo casos com até dois mandatos eletivos, mas sendo exceção.

Sobre estes 77 casos, que estão no extremo oposto das carreiras breves, chegam a ter em média entre 7 a 8 mandatos, ainda é possível identificar casos raros mais extremos, com mais

de 10 mandatos ao longo de sua carreira política que puxam esta média para cima. Sendo assim, devido a este longo tempo dedicado à política, é possível apontar para uma profissionalização, onde a política se transforma em sua principal atividade ao longo da vida, diferentemente dos casos anteriores, que apresentam uma carreira consolidada, mas muito menor ao serem comparados com estes casos. Contudo esta profissionalização se dá de um modo particular, pois ao mesmo tempo são casos com mais de 20 anos dedicados a política, mas que não tem suas atividades fechadas no espaço político, ou seja, a política pode ser apontada como sua principal atividade, mas não é necessariamente a única.

Na busca por dados comparativos, não foram encontradas informações referentes ao número total de mandatos ocupados por um político, principalmente se tratando de cargos eletivos diferentes, contudo se tomarmos como base uma lista dos Deputados Federais Brasileiros, com o maior número de mandatos, elaborada a partir de 1945<sup>76</sup>, separados por Estados a média dos casos é exatamente a mesma média destes 77 aqui agrupados, ou seja, entre 7 a 8 mandatos exercidos. Apenas ressaltando que as carreiras aqui não são exclusivas da Câmara Federal, como será colocado em seguida.

Diferentemente do padrão de entrada nas carreiras médias, são poucos os casos com longo tempo de carreira que iniciam suas fileiras de acesso a política nos cargos legislativos nacionais, estando concentrados principalmente nos âmbitos locais e estaduais. Os casos que tem como primeiro cargo eletivo o de Deputado Federal, representam menos de 15%, em contraposição, os que iniciam no legislativo local, como Vereadores é de aproximadamente 37% e, ao agregar com os casos que iniciam no executivo local, como prefeito, a soma representa um pouco mais de 50%.

Neste sentido, estas longas carreiras políticas tendem a ser diversificadas, iniciando principalmente em âmbito local e galgando as demais esferas ao longo do tempo, participando assim do mercado eleitoral, para diferentes cargos eletivos, com alto grau de sucesso. As principais características destes 77 casos estão sistematizadas de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 22 – Casos com Longas Carreiras Políticas

<b>Casos</b>	<b>Cargo Eletivo</b>	<b>Trajatória Social</b>	<b>Perfil Profissional</b>
77 casos que representam 32,7% do Universo de Pesquisa	45 casos (58,4%) iniciaram sua carreira no âmbito local, sendo 29 como Vereador, 11 como Prefeito e 5 como Vice	Concentra quase 70% dos casos do Itinerário Político, mas a maior parte dos casos é do itinerário privado	17 casos se definem a partir do Perfil "Empreendedores", 33 no Perfil "Profissionais Superiores", e 25 no Perfil "Empreendedores Superiores"

<sup>76</sup> <http://www.tse.jus.br/>

Como foi colocado anteriormente e de acordo com o quadro, as fileiras destes casos para o acesso a política estão concentradas, principalmente, no âmbito local, mas também há 21 casos que iniciam como Deputados Estaduais, e outro caso como Vice, sendo para Governador. Ao considerar os cargos eletivos nacionais, a menor parte tem esse âmbito como entrada, visto que são apenas 10 casos que tem como fileira de acesso o cargo de Deputado Federal, invertendo o padrão da seção anterior, que abordava os casos com as carreiras médias.

Em relação as trajetórias sociais possíveis, 26 casos advêm do itinerário privado, representando aproximadamente 33%, ou seja, ainda concentra maior parte, mas existem outros itinerários significativos. Como por exemplo o itinerário político, que concentra os casos cuja as informações sobre a trajetória social só apresentam posições políticas, sem outras ocupações prévias. Ao todo são 23 casos neste itinerário, número muito próximo ao privado, e para além destes 12 casos de outros itinerários existe a informação sobre uma primeira atividade ocupada, onde a segunda ocupação na trajetória é o cargo político eletivo. Com isso é possível identificar, novamente um grau de profissionalização destes casos, tendo uma trajetória social curta e uma carreira política longa, o que não impede a diversificação de recursos sociais, para além da política.

Sobre as fileiras de acesso a política, sua análise é fundamental para entender o tipo de carreira que se trilha, justamente por partir dos cargos eletivos de entrada. Sendo assim, dos 29 casos que tem como primeiro cargo eletivo o de Vereador, é comum, posteriormente, a ocupação de cargos eletivos em no âmbito estadual e em seguida no nacional, como se cumprissem determinadas etapas da carreira política. Isso também ocorre no próprio âmbito local, sendo uma etapa a migração do legislativo para o executivo, visto que dos 29 que começam como vereadores, 12 deles também ocupam o cargo de Prefeito. Já nos demais âmbitos, 17 são eleitos também para o cargo de Deputado Estadual e alguns vão além do cargo de Deputado Federal, chegando ao Senado.

Um exemplo é o caso de André Benassi, iniciando sua carreira como vereador em Jundiaí, durante o período militar, exercendo o cargo por dois mandatos seguidos. Contudo interrompe o segundo mandato para se candidatar a Deputado Estadual, por um mandato. Em seguida é eleito para a Prefeitura de Jundiaí, cumprindo seu mandato e se lançando para o cargo de Deputado Federal. Contudo em 1992 é eleito novamente Prefeito, cumprindo mais um mandato e retornando a Câmara Federal em 1999 para um último mandato de Deputado Federal.

Outro caso é o de Edison Andrino, sendo vereador em Florianópolis por dois mandatos consecutivos, iniciando em 1972 até 1982. Em 1983 ocupa o cargo de Deputado Estadual e posteriormente é eleito como Prefeito de Florianópolis até 1988. Assume como suplente o

mandato de Deputado Federal em 1993, sendo eleito posteriormente para mais 3 mandatos na Câmara. Ricardo Izar também inicia sua carreira política como vereador, em 1964, exercendo um mandato. Em seguida é eleito, em 1970, para o cargo de Deputado Estadual, obtendo 4 mandatos consecutivos, até que em 1987 assume como Deputado Federal, permanecendo na Câmara Federal até 2008, quando faleceu.

Já o caso de Jader Barbalho é um exemplo de quem transita por ainda mais cargos, iniciando sua carreira como vereador em Belém, no ano de 1966, sendo eleito para Deputado Estadual em 1970. Em 1974 assume seu primeiro mandato como Deputado Federal, sendo reeleito em 1978. Em seguida se candidata com sucesso ao governo do Estado do Pará, cumprindo integralmente o mandato. Após é nomeado como Ministro, pelo então presidente José Sarney. É eleito novamente para o governo do Estado do Pará, em 1990, cumprindo o mandato se lança ao Senado em 1995, ficando até 2001, ano em que teve seu nome envolvido em escândalos de corrupção, deixando o cargo. Nas eleições de 2002 se candidata novamente como Deputado Federal, ocupando dois mandatos consecutivos na Câmara.

Por fim o caso de João Ribeiro, que é eleito em 1982 como Vereador, em 1987 assume o cargo de Deputado Estadual, por Goiás, participando do movimento de criação do Estado do Tocantins. Não termina este mandato, e assume o cargo de Prefeito, na mesma cidade que tinha sido Vereador, mas agora sendo pertencente ao Tocantins. Em 1994 é eleito Deputado Federal, tendo dois mandatos consecutivos antes de se lançar ao Senado, sendo eleito em 2002.

Dos 11 casos que tem como fileira de acesso a política o cargo de Prefeito, nenhum deles ocupa o cargo de Vereador, nem chega ao Senado durante sua carreira política. Sendo assim, os cargos passam pelo executivo local, legislativo estadual e nacional, no cargo eletivo de Deputado Federal. Uma exceção a este padrão é Nilo Coelho, iniciando sua carreira política como Prefeito, em 1983, em seguida compeço a chapa para o Governo da Bahia como Vice. Assume o governo em 1987, com a renúncia do então governador, até 1991, sendo eleito como Deputado Estadual até 1993. Retorna como Prefeito da mesma cidade que iniciou sua carreira política até 1996, nas eleições seguintes assume seu primeiro e único mandato na Câmara dos Deputados.

Já Milton Monti é um exemplo do padrão de carreira destes casos, seu primeiro cargo eletivo é o de Prefeito, em 1983 cumprindo seu mandato até 1988. Em 1991 é eleito para o primeiro, de dois mandatos, como Deputado Estadual. Sendo que nas eleições de 1998 é eleito para o mandato como Deputado Federal, exercendo 3 mandatos consecutivos, até 2010. Outro exemplo é o de Paes Landim, eleito para o cargo de Prefeito em 1983. Em seguida é eleito para

dois mandatos consecutivos como Deputado Estadual, então em 1995 chega a Câmara dos Deputados, permanecendo por 3 mandatos consecutivos.

No âmbito estadual são 21 casos que tem suas fileiras de acesso como Deputados Estaduais, sendo que 18 destes após este início concentra sua carreira na Câmara Federal, com apenas 3 casos diversificando sua carreira política em outros cargos eletivos. Por exemplo José Lourenço, ocupa o cargo de Deputado Estadual por 3 mandatos consecutivos, iniciando em 1971, em seguida exerce seu primeiro mandato como Deputado Federal em um total de 7. Outro caso, é de Osvaldo Coelho, ocupando seu primeiro cargo eletivo como Deputado Estadual, ainda em 1955, por 4 mandatos consecutivos, já em 1967 assume seu primeiro cargo como Deputado Federal, retornando em 1979 e permanecendo na Câmara dos Deputados até 2007.

Por fim os 10 casos que iniciam sua carreira já na Câmara dos Deputados, praticamente não ocupam cargos eletivos em outros âmbitos, como é o exemplo de Arolde de Oliveira, iniciando sua carreira como Deputado Federal em 1983, somando 7 mandatos para a Câmara Federal. Da mesma forma é o caso de Ricardo Fiuza, eleito para Deputado Federal em 1971, permanecendo no cargo até 1995 e retornando em 1999, para mais 2 mandatos consecutivos na casa. São apenas dois casos que diversificam seus cargos eletivos para além da Câmara dos Deputados, um deles é João Castelo, eleito Deputado Federal pelo Maranhão em 1970, sendo reeleito em 1974. Já Em 1979 é eleito Governador do Maranhão, para posteriormente ocupar uma cadeira no Senado, de 1983 até 1991. Retorna a Câmara dos Deputados em 1999 para mais um único mandato.

Ainda em relação aos 6 casos que iniciam sua carreira política como Vices, todos os casos chegam a ser o principal titular do cargo. Sendo que os demais cargos políticos ocupados durante a carreira, não passam pelo legislativo local e metade se elege para Deputado Estadual, até chegar a Câmara dos Deputados onde permanecem por cerca de 3 a 4 mandatos como Deputados Federais.

## **5.6 Diversidade de Posições dentro do Espaço Político**

Neste último capítulo do trabalho foi possível analisar as carreiras políticas percorridas pelos 235 casos elencados como o Universo para esta pesquisa. Devido ao recorte do objeto, de saída todos os casos analisados tiveram ao menos um sucesso eleitoral ocupando o cargo de Deputado Federal, da mesma forma que se tentou realizar um recorte objetivo para posições econômicas. Contudo, mesmo elencando os casos a partir destes critérios foi possível



demonstrar diferentes relações com o espaço econômico, da mesma forma que diferentes lógicas de carreiras políticas.

Em relação ao espaço político, primeiramente mesmo com o recorte temporal dos Deputados Federais de 1990 até 2010, não se evitou o retorno a outros contextos históricos ao procurar os momentos de entrada na política, chegando até mesmo a casos que tiveram seu primeiro mandato eleitoral antes da ditadura militar, mas quase 60% dos casos é eleito pela primeira vez dentro de instituições democráticas e um pouco mais da metade com a constituinte de 1988 promulgada. Estes recortes temporais vão ter relação direta com o tipo de entrada na política, bem como com a duração da carreira, sem cair em uma associação direta de quanto mais cedo a entrada na política, mais tempo de carreira, visto que a perpetuação está associada aos sucessos eleitorais.

Visto que são diferentes épocas de entrada na política, ocorre também o início da carreira com diferentes idades, na maior parte entre 30 e 39 anos, mas com números consideráveis de casos na faixa entre 40 e 49 anos, e também com menos de 30 anos. A idade é um fator importante e que é possível demonstrar, está relacionado com as fileiras de acesso a política, ou seja, aos cargos eletivos iniciais, existindo uma relação entre as candidaturas em âmbitos locais e menores idades, na medida que se sobe uma esfera se aumenta também uma faixa de idade, como já foi evidenciado.

Dito isso, a principal fileira de acesso a política é o cargo de Deputado Federal, concentrando aproximadamente 47% dos casos, apontando para uma estratégia de candidatura a cargos nacionais dentro do legislativo, presente principalmente nas eleições a partir de 1990. Em segundo lugar está o âmbito local, concentrando os casos que tiveram seu primeiro sucesso eleitoral antes de 1990, onde as estratégias se dividem entre as candidaturas para o legislativo, com o cargo de vereador, ou as nomeações ao executivo, como Prefeito. O âmbito estadual é o que apresenta o menor número de casos, sendo concentrados no poder legislativo, na função de Deputado Estadual.

Os diferentes períodos de entrada na política também refletem sobre a primeira filiação partidária, por exemplo contando 9 casos filiados a partidos antes de 1964, 58 casos durante o bipartidarismo do regime militar, mas a maior parte se filia ao seu primeiro partido já com a implementação do multipartidarismo em 1979. Independente da época, é possível determinar que a maioria desses partidos podem ser classificados dentro do espectro ideológico de centro ou de direita, o que não exclui raros casos filiados a partidos de esquerda. Tomando o recorte temporal da pesquisa, entre 1990 e 2010, neste período aproximadamente 87% dos casos são

filiados a 5 partidos, em ordem decrescente de número de casos são eles: PFL/DEM, PMDB, PSDB, PP e PTB.

Outro ponto analisado foi sobre o tempo decorrido entre a entrada no partido e a primeira eleição, neste sentido não se pode relacionar diretamente um maior tempo de filiado, com uma maior atuação ou identificação partidária, visto que não há informações para inferir isso. Contudo, foi possível demonstrar que aproximadamente 37% dos casos cumpre o tempo mínimo de filiação partidária para se candidatar aos cargos eletivos, ou seja, apenas se adequando as leis do mercado eleitoral. No outro extremo aproximadamente 33% dos casos tem mais de 5 anos de filiação partidária, onde 38 casos são filiados a partidos por 10 anos ou mais, antes de sua primeira eleição, sendo que este tempo não está associado necessariamente a um único partido.

Por fim, ao analisar a quantidade de sucessos eleitorais, que condicionam a quantidade de mandatos ocupados, foi possível estabelecer lógicas diferentes de carreiras políticas, onde a primeira nem foi considerada como uma carreira, pois agregou os casos que desempenharam um único mandato, pois como carreiras breves foram considerados os casos com 2 mandatos, ou seja, dois sucessos eleitorais. Neste sentido, estes casos podem ser considerados exceções dentro do universo da pesquisa, tanto que representam em torno de 12% dos 235 casos. Mesmo assim foi possível identificar determinados empreendimentos econômicos detidas por estes cargos, garantindo assim posições sociais mesmo sem uma posição política, ou a relação com o espaço político ser garantida por outro membro familiar, principalmente com graus de parentesco próximos

O padrão para os casos aqui analisado é deter uma carreira política consolidada, tendo no mínimo 3 mandatos, que representariam 12 anos em cargos eletivos, podendo ser em diferentes âmbitos e poderes. Sendo assim se diferenciou os casos com carreiras colocadas como médias, obedecendo o mínimo de tempo de carreira consolidada até o máximo de 5 cargos políticos, o que totalizaria em média 20 anos com atividade em cargos eletivos. Esta é a principal carreira desempenhada pelos casos aqui analisados, representando quase 55% deles, sendo que a principal fileira de entrada já ocorre em âmbito nacional, com a eleição para o cargo de Deputado Federal. Diferentemente dos casos que foram classificados como tendo longas carreiras políticas, com mais no mínimo 6 mandatos de cargos eletivos exercidos, chegando a alguns casos com mais de 10 mandatos, a entrada na política ocorre principalmente no âmbito local, seguido do estadual. Os casos que entram na política já no cargo de Deputado Federal são apenas 10, dos 77 com este tipo de carreira. Devido a entrada na política no âmbito local, é comum os casos desta carreira ocuparem também cargos no legislativo estadual e local.

Por fim, os casos que estão presentes como carreiras consolidadas, mas principalmente os casos que detém longas carreiras, podem ser apontados como profissionais da política, a partir deste longo tempo desempenhando cargos eletivos e por sucessivos sucessos eleitorais. Por exemplo, dos 33 casos do itinerário político, abordados no capítulo sobre trajetória social como não detendo qualquer informação sobre ocupações que não fosse o primeiro cargo eletivo, 10 deles tem carreiras políticas médias, e 23 carreiras políticas altas. Outros 19 casos de diferentes itinerários, foi possível identificar uma primeira atividade durante a sua trajetória, sendo a sua segunda ocupação os cargos eletivos, onde 12 destes desempenham longas carreiras políticas. Neste sentido é possível determinar um grau de profissionalização destes casos, mas sem acarretar em um fechamento do espaço político e na impossibilidade de diversificação de atividades e recursos, pois mesmo nos casos sem trajetória social ou apenas uma atividade identificada, na sua maioria é possível identificar a posse de empreendimentos econômicos em suas declarações de bens. Neste sentido seria temerário não considerar os casos com longo tempo de cargos políticos como profissionais da política, mas também aceitar a possibilidade que existem outras duas lógicas postas: i) que mesmo os casos que detém posições no itinerário privado, não deixam de deter estes empreendimentos econômicos ao se eleger, por mais tempo que dure sua carreira política, este recurso econômico sempre será uma garantia de posição social; ii) que a própria posição política, principalmente se detendo uma carreira consolidada, possibilita o acesso a outros recursos inclusive econômicos, diversificando assim suas posições sociais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi possível demonstrar um conjunto de relações possíveis entre o *espaço econômico* e o *espaço político*, a partir de 235 casos selecionados por ocuparem posições nestes dois *espaços*. Contudo, o pertencimento ao *espaço econômico* se difere do pertencimento ao *espaço político*, principalmente em referência ao seu grau de objetivação, pois, como foi considerado nesta pesquisa, a posição política representava a ocupação de cargos eletivos, definindo assim este pertencimento, sendo então recortados os casos que foram Deputados Federais, entre 1990 e 2010. Já o pertencimento ao *espaço econômico*, é muito mais fluído, tanto que foi abordado em três frentes distintas, sendo a primeira em relação a posse de bens e empreendimentos econômicos, a segunda em relação a apresentação profissional em ocupações ligadas ao meio econômico e privado, e, por fim, em relação as atividades desempenhadas ao longo da trajetória profissional.

Apesar da dificuldade de se analisar um objeto dentro destas relações possíveis, foi de grande valia analítica este tipo de construção, principalmente por permitir a composição de um universo de pesquisa que desse conta dos casos e suas diferentes lógicas: como o proprietário, que se apresenta profissionalmente como economista, ou o executivo de empresa, que desempenha esta atividade ao longo da trajetória profissional, mas não detém a propriedade do empreendimento, e mesmo um político de carreira, que nunca teve outra atividade profissional, mas detém empreendimentos econômicos em seu patrimônio.

Dentro desse quadro, esta pesquisa buscou abranger, de saída, estas possibilidades e no seu decorrer identificar as lógicas e os diferentes padrões de seus casos, através da construção de categorias analíticas, embasadas pelo esquema da sociologia política francesa, podendo ser evidenciadas a partir dos dados detalhados de fontes variadas, que apontavam os recursos disponíveis e mobilizados. Sendo então o principal resultado, a partir das categorias analíticas construídas, um mapeamento deste ponto de intersecção entre as lógicas econômicas e as lógicas políticas.

Primeiramente, foi possível identificar posições econômicas com patrimônios acima de R\$ 1 milhão de reais, dispondo de declarações de bens mais elevadas que os demais Deputados Federais do mesmo período, inclusive contando com casos que detinham grandes fortunas, ocupando posições econômicas altas e, no geral, apontando para a disponibilidade de recursos econômicos para a maioria dos casos. Entretanto, não foram excluídos os casos com baixos patrimônios, sendo também categorizados e analisados da mesma forma, tanto que,

independentemente da posição econômica, foi possível demonstrar a posse de bens relacionados a atividades econômicas, para praticamente todos os casos, concentrados, principalmente, no setor terciário, de comércio e serviços. Por outro lado, também se procurou analisar estas posições econômicas em relação a posição escolar, sendo possível identificar que a maioria dos casos detinha ensino superior completo, ocupando posições escolares altas, com diplomas relacionados a Direito, Engenharias, Medicina e Sociais Aplicadas, que podem ser considerados áreas e cursos com grande peso simbólico, dentro do espaço social. Neste sentido, o padrão destes casos é a disponibilidade de recursos escolares e econômicos, que podem ser mobilizados e utilizados como trunfos sociais.

Em seguida, foi fundamental a construção dos perfis relacionados a apresentação profissional, pois a análise em relação aos recursos disponíveis para cada um deles apontou para lógicas que condicionam esta apresentação. Ou seja, a mobilização destes recursos disponíveis está sempre relacionada com um uso que tende a angariar “prestígio social”, no sentido de se colocar em uma posição social superior, e como um desuso, no sentido de omitir algum recurso que não se deseja apresentar, ou uma compensação por um recurso valorizado que não se detém. Por exemplo, a ausência de diplomas ou patrimônios altos, pode ser compensada pela apresentação profissional em ocupações relacionadas a atividades econômicas, como “Empresário” e “Produtor Rural”; ou mesmo a apresentação profissional ligada a profissões, que estão relacionadas com diplomas universitários, sendo um importante trunfo social, também pode ser uma omissão da atividade que se ocupa, no sentido que um proprietário de empresa, pode se apresentar como engenheiro, uma vez dispondo do diploma. Por fim ainda foram identificados os casos que combinam as duas lógicas de apresentação, buscando assim esse posicionamento tanto ocupacional, quanto profissional.

Para além da dimensão de apresentação profissional, a análise de trajetória possibilitou a sistematização das atividades ocupacionais e profissionais desempenhadas, ao longo da vida, a partir das informações referentes as diferentes funções e cargos ocupados. Dessa forma, foi possível identificar os casos que desempenharam suas funções ocupacionais e profissionais relacionadas a atividades econômicas, estando associados ao itinerário privado, principal trajetória da maior parte dos casos analisado neste trabalho. Contudo também foi possível identificar outros itinerários possíveis, como o público, caracterizado pelos cargos comissionados e nomeados, ou mesmo o político, que apesar de não conterem nenhuma atividade profissional prévia ao mandato político, seus casos detinham empreendimentos econômicos em suas declarações de bens, apontando para outro tipo de relação entre *espaços*, indicando a diversificação de posições políticas em recursos econômicos. No geral, foi possível

identificar um padrão em relação ao último cargo ocupado antes da entrada na política, sendo associado a funções, principalmente, de alta hierarquia, como posições na Presidência, ou Vice, apontando altos cargos e de direção, isso nos diferentes itinerários, independentemente do privado. Ou seja, a característica compartilhada é estar nestas posições de “comando” antes do sucesso eleitoral, que são lugares de prestígio social, que também podem ser utilizados como trunfos.

Por fim, todos estes casos, independentemente do pertencimento as diferentes categorias apresentadas anteriormente, detém no mínimo uma posição dentro do *espaço político*, a de Deputado Federal. Contudo isso não significa que todos os casos dispõem das mesmas carreiras políticas, e que estas carreiras não possam ser relacionadas a diferentes padrões. No geral, foi possível determinar que a maioria dos casos ocupam mais de 3 cargos eletivos, sendo possível identificar uma carreira política, sendo que a sua duração está fortemente relacionada com as fileiras de entrada e o período histórico da primeira eleição. Neste sentido pode ser demonstrado que a maioria dos casos com carreiras políticas médias, tem sua fileira de entrada na política, como Deputado Federal, sendo eleito no período posterior a 1990. Já os casos com longas carreiras políticas, tendo ocupado 6 cargos eletivos ou mais, as fileiras de acesso se dá em cargos eletivos dentro do âmbito local, como vereadores ou prefeitos, sendo que seu primeiro sucesso eleitoral é anterior a 1990. Devido a entrada na política ocorrer em períodos temporais distintos, a primeira filiação partidária também se dá de forma diversificada, contudo o espectro ideológico da maioria dos casos é de siglas ligadas ao centro ou a direita, ficando evidente ao analisar os principais partidos em que estes casos estavam filiados durante o período de 1990 a 2010, onde PFM/DEM, PMDB, PSDB, PP e PTB, concentram quase 90% dos casos.

Dentro desse quadro, a principal conclusão que pode ser retirada deste trabalho é que existe uma diversidade de recursos e posições sociais que podem garantir diferentes entradas e padrões de carreiras políticas. Não existe um caminho único calcado nos patrimônios econômicos, ou nos diplomas escolares, ou no posicionamento profissional, ou nos itinerários específicos, mas sim é fundamental a combinação de diferentes recursos, no sentido de ocupar diferentes posições sociais ao longo da vida, e assim tendo a disponibilidade de um leque de trunfos que podem ser mobilizados de acordo com os contextos e espaços específicos. É uma tarefa difícil apreender os momentos em que estes trunfos são acionados, contudo foi possível mapear quais são os principais recursos disponíveis e, com isso, saber quais podem ser mobilizados.

Mesmo que seja possível apontar determinados padrões gerais, como posições econômicas médias e escolares altas, atividades dentro do itinerário privado, estes recursos só

fazem sentido quando combinados, e esta estratégia de diversificação de posições é muito mais complexa que a identificação da maioria. Por exemplo, pode ocorrer um caso de posição econômica baixa, com posição escolar média, tendo uma trajetória social no itinerário político e uma carreira política longa. Ou mesmo, uma posição econômica média, com escolar alta, ocupações no itinerário privado, com participação em entidades patronais, e uma carreira política breve. Ou seja, mais importante do que procurar um padrão geral, no sentido de uma sucessão “lógica” de posições, que são mais uma ilusão colocada para o pesquisador, do que uma tentativa de análise, é apreender o que significa cada uma das categorias analíticas construídas, e assim entender como podem ser combinadas.

Neste sentido, o esquema analítico proposto resultou em diversos ganhos, pois foi possível captar diferentes relações com o *espaço econômico*, desde os casos com altos patrimônios, que se posicionaram profissionalmente como “Empresários”, ocupando cargos de direção no itinerário privado e que se lançam para a política, a partir destes recursos mobilizados, ou, em outro extremo, casos com patrimônios baixos, dentro de itinerários políticos, cuja declaração profissional é ligada ao perfil de “Profissionais Superiores”, não desempenhando qualquer outra atividade anterior a primeira eleição a cargos políticos, e com sucessivas vitórias eleitorais, obtendo uma longa carreira política, contudo possui empreendimentos e bens econômicos em seu patrimônio declarado.

Enfim, este esquema analítico procurou apreender estas diferentes possibilidades de relações com o *espaço econômico*, através das declarações de bens, em que os empreendimentos foram categorizados nos setores e ramos da economia; nos posicionamentos profissionais, dentro de ocupações econômicas; e por fim, nas atividades desempenhadas ao longo da trajetória profissional, a partir do itinerário privado. Dando conta da complexidade que é o próprio sistema capitalista, onde é possível deter ações de uma empresa, sem ocupar qualquer posição dentro dela, da mesma forma que é possível ocupar um cargo de direção dentro de uma indústria e estar na condição de assalariado, como os executivos. Levando em conta que estas empresas, podem estar associadas a qualquer um dos três setores econômicos, inclusive do setor primário, da produção rural.

Dentro de cada uma destas dimensões foi possível identificar determinadas *estratégias de reprodução social*, em duas frentes, que estão relacionadas. A primeira estratégia pode ser demonstrada em relação aos “usos” possíveis de recursos sociais, seja pela apresentação dos que são valorizados ou também como uma compensação a ausência de algum recurso pertinente, como foi apontado para as lógicas de apresentação profissional. Por outro lado, esta *estratégia* também está relacionada aos “desusos”, ou seja, a omissão de algum recurso que se

detenha ou de posição ocupada, jogando com outras lógicas, como nos casos que desempenham atividades no itinerário privado, mesmo em altos cargos, mas se definem profissionalmente pelo diploma superior, e não pela ocupação econômica. Com isso o Presidente de uma construtora, pode se apresentar como um engenheiro dentro de um contexto que o trunfo do diploma seja mais valorizado.

A segunda está relacionada com a diversificação de recursos e posições sociais, sendo possível de ser demonstrada não apenas pela comparação das posições sociais anteriores ao sucesso eleitoral e, com isso, a ocupação de uma posição política, mas também dentro da própria trajetória profissional, como por exemplo as bifurcações entre diferentes itinerários, ocupando cargos nomeados em empresas públicas e secretarias, mas também em empresas privadas, da mesma forma que a atividade em entidades associativas e sindicais, ou seja, uma circulação que pode ser evidenciada previamente a entrada na política. Mesmo assim, a principal diversificação de posição é esta passagem para o *espaço político*, principalmente dos casos que foi possível identificar trajetórias em diferentes itinerários, que não a política. Contudo é importante colocar que esta diversificação de posições não está relacionada a uma reconversão completa, no sentido de abandono total das posições anteriores, sendo que foi possível identificar a manutenção de recursos econômicos, ou mesmo lógicas de apresentação profissional, em casos com longas carreiras políticas.

Nestes casos, a característica mais comum é justamente a diversificação de recursos sociais, principalmente em relação aos recursos econômicos. Primeiramente dentro da própria lógica do meio privado, foi possível demonstrar que os empreendimentos declarados nos patrimônios, estão relacionados a mais de um setor da economia, diversificando o setor terciário, de comércio e serviços, com os dois outros setores, tanto primário, quanto secundário. Em segundo lugar, mesmo os casos que não desempenharam atividades no itinerário privado, detém empreendimentos econômicos em suas declarações de bens, da mesma forma que os casos pertencentes ao itinerário político, cuja única ocupação informada são os cargos eletivos.

Dessa forma é possível analisar a entrada no *espaço político* como *estratégia de reprodução social*, associada a uma mudança de posição dentro dos *espaços sociais*, conjuntamente com a *diversificação de recursos sociais*. Entretanto, a limitação do esquema analítico da forma como foi construído para este trabalho, conseguiu demonstrar que não ocorre uma reconversão completa, contudo não permitiu inferir se a entrada no *espaço político* permitiu o acesso a outros tipos de recursos que não se detinha antes. Justamente por ter se tomado uma única declaração de bens, enquanto um indicativo seria captar o crescimento do patrimônio entre as candidaturas, comparando diferentes declarações de bens.



Também é necessário, uma maior coleta de dados sobre os recursos políticos, pois foi possível identificar os diferentes recursos, posições e itinerários prévios, bem como as fileiras de entrada no *espaço político*. Contudo, a partir destes achados, constatou-se a necessidade de apurar outros dados em relação ao jogo político e eleições, por exemplo as alianças partidárias, a quantidade de voto recebida, o financiamento de campanha, bem como as demais funções ocupadas dentro da política, como líder de bancada, comissões em que atuou, refinando assim os recursos disponíveis para outros sucessos eleitorais e consolidação de carreiras políticas.

Outras duas possibilidades, para a continuidade futura desta pesquisa, é o acompanhamento dos casos já selecionados para este universo, atualizando os dados, por exemplo em relação a eleição de 2010 e outras possíveis, bem como a tentativa de se aumentar o número de casos analisados, procurando outros políticos que contemplem uma das 3 dimensões possíveis de se relacionar com o *espaço econômico*, construídas por este esquema analítico.

Mesmo com estas críticas, o esquema analítico bem como as categorias construídas, possibilitaram demonstrar e classificar estas relações possíveis entre o *espaço econômico* e *espaço político*, apontando diferentes lógicas e possibilidades de mobilização de recursos sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, Murillo de. **Grupos de pressão no congresso nacional**: como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo. São Paulo: Maltense, 1994.
- ARAÚJO, Ângela M. C. e TAPIA, Jorge R. B. Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias. **BIB**, nº 32, pp. 3-30, 1991.
- B. BADIE e G. HERMET. **La politique comparée**. Paris: Dalloz, 2001.
- BAUER, M. e BERTIN-MOUROT, B. **Radiographie des grands patrons français**: Les Conditions d'accès au pouvoir. Paris: L'Harmattan, 1997.
- BOLTANSKI Luc. L'espace positionnel : multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. **Revue française de sociologie**. Vol. 14-1. pp. 3-26, 1973.
- BOLTANSKI, Luc. **Les Cadres**: La Formation d'un groupe social. Paris: Editions de Minuit, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 31, janvier, 1980.
- BOURDIEU, P. **La Noblesse d'État**: Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Minuit, 1989
- BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 105, décembre, 1994.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: Sobre a Teoria da Ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Le champ économique. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 119, septembre 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: Crítica social do julgamento. Porto Alegre, RS: Zouk, 2002.
- BOURDIEU, Pierre, de Saint Martin Monique. Le patronat. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 20-21, mars/avril, 1978.
- BOUSSARD, V. e BUISSON-FENET, H. Les élites dirigeantes: une recomposition en trompe-l'oeil? **Sociologie Pratique**, n. 21, 2010.
- BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946**: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.
- CARDOSO, F. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**. Rio de Janeiro, Vol. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, José M. de. **A construção da ordem e o Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3a. edição, 2003.

CHARLE, C. **Les Élités de la République (1880-1900)**. Paris: Fayard, 1987.

CORADINI, O L. **Em nome de quem?: Recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

COSTA, Paulo Roberto Neves. Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, Vol. 22, n. 52, 2014.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, Vol. 15, n. 43, 2000.

DINIZ, E. e BOSCHI, R. **Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2004.

BOSCHI, Renato et al. **Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

DULONG, Delphine. Quand l'économie devient politique. La conversion de la compétence économique em compétence politique sous la Ve République. **Politix**, Vol. 9, n. 35, 1996.

GAXIE, Daniel. Les logiques du recrutement politique. **Revue Française de Science Politique**, 30e année, n° 1, 1980.

JAGUARIBE, Hélio. **O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional**. São Paulo: Fiesp/ciesp Serv de Publicações, 1956.

JOLY, Hervé. Les études sur le recrutement du patronat: une tentative de bilan critique. **Sociétés contemporaines**, n° 68, 2007.

LEOPOLDI, M. A. P. **Política e interesses: as associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LÉVEQUÊ, Sandrine. "L'entrée en politique". Bibliographie sur les conditions sociales de la professionnalisation et de la "réussite" politique em France. **Politix**, Vol. 9, n. 35, 1996.

LOUREIRO, Maria Rita & OLIVIERI, Cecilia. Les elites économiques face au développement et à la démocratie : les patrons e les hauts fonctionnaires du gouvernement au Brésil. **Cahiers du Brésil Contemporain**, n° 47/48, 2002.

LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MANCUSO, Wagner P. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Humanitas: Edusp, 2007 a.

MANCUSO, Wagner P. O Empresariado como ator político no Brasil: Um balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, nº28, 2007 b.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MATHIOT e SAWICKI, 1999 MATHIOT, P. & SAWICKI, F. Les membres des cabinets ministériels socialistes en France (1981-1993); Recrutement et reconversion; Première Partie: Caractéristiques sociales et filières de recrutement. **Revue Française de Science Politique**, 49 (1), avril, 1999.

MATHIOT, P. & SAWICKI, F. Les membres des cabinets ministériels socialistes en France (1981-1993); Recrutement et reconversion; Deuxième Partie: Passage en cabinet et trajectoires professionnelles. **Revue Française de Science Politique**, 49 (2), avril, 1999.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

OFFERLÉ, M. **Sociologie des groupes d'intérêt**. Paris: Éditions Montchrestien, 1998.

OFFERLÉ, M. 1999. **La Profession Politique - XIXe.-XXe. siècles**. Paris: Belin, 1999.

OFFERLÉ, M. **Sociologie des organisations patronales**. Paris: La Découverte, 2009.

GAXIE, D. & OFFERLÉ, M. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique. In: BIRNBAUM, P. (dir.) **Les élites socialistes au pouvoir les dirigeants socialistes face à l'Etat : 1981-1995**. Paris: PUF, 1985

PASSERON, Jean-Claude. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. **Revue française de sociologie**, Vol. 31-1, 1990.

PINÇON, Michel e PINÇON-CHARLOT, Monique. 2007. Sociologia da alta burguesia. **Sociologias**. Porto Alegre: Ano 9, nº 18, 2007.

RODRIGUES, L.M. **Quem é quem na constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados**. São Paulo: Oesp/Maltese. 1987.

RODRIGUES, Fernando. **Políticos do Brasil: Uma investigação sobre o patrimônio declarado e ascensão daqueles que exercem o poder**. São Paulo: PubliFolha, 2006.

SAINT-MARTIN, Monique. Une grande famille. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 31, janvier 1980.

SAINT-MARTIN, Monique. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. **Tomos**. São Cristóvão: nº 13, 2008.

SAINT-MARTIN, Monique. Towards a dynamic approach to reconversions. **Social Science Information**. Vol. 50, September–December, 2011.

SCHMITTER, P. C. **Interest Conflict and Political Change in Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1971.

SCHENEIDER, Bem Ross. **Burocracia Pública e política industrial no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1994.

SODRÉ, N. W. O problema da burguesia. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958.

VIANNA, Maria Lucia. **Lobismo**: Um novo conceito para analisar a articulação de interesses no Brasil. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Políticas Públicas, n. 25, 1994.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. Ed. 14<sup>a</sup>. São Paulo: Cultrix, 1967.

ZARCA, Bernard. Les patrons dans la statistique officielle française. **Politix**. Vol. 6, n.23, 1993.

## **APÊNDICE A – Modalidade de Variáveis**

O objetivo deste apêndice é apresentar as modalidades de variáveis e os dados encontrados para compô-las, buscando assim uma maior clareza das informações apresentadas.

### **Variáveis econômicas:**

Montante de Patrimônio: composto pela soma de todos os patrimônios contidos nas declarações de bens e seus respectivos valores em Reais (R\$).

Bens Pessoais: Bens que não tem como função geral lucro: como apartamento, automóvel e casa.

Empreendimentos: Bens com o objetivo de gerar lucros: Ações, Concessões Públicas, Cotas de Capital, Empresas, Fazendas, Firmas, Imóveis (Alugados) e Plantações.

### **Variáveis de posicionamento profissional:**

Ocupação relacionada a atividades econômicas: Administrador Rural, Agropecuarista, Comerciante, Construtor, Empresário, Industrial, Executivo Financeiro, Pecuarista e Produtor Rural.

Profissões relacionadas a diploma superior: Administrador de Empresas, Advogado, Agrônomo, Assistente Social, Contador, Dentista, Economista, Engenheiro, Filósofo Geólogo, Jornalista, Médico, Pedagogo, Relações Públicas e Veterinário.

Demais declarações: Do Lar, Professor, Radialista e Servidor Público.

### **Variáveis dos itinerários de trajetórias sociais**

Altos Cargos: Presidentes e Vices, Proprietários e Sócios.

Cargos Médios de Direção: Chefe, Conselheiro, Consultor, Coordenador, Diretor, Executivo, Gerente e Pró-Reitor.

Trabalhador Assalariado: Almojarife, Escriturário, Gráfico,

Cargos Comissionados: Assessor, Assistente e Chefe de Gabinete.

Entidades Econômicas: Confederações e Federações Patronais, Associações Comerciais e Industriais, Entidades Patronais de setores específicos (Açúcar, Alimentos, Brinquedos, Construção Civil, Imobiliário, Transporte, Vigilância).

Entidades Profissionais: Entidades representativas de profissões específicas: Advogados, Educação, Engenheiros, Geólogos e Médicos.

## ANEXO A – Universo Empírico Nominal

<b>Nome Completo</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Cidade</b>	<b>Estado</b>
Abelardo Luiz Lupion Mello	25/08/1952	Curitiba	PR
Adauto Pereira de Lima	04/06/1935	Pombal	PB
Alberto Pereira Mourão	26/04/1954	São Paulo	SP
Alexandre Aguiar Cardoso	03/05/1952	Duque de Caxias	RJ
Alexandre José dos Santos	04/09/1954	São Gonçalo	RJ
Ana Catarina Lyra Alves	09/12/1948	Rio de Janeiro	RJ
André Benassi	14/06/1937	Jundiá	SP
Anivaldo Juvenil Vale	02/12/1944	Ipanema	MG
Antonio Carlos Pannunzio	29/07/1943	São Paulo	SP
Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	26/01/1979	Salvador	BA
Antonio Carlos Vieira dos Santos	13/06/1959	Garanhuns	PE
Antonio da Justa Feijão	19/06/1956	Sobral	CE
Antônio Delfim Netto	01/05/1928	São Paulo	SP
Antonio Elbano Cambraia	01/08/1942	Senador Pompeu	CE
Antônio Henrique Bitencourt Cunha Bueno	17/06/1949	São Paulo	SP
Antonio José de Moraes Souza	15/01/1937	Parnaíba	PI
Aparecida Maria Borges Bezerra	20/07/1957	Pirajuí	SP
Aracely de Paula	03/05/1941	Ibiá	MG
Armando de Queiroz Monteiro Neto	24/02/1952	Recife	PE
Arolde de Oliveira	11/03/1937	São Luiz Gonzaga	RS
Ary Kara José	26/03/1942	Neves Paulista	SP
Átila Freitas Lira	07/04/1947	Piripiri	PI
Átila Sidney Lins Albuquerque	22/11/1950	Fonte Boa	AM
Augusto Cesar Cavalcante Farias	29/12/1956	Passo de Camaragibe	AL
Augusto do Prado Franco Neto	26/03/1971	Aracaju	SE
Basilio Villani	03/09/1940	Bauru	SP
Benedito de Carvalho Sá	27/12/1946	Oeiras	PI
Carlos Alberto Leréia da Silva	19/06/1961	Bambuí	MG
Carlos Cesar Branco Bandeira	02/05/1946	Grajaú	MA
Carlos do Carmo Andrade Melles	11/03/1947	São Sebastião do Paraíso	MG
Carlos Eduardo Moreira Ferreira	09/03/1939	São Paulo	SP
Carlos Humberto Mannato	07/08/1957	Alegre	ES
Carlos Marques Dunga	07/12/1945	Pombal	PB
Cezar Augusto Carollo Silvestri	01/08/1954	Guarapuava	PR
Ciro Nogueira Lima Filho	21/11/1968	Teresina	PI
Cláudio Cajado Sampaio	01/12/1963	Salvador	BA
Clementino de Souza Coelho	18/07/1954	Recife	PE
Clóvis Antonio Chaves Fecury	08/02/1969	Brasília	DF
Confúcio Aires Moura	16/05/1948	Dianópolis	TO
Darcísio Paulo Perondi	02/04/1947	Ijuí	RS
David Samuel Alcolumbre Tobelem	19/06/1977	Macapá	AP
Dilceu João Sperafico	26/01/1948	Santa Rosa	RS
Dimas Eduardo Ramalho	13/08/1954	Taquaritinga	SP
Duilio Pisaneschi	29/08/1940	Santo André	SP
Edison Adrião Andrino de Oliveira	18/12/1945	Florianópolis	SC
Edmar Batista Moreira	25/09/1939	São João Nepomuceno	MG
Edson Bez de Oliveira	06/03/1950	Gravatal	SC



Eduardo Cosentino da Cunha	29/09/1958	Rio de Janeiro	RJ
Eduardo Francisco Sciarra	05/10/1952	Londrina	PR
Eduardo Luiz Barros Barbosa	25/08/1958	Pará de Minas	MG
Elcione Therezinha Zahluth Barbalho	05/10/1944	Belém	PA
Eliseu Barroso de Carvalho Moura	04/12/1952	Oeiras	PI
Emerson Kapaz	05/03/1955	São Paulo	SP
Enivaldo Ribeiro	26/03/1935	Campina Grande	PB
Etivaldo Vadão Gomes	19/04/1957	Populina	SP
Eunício Lopes de Oliveira	30/09/1952	Lavras da Mangabeira	CE
Eurico Angelo de Oliveira Miranda	07/06/1944	Rio de Janeiro	RJ
Expedito Gonçalves Ferreira Junior	10/06/1963	Guararapes	SP
Fábio Loureiro Souto	18/01/1973	Salvador	BA
Felix de Almeida Mendonça	23/03/1928	Conceição do Almeida	BA
Fernando Alberto Diniz	03/02/1954	Belo Horizonte	MG
Fernando Lucio Giacobbo	17/12/1970	Pato Branco	PR
Flávio Augusto Coelho Derzi	30/06/1951	Campo Grande	MS
Francisco de Assis Milhomem Coelho	14/06/1949	Balsas	MA
Francisco Feitosa de Albuquerque Lima	03/07/1964	Fortaleza	CE
Francisco Garcia Rodrigues	30/12/1948	Manaus	AM
Francisco Pinheiro Landim	20/11/1943	Solonópole	CE
Francistônio Alves Pinto	07/10/1943	Felisburgo	MG
Geddel Quadros Vieira Lima	18/03/1959	Salvador	BA
Geraldo Resende Pereira	20/04/1955	Córrego Danta	MG
Gerson dos Santos Peres	02/05/1931	Cametá	PA
Gerson Silva Gabrielli	21/08/1949	Salvador	BA
Gervásio José da Silva	24/05/1955	São José	SC
Gilberto Kassab	12/08/1960	São Paulo	SP
Giovanni Corrêa Queiroz	15/07/1946	Campina Verde	MG
Givaldo de Sá Gouveia	14/10/1957	Itabi	SE
Glycon Terra Pinto Junior	02/10/1962	Belo Horizonte	MG
Henrique de Campos Meirelles	31/08/1945	Anápolis	GO
Herculano Anghinetti	25/04/1960	Belo Horizonte	MG
Hermes Parcianello	25/04/1958	Goioerê	PR
Hidekazu Takayama	20/04/1948	Rolândia	PR
Homero Silva Barreto	03/12/1951	Rio de Janeiro	RJ
Iberê Paiva Ferreira de Souza	27/02/1944	Natal	RN
Igor Pugliesi Avelino	20/11/1971	Goiânia	GO
Inocência Gomes de Oliveira	21/10/1938	Serra Talhada	PE
Jader Fontenelle Barbalho	27/10/1944	Belém	PA
Jaime Fernandes Filho	11/10/1957	Vitória	ES
Jaime Martins Filho	17/06/1953	Nova Serrana	MG
Jairo Azi	26/05/1933	Lamarão	BA
João Almeida dos Santos	23/05/1946	Brejões	BA
João Bastos Colaço Dias	15/11/1951	Recife	PE
João Batista de Jesus Ribeiro	25/06/1954	Campo Alegre de Goiás	GO
João Castelo Ribeiro Gonçalves	19/10/1937	Caxias	MA
João Felipe de Souza Leão	27/02/1946	Recife	PE
João Henrique de Almeida Sousa	04/02/1950	Teresina	PI
João José Pereira de Lyra	17/06/1931	Recife	PE
João Lúcio Magalhães Bifano	06/02/1960	Matipó	MG
João Ricardo Mendes	19/06/1938	Alagoa Grande	PB
Jonival Lucas da Silva Junior	31/01/1967	Sapeaçu	BA
Jorge Tadeu Mudalen	03/01/1955	Guarulhos	SP

José Alves Rocha	18/08/1948	Coribe	BA
Jose Arnon Cruz Bezerra de Menezes	13/08/1951	Crato	CE
José Carlos de Castro Martinez	23/05/1948	São Paulo	SP
José Carlos Pires Coutinho	18/07/1943	Taubaté	SP
José Domiciano Cabral	16/03/1955	João Pessoa	PB
José dos Santos Freire Júnior	13/08/1955	Goiânia	GO
José Francisco Paes Landim	23/03/1937	São João do Piauí	PI
José Fuscaldi Cesilio	28/09/1940		MG
José Gerardo Oliveira de Arruda Filho	30/04/1959	Caucaia	CE
José Lourenço Morais da Silva	05/03/1933	São Martinho	Portugal
José Masci de Abreu	08/12/1944	São Paulo	SP
José Mendonça Bezerra	18/01/1936	Belo Jardim	PE
José Mohamed Janene	12/09/1955	Santo Inácio	PR
José Múcio Monteiro Filho	25/09/1948	Recife	PE
José Perrella de Oliveira Costa	22/02/1957	São Gonçalo do Pará	MG
José Rodrigues Borba	14/07/1949	Mandaguari	PR
José Santana de Vasconcellos Moreira	10/04/1939	Alvinópolis	MG
José Sarney Filho	14/06/1957	São Luís	MA
José Severiano Chaves	08/06/1942	Recife	PE
José Teles de Mendonça	01/03/1953	Itabaiana	SE
José Wellington Roberto	19/05/1959	São José de Piranhas	PB
Jovair de Oliveira Arantes	04/06/1951	Buriti Alegre	GO
Júlio César de Carvalho Lima	25/08/1948	Guadalupe	PI
Júlio César Redecker	12/07/1956	Taquari	RS
Julio Luiz Baptista Lopes	06/04/1959	Rio de Janeiro	RJ
Jutahy Magalhães Júnior	14/10/1955	Salvador	BA
Lael Vieira Varella	19/02/1939	Muriaé	MG
Laíre Rosado Filho	28/08/1945	Mossoró	RN
Leonardo Moura Vilela	22/12/1963	Belo Horizonte	MG
Leonardo Rosário de Alcântara	05/12/1972	Fortaleza	CE
Luciano Caldas Bivar	29/11/1944	Recife	PE
Luciano de Souza Castro	22/08/1949	Fortaleza	CE
Luis Barbosa Alves	26/02/1953	Lavras da Mangabeira	CE
Luis Carlos Heinze	14/09/1950	Candelária	RS
Luiz Carlos dos Santos	26/05/1932	Araxá	MG
Luiz Dantas Lima	29/11/1949	Batalha	AL
Luiz Gonzaga Patriota	26/04/1946	Sertânia	PE
Luiz Moreira da Silva	25/01/1928	Jequié	BA
Luiz Piauhyllino de Mello Monteiro	10/08/1947	Recife	PE
Lydia Araújo Quinan	16/07/1937	Campinas	SP
Manoel Salviano Sobrinho	24/09/1939	Várzea Alegre	CE
Marcelo Costa e Castro	09/06/1950	São Raimundo Nonato	PI
Marcelo Fortes Barbieri	21/11/1956	Araraquara	SP
Márcio João de Andrade Fortes	04/10/1944	Belo Horizonte	MG
Maria Lúcia Cardoso	27/11/1958	Japaraíba	MG
Maria Lucia Netto dos Santos	25/03/1953	Rio de Janeiro	RJ
Maria Suely Silva Campos	14/05/1953	Boa Vista	RR
Maurício Rands Coelho Barros	17/09/1961	Recife	PE
Mauro de Alencar Fecury	13/01/1941	Rio Branco	AC
Mauro Ribeiro Lopes	24/05/1936	Entre Folhas	MG
Max Rosenmann	29/11/1944	Curitiba	PR
Milton Antonio Casquel Monti	11/06/1961	São Manuel	SP
Moacir Micheletto	25/11/1942	Xanxerê	SC

Moises Sragovicz Lipnik	05/08/1953	Cali	Colombia
Múcio Gurgel de Sá	05/04/1952	Mossoró	RN
Murilo Domingos	21/02/1941	Jardinópolis	SP
Murilo Zauith	17/07/1950	Barretos	SP
Mussa de Jesus Demes	08/12/1939	Floriano	PI
Narciso Mendes de Assis	18/07/1946	Patu	RN
Nello Rodolpho Giongo Filho	08/07/1959	São Paulo	SP
Nelson Luiz Proença Fernandes	14/08/1950	Porto Alegre	RS
Nelson Marquezelli	29/10/1941	Pirassununga	SP
Nelson Meurer	23/07/1942	Bom Retiro	SC
Nelson Roberto Bornier de Oliveira	14/01/1950	Rio de Janeiro	RJ
Nilo Augusto Moraes Coelho	01/04/1943	Guanambi	BA
Norberto José Teixeira	09/08/1954	São Pedro	SP
Odacir Zonta	18/07/1945	Encantado	RS
Odelmo Leão Carneiro Sobrinho	26/05/1946	Uberaba	MG
Odilio Balbinotti	08/06/1941	Gaurama	RS
Olavo Calheiros Filho	12/03/1957	Murici	AL
Oliveira Francisco da Silva	26/05/1938	Cunha	SP
Onyx Dornelles Lorenzoni	03/10/1954	Porto Alegre	RS
Oscar Ilton de Andrade	26/09/1957	Juatuba	MG
Osmânio Pereira de Oliveira	17/08/1943	Pedra Azul	MG
Osmar José Serraglio	23/05/1948	Erechim	RS
Oswaldo Anicetto Biolchi	16/12/1934	Encantado	RS
Oswaldo de Souza Coelho	24/08/1931	Juazeiro	BA
Oswaldo de Souza Reis	30/12/1939	Floriano	PI
Pauderney Tomaz Avelino	24/09/1954	Eirunepé	AM
Paulo Celso Fonseca Marinho	01/12/1958	Caxias	MA
Paulo Cesar de Oliveira Lima	09/02/1963	Presidente Prudente	SP
Paulo César Marques de Velasco	10/02/1937	Curvelo	MG
Paulo Gilberto Gouvêa da Costa	13/05/1943	Cachoeira do Sul	RS
Paulo Octávio Alves Pereira	13/02/1950	Lavras	MG
Paulo Roberto Bauer	20/03/1957	Blumenau	SC
Paulo Roberto Severo Pimenta	19/03/1965	Santa Maria	RS
Paulo Sardinha Mourão	09/03/1956	Cristalândia	TO
Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães	28/11/1952	Salvador	BA
Pedro Chaves Canedo	20/06/1949	Anápolis	GO
Pedro da Silva Corrêa de Oliveira Andrade Neto	07/01/1948	Rio de Janeiro	RJ
Pedro Fernandes Ribeiro	02/03/1949	São Luís	MA
Pedro Henry Neto	19/04/1957	Santo André	SP
Pedro Irujo Yaniz	29/06/1930	Navarra	Espanha
Pedro Novais Lima	07/07/1930	Coelho Neto	MA
Reinaldo Pereira Pinto	07/02/1959	Duque de Caxias	RJ
Remi Abreu Trinta	11/02/1940	São Bento	MA
Ricardo de Rezende Ferração	17/08/1963	Cachoeiro de Itapemirim	ES
Ricardo Ferreira Fiuza	06/09/1939	Fortaleza	CE
Ricardo José Magalhães Barros	15/11/1959	Maringá	PR
Ricardo Nagib Izar	28/07/1938	São Paulo	SP
Roberto Argenta	26/08/1952	Gramado	RS
Roberto Egídio Balestra	24/05/1944	Inhumas	GO
Roberto Magalhães Melo	17/07/1933	Canguaretama	RN
Roberto Soares Pessoa	21/05/1943	Fortaleza	CE
Robson Tuma	05/09/1968	São Paulo	SP
Rogério Lúcio Soares da Silva	22/11/1954	Ubá	MG

Romel Anizio Jorge	01/05/1946	Ituiutaba	MG
Romeu Ferreira de Queiroz	09/11/1948	Patrocínio	MG
Ronaldo Cezar Coelho	23/03/1947	Rio de Janeiro	RJ
Ronaldo Dimas Nogueira Pereira	27/04/1961	Frutal	MG
Ronaldo Vasconcellos Novais	23/04/1950	Ponte Nova	MG
Rosilda de Freitas	23/01/1949	Caratinga	MG
Rubens Furlan	12/12/1952	Sorocaba	SP
Salomão Afonso de Souza Cruz	30/07/1949	Boa Vista	RR
Salvador Zimbaldi Filho	05/06/1955	Campinas	SP
Sandra Maria da Escóssia Rosado	23/05/1951	Mossoró	RN
Sandro Antônio Scodro	31/12/1958	Ribeirão Preto	SP
Sandro Matos Pereira	22/04/1970	São João de Meriti	RJ
Sebastião Torres Madeira	29/12/1949	São Domingos	MA
Sérgio Cerqueira Barcellos	04/10/1943	Rio de Janeiro	RJ
Severino José Cavalcanti Ferreira	18/12/1930	João Alfredo	PE
Severino Sérgio Estelita Guerra	09/11/1947	Recife	PE
Silas Brasileiro	22/10/1943	Patrocínio	MG
Silas Câmara	15/12/1962	Rio Branco	AC
Telmo José Kirst	07/04/1944	Santa Cruz do Sul	RS
Ubiratan Diniz de Aguiar	07/08/1941	Cedro	CE
Ursicino Pinto de Queiroz	27/10/1937	Santo Antônio de Jesus	BA
Valdemar Costa Neto	11/08/1949	São Paulo	SP
Vandeval Lima dos Santos	09/10/1956	Rio de Janeiro	RJ
Vittorio Mediolli	03/05/1951	Parma	Italia
Wellington Antonio Fagundes	01/06/1957	Rondonópolis	MT
Werner Wanderer	15/02/1939	Concórdia	SC
Wigberto Ferreira Tartuce	16/03/1947	Rio Verde	GO
Zaire Rezende	25/12/1931	Uberlândia	MG
Zé Gomes da Rocha	12/04/1958	Itumbiara	GO

---

## ANEXO B – Fonte do DIAP

### Radiografia do Congresso Nacional 1991 - 1995

#### RORAIMA

05

Com sua transformação em Estado, o ex-Território de Roraima teve ampliado de quatro para oito o número de deputados federais, além de ter eleito pela primeira vez os seus três senadores, que tomarão posse em 19 de fevereiro de 1991, juntamente com os deputados eleitos.

Dos quatro deputados atuais, nenhum disputou a reeleição. Três candidataram-se ao Senado - Chagas Duarte, Mozarildo Cavalcanti e Marluce Pinto - mas somente esta conseguiu eleger-se, graças ao apoio financeiro do seu primeiro suplente, o novo dono da VASP, empresário Wagner Canhêdo. Trata-se da esposa do também deputado Ottomar Pinto, que concorreu ao Governo do Estado, onde agora disputa o segundo turno da eleição.

Renovada em 100%, a bancada da Câmara Federal do Estado de Roraima, integrada por três deputados eleitos pelo PTB, dois pelo PDS, um pelo PDC, um pelo PFL e um pelo PMDB, tem a seguinte composição:

ALCESTI MADEIRA DE ALMEIDA .....	PTB - MÉDICO
AVENIR ANGELO ROSA FILHO .....	PDC - ADVOGADO
FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES .....	PTB - ENGENHEIRO
JOÃO FAGUNDES .....	PMDB - MILITAR
JULIO CABRAL .....	PTB - ADVOGADO
MARCELO LUIZ .....	PDS - ENGENHEIRO
RUBENS BENTO .....	PFL - BANCÁRIO
TERESA JUCA .....	PDS - EMPRESÁRIA

Em campanhas caras, para o tamanho da população do Estado, Roraima elegeu três dos seus oito deputados que até quatro anos atrás sequer conheciam o ex-Território. Trata-se do Advogado Júlio Cabral, filho do Dep. e ex-ministro da Justiça de Collor, Bernardo Cabral; do Engenheiro Marcelo Luz, ex-Secretário de Obras do ex-Governador Romero Jucá; e finalmente da Empresária Tereza Jucá, esposa de Romero Jucá, ex-Governador nomeado e agora candidato ao mesmo cargo em eleição direta, disputando o 2º turno com Ottomar Pinto.

Os senadores eleitos por Roraima são os seguintes: Hélio Campos (PMN), ex-governador nomeado, eleito para um mandato de oito anos; César Dias (PMDB) e Marluce Pinto (PTB), ambos com mandato de quatro anos.

# Nova Câmara dos Deputados

## ACRE

Com uma renovação de apenas 25%, os eleitores do Acre devolvem reeleitos à Câmara Federal seis dos oito deputados atuais. Foram barrados nas urnas os deputados Adelaide Neri (PMDB) e João Tota (PPR).

Os novos eleitos são o empresário, Francisco Brígido Chicão (PMDB) e o sobrinho do governador Romildo Magalhães, Carlos Airon Magalhães (PPR). Este último teve uma das campanhas mais caras do Estado.

Entre os reeleitos, as campanhas milionárias foram as da deputada Célia Mendes, esposa do empresário da construção civil, das áreas de comunicações e de cerâmica, candidato derrotado ao Senado Narcisio Mendes, uma das maiores fortunas do Acre, e a do deputado representante da Volkswagen do Estado, o empresário Francisco Diógenes.

O Acre foi um dos poucos Estados em que todos os atuais deputados tentaram a reeleição. Conheça agora a futura composição da bancada acreana na Câmara dos Deputados:

NOME	PARTIDO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
CARLOS MAGALHÃES	PPR	BANCÁRIO	NOVO
CÉLIA MENDES	PPR	EMPRESÁRIA	ATUAL
FRANCISCO BRÍGIDO	PMDB	EMPRESÁRIO	NOVO
FRANCISCO DIÓGENES	PMDB	EMPRESÁRIO	ATUAL
JOÃO MAIA	PP	EMPRESÁRIO	ATUAL
MAURI SÉRGIO	PMDB	SERV. PÚBLICO	ATUAL
RONIVON SANTIAGO	PPR	PROFESSOR	ATUAL
ZILA BEZERRA	PMDB	PROFESSORA	ATUAL

Como se pode observar, conseguiram se reeleger a deputada Zila Bezerra (PMDB), esposa do atual senador e candidato derrotado à reeleição, Aloísio Bezerra; o empresário rural e ex-sindicalista João Maia (PMDB), o professor Ronivon Santiago (PMDB) e o servidor público Mauri Sérgio (PMDB). A renovação de 1994, de apenas 25%, foi infinitamente inferior à de 1990, quando 87,5% foram barrados nas urnas.

## ALAGOAS

Renovada em 66,7%, a bancada de deputados federais de Alagoas voltou ainda mais conservadora. Dos atuais deputados, seis tentaram a reeleição e três disputaram outros cargos. Dos seis, apenas três renovaram seus mandatos. São eles: o deputado José Thomaz Nonô, que ganhou notoriedade por sua oposição incondicional ao governo Collor; o deputado Augusto Farias, irmão do PC e dono de uma das campanhas mais caras do Estado; e finalmente o deputado e empresário Luiz Dantas Lima, ex-secretário de Fazenda de Collor e ex-presidente da Cooperativa dos Produtores de Leite, também uma campanha cara para os padrões do Nordeste.

Desistiram de renovar seus mandatos, o deputado Antônio Holanda, ex-secretário de Saúde do Estado no governo Collor e acusado de desvio de recursos do SUS, que tentou e foi derrotado para o Senado; o deputado e jornalista Mendonça Neto (PDT), que tentou uma vaga na Assembléia Legislativa; e finalmente Roberto Torres (PTB), pecuarista, que também tentou um vaga na Assembléia, já que seu irmão, o também pecuarista Fernando Torres, concorreu e ganhou uma vaga na Câmara Federal. Foram barrados nas urnas, o ex-colorido Cleto Falcão (PSD), apesar de sua campanha milionária; o irmão do senador eleito Renan Calheiros, o deputado Olavo Calheiros (PMDB); e por último o cunhado de Rosane Collor, o deputado Vitorio Malta, que só conseguiu se eleger em 1990 por força do

prestígio da então primeira dama.

A futura composição na Câmara Federal é a seguinte:

NOME	PARTIDO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
ALBÉRICO CORDEIRO	PTB	JORNALISTA	NOVO
AUGUSTO FARIAS	PSC	EMPRESÁRIO	ATUAL
BENEDITO LIRA	PFL	ADVOGADO	NOVO
FERNANDO TORRES	PSDB	EMPRESÁRIO	NOVO
JOSÉ THOMAZ NONO	PMDB	ADVOGADO	ATUAL
JOSEFA S. CUNHA	PSDB	MÉDICA	NOVA
LUIZ DANTAS LIMA	PSD	EMPRESÁRIO	ATUAL
MOACIR ANDRADE	PPR	MÉDICO	NOVO
TALVANE GAMA	PP	EMPRESÁRIO	NOVO

Os novos deputados, também, não têm nada de novos. Benedito Lyra, político profissional e populista, foi presidente da Assembléia Legislativa e só não foi governador porque Geraldo Bulhões era seu adversário político e por isto desistiu de concorrer a uma vaga do Senado, preferindo concluir o mandato de governador. Também ex-vereador, Lyra foi eleito com o apoio de Divaldo Suruagy, apesar de pertencer a outra coligação. Moacir Andrade, vice e sucessor de Collor no governo de Alagoas, cuja fortuna aumentou substancialmente no período em que foi governador, teve uma campanha milionária. Fernando Torres, irmão do deputado federal Roberto Torres, foi prefeito da cidade de Teotônio Vilela, é cunhado do Senador Teotônio e grande pecuarista do Estado, e também teve uma campanha cara no Estado. Josefa Santos Cunha ou doutora CECL, médica e vereadora em Arapiraca, é outra estreante na Câmara Federal. Albérico Cordeiro é jornalista e, após quatro anos sem mandato, retorna à Câmara dos Deputados.

A renovação em Alagoas foi inferior à de 1990, quando 77,78% dos deputados candidatos à reeleição foram barrados nas urnas.

## AMAPÁ

Com exceção do deputado Gilvam Borges (PMDB), que tentou e se elegeu para o Senado, todos os demais integrantes da bancada de deputados do Amapá buscaram a reeleição. Destes, cinco renovaram seus mandatos e dois foram derrotados nas urnas. A renovação no Estado foi de apenas 37,5% contra 75% na legislatura passada, quando o Amapá estava na fase de transição de Território para Estado e sua bancada era composta de 4 deputados federais.

Dos três substituídos, efetivamente novo na vida pública foi eleito apenas um, o geólogo e empresário da área de garimpo Antônio Feijão, uma das campanhas mais caras do Estado. Os outros dois, de perfil à esquerda, são o vereador de Macapá Gervásio Augusto de Oliveira, e a ex-constituente Raquel Capiberibe, irmã do candidato à governador e nota 6,75 do DIAP. Os dois barrados nas urnas foram os deputados Lourival Freitas, do PT, e Aroldo Goes, PDT, exatamente os de perfil mais à esquerda.

Antes de comentarmos as condições em que 62,5% dos atuais deputados foram reeleitos, vamos à nova composição do Amapá na Câmara Federal:

NOME	PARTIDO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
ANTÔNIO FEIJÃO	PTB	EMPRES./GEÓLOGO	NOVO
ERALDO TRINDADE	PPR	EMPRESÁRIO	ATUAL
FÁTIMA PELAES	PFL	SOCIÓLOGA	ATUAL
GERVÁSIO A. OLIVEIRA	PSB	ADVOGADO	NOVO
MURILO PINHEIRO	PFL	ENGENHEIRO	ATUAL
RAQUEL CAPIBERIBE	PSB	PROFESSORA	NOVA
SÉRGIO BARCELLOS	PFL	EMPRESÁRIO	ATUAL
VALDENDOR GUEDES	PP	QUÍMICO	ATUAL

**MARANHÃO**

A bancada do Maranhão na Câmara dos Deputados é composta por 18 deputados e foi renovada em 38,88%, índice inferior ao verificado nas eleições de 1994 que foi de 61,11%. Dos atuais deputados, 15 tentaram a reeleição, dois disputaram uma vaga para o Senado, e um tentou uma vaga de deputado estadual.

Dos 15 deputados que buscaram a reeleição, 11 retornarão para a Câmara e três não conseguiram renovar seus mandatos. Foram barrados nas urnas os deputados Antônio Joaquim Araújo (PL), Jayme Santana (PSDB) e Magno Bacelar (PFL). O dep. Davi Alves Silva (PPB) foi assassinado na véspera da eleição. O deputado João Alberto (PMDB) foi eleito para o Senado, derrotando o candidato e atual deputado pelo PT, Haroldo Sabóia. Márcia Marinho (PSDB), que concorria a uma vaga na Assembléia Legislativa do Estado, não conseguiu se eleger. A coligação "Maranhão Muito Mais", que apoiou a candidatura de Roseana Sarney ao governo do Estado e é formada pelo PSC, PL, PFL, PMDB, PSDC, PRTB, PSD, PRP e PC do B, elegeu 13 deputados federais, o que significa 72,22%.

Dos 7 novos deputados eleitos, apenas três são realmente novatos no Congresso Nacional: Nice Lobão (PFL), mulher do atual senador e ex-

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Albérico Filho	PMDB	37.740	Servidor público	Novo
César Bandeira	PFL	42.891	Engenheiro	Reeleito
Costa Ferreira	PFL	37.912	Advogado	Novo
Eliseu Moura	PL	47.748	Empresário	Reeleito
Francisco Coelho	PFL	62.395	Empresário	Reeleito
Gastão Vieira	PMDB	76.801	Economista	Reeleito
João Castelo	PSDB	96.534	Advogado	Novo
José Antônio Almeida	PSB	39.512	Advogado	Novo
Mauro Fecury	PFL	63.306	Engenheiro	Reeleito
Neiva Moreira	PDT	51.288	Jornalista	Reeleito
Nice Lobão	PFL	91.104	Servidora pública	Nova
Paulo Marinho	PSC	48.642	Advogado	Novo
Pedro Fernandes	PSD	64.771	Engenheiro	Novo
Pedro Novais	PMDB	44.948	Advogado	Reeleito
Remi Trinta	PL	45.307	Empresário	Reeleito
Roberto Rocha	PSDB	78.483	Advogado	Reeleito
Sarney Filho	PFL	96.212	Advogado	Reeleito
Sebastião Madeira	PSDB	38.932	Médico e empresário	Reeleito

governador do Estado Edson Lobão, o advogado José Antônio Almeida (PSB) e o engenheiro e atual vereador Pedro Fernandes (PSD). Os demais já estiveram no Congresso em legislaturas anteriores como é o caso dos deputados João Castelo e Paulo Marinho.

Costa Ferreira (PFL) e Albérico Filho (PMDB), que retornam à Câmara Federal como titulares, assumiram algumas vezes o mandato de deputado federal na legislatura 1995-1998, pois são suplentes de deputados.

Entre os deputados eleitos somente Sarney Filho e João Castelo atingiram o quociente eleitoral do Estado

definido em 85.540 votos. Nas eleições proporcionais, os votos nulos, brancos e abstenções seguiram o alto índice também presente nos cargos majoritários: 48,41% do eleitorado.

**Ficha eleitoral**

Eleitores: .....	2.987.283
Votos brancos: .....	288.904
Votos nulos: .....	232.061
Abstenções: .....	925.343
Candidatos à reeleição: .....	15
Reeleitos: .....	11
Votação total dos eleitos: ..	1.064.526
Índice de renovação: .....	38,88%
Quociente eleitoral: .....	85.540

## Radiografia do Congresso Nacional 2003 – 2007



Nessa eleição, a bancada do Mato Grosso do Sul sofreu uma renovação de 50%, igual à de 1998. Com oito representantes na Câmara, seis tentaram renovar o mandato, um disputou vaga de deputado estadual e outro concorreu ao governo do Estado.

Dos deputados que concorreram à reeleição, dois foram barrados nas urnas: Marçal Filho (PMDB), que iria para o 3º mandato; e Pedro Pedrossian (PPB), empresário rural. Já a deputada Marisa Serrano (PSDB) concorreu e perdeu, no 2º turno, a eleição para o governo do Estado para Zeca do PT. O deputado Ben-Hur Ferreira (PT) disputou uma vaga na Assembleia Legislativa de Campo Grande e não conseguiu se eleger.

Os quatro deputados que renovaram o mandato são Dr. Antônio Cruz (PMDB), médico, que exercerá seu 2º mandato; João Grandão (PT), bancário e professor, 2º mandato; Nelson Trad (PTB), advogado, que vai para o 4º mandato federal; e Waldemir Moka (PMDB), médico e professor, 2º mandato.

Entre os novos eleitos estão Antônio Carlos Biffi (PT), ex-secretário de Governo; Geraldo Resende (PPS), ex-secretário de Governo; Murilo Zauith (PFL), empresário; e Vander Luiz dos Santos Loubet (PT), bancário, que se elegeu com expressiva votação, a maior no Estado, 101.815 votos.

A nova representação partidária é hegemonizada pelo PT que ampliou de duas para três cadeiras. O PMDB diminuiu de três para duas; PPS, PFL e PTB elegeram um representante cada. Entre os eleitos, nenhum conseguiu atingir o quociente eleitoral, 136.919 votos. O total de votos brancos, nulos e abstenções atingiu 23,38% dos eleitores. A soma dos votos dos eleitos atingiu 48,2% dos votos válidos.

## FICHA ELEITORAL

Eleitores: .....	1.411.773
Votos brancos: .....	39.739 (3,43%)
Votos nulos: .....	22.431 (1,94%)
Abstenção: .....	254.258 (18,01%)
Votos válidos: .....	1.095.345 (94,63%)
Número de vagas .....	8
Candidatos à reeleição: .....	06
Reeleitos: .....	04
Votação total dos eleitos: .....	528.800 votos
Índice de renovação: .....	50%
Quociente eleitoral: .....	136.918 votos

Deputado (a)	Partido	Situação	Votação	Profissão
Antônio Carlos Biffi	PT	Novo	45.840	Professor
Dr. Antônio Cruz	PMDB	Reeleito	76.443	Médico
Geraldo Resende	PPS	Novo	39.421	Médico
João Grandão	PT	Reeleito	53.901	Bancário e professor
Murilo Zauith	PFL	Novo	68.356	Engenheiro
Nelson Trad	PTB	Reeleito	59.239	Advogado e professor
Vander Luiz dos Santos Loubet	PT	Novo	101.815	Bancário
Waldemir Moka	PMDB	Reeleito	83.785	Médico e professor





## Dois ex-senadores na bancada de deputados



Em Rondônia, 78 candidatos entraram na disputa das oito vagas a que Rondônia tem direito na Câmara Federal. Na lista de candidaturas, sete dos atuais deputados federais buscavam a reeleição. Apenas o deputado Hamilton Casara (PSDB) trocou a opção de renovar o mandato parlamentar pela vaga de vice-governador na chapa de Amir Lando (PMDB).

A renovação na bancada de Rondônia foi de 50% com apenas quatro dos sete candidatos à reeleição tendo obtido êxito nas urnas: Anselmo (PT), Eduardo Valverde (PT), Marinha Raupp (PMDB) e Natan Donadon (PMDB). Não irão retornar para a Câmara na 53ª Legislatura o deputado Miguel de Souza (PL) e os parlamentares sanguessugas Aginaldo Muniz (PP) e Nilton Capixaba (PTB), atual 2º secretário da Mesa Diretora da Casa.

Assim como na eleição geral anterior, nenhum deputado de Rondônia conseguiu atingir o quociente eleitoral que foi de 91.031 votos. Quem chegou mais perto do quociente foi a deputada reeleita Marinha Raupp que, ao reunir a preferência de 65.420 eleitores, mais do que dobrou sua votação em relação ao pleito de 2002.

No rol de novos deputados, estreiam na Câmara o comerciante Lindomar Garçon (PV) e o médico Mauro Nazif (PSB), além do pecuarista e ex-senador Ernandes Amorim (PTB) e do advogado e ex-senador Moreira Mendes (PPS).

O PMDB e o PT são os partidos com mais representantes na bancada de Rondônia, dois cada. Outros quatro partidos têm representação na Câmara Federal porque elegeram um deputado cada: PTB, PSB, PPS e PV.

### Senado Federal

O novo senador eleito pelo estado de Rondônia, Expedito Júnior, é o único representante

do PPS no Senado Federal. Eleito para um mandato que só terminará em 2015, ele terá como colegas de bancada os senadores Fátima Cleide (PT) e Valdir Raupp (PMDB) que ficarão na Casa até 2011. Fátima Cleide foi derrotada na disputa para o governo do estado e Raupp não foi candidato em 2006.

### Governador

Os eleitores de Rondônia renovaram o voto de confiança dado ao governador Ivo Cassol (PPS) em 2002. Ele foi reeleito em 1º turno com 387.208 votos, o que corresponde a 54,14% dos votos válidos.

### Eleição presidencial

No 1º turno, o eleitor de Rondônia deu vitória a Alckmin que reuniu a preferência de 344.096 eleitores (47,04%) contra 329.598 votos (45,06%) conquistados por Lula. No turno decisivo, Lula virou o jogou e chegou na frente com 397.327 votos (55,33%) e Alckmin caiu para 320.806 votos ou 44,67% dos votos válidos.

NOME	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO
ANSELMO	PT	REELEITO	29.401	AGRICULTOR
DR. MAURO NAZIF	PSB	NOVO	43.623	MÉDICO
EDUARDO VALVERDE	PT	REELEITO	34.631	SERVIDOR PÚBLICO
ERNANDES AMORIM	PTB	NOVO	26.573	PECUARISTA
LINDOMAR GARÇON	PV	NOVO	31.446	COMERCIANTE
MARINHA RAUPP	PMDB	REELEITA	65.420	PROFESSORA E SERVIDORA PÚBLICA
MOREIRA MENDES	PPS	NOVO	29.119	ADVOGADO
NATAN DONADON	PMDB	REELEITO	32.747	SERVIDOR PÚBLICO

### FICHA ELEITORAL

Eleitores: .....988.631  
 Votos Brancos: ..... 34.347 (4,37%)  
 Votos Nulos: ..... 23.325 (2,97%)  
 Abstenção: ..... 202.715 (20,50%)  
 Votos Válidos: ..... 728.244 (92,66%)  
 Número de Vagas: ..... 8  
 Candidatos à Reeleição: ..... 7  
 Reeleitos: ..... 4  
 Votação Total dos Eleitos: .....292.960  
 Índice de Renovação: ..... 50,00%  
 Quociente Eleitoral: ..... 91.031

## ANEXO C – Declaração de Bens do TSE

OME: EMERSON KAPAZ PF: 807.646.738-15 DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL		IMPOSTO DE RENDA - PESSOA FÍSICA EXERCÍCIO 1998 Ano-Calendário 1997		
DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS		(Valores em Reais)		
EM	DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO DO BEM OU DIREITO	SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO	
			ANO DE 1996	ANO DE 1997
1	TERRENO - RUA FRANCISCO FAREL, LOTE 2 QUADRA U - SAO PAULO-SP, ADQUIRIDO DE ISAC POTOLSKI CPF 058965098-04 EM 20/08/93 - ESCRITURA DO 25. CARTORIO DE NOTAS, LIVRO 966, FL. 185	13	79.072,21	96.831,82
2	CASA EM CONSTRUCAO NO TERRENO DA RUA FRANCISCO FA-REL, LOTE 2 QUADRA U - SAO PAULO - SP, VALOR DISPENDDIDO EM 1995 - R\$ 185.464,86, E EM 1.996 R\$ 221.103,85, E EM 1997 R\$ 6.691,00	16	464.334,38	505.871,65
3	UNIBANCO S/A - 870 ACCES PNA E 336 PNB 201 PN ADQUIRIDAS EM 04/11/85 E 2.005 RECEBIDAS EM BONIFICACAO, PERMUTADAS POR 19.296 UNITS	21	87,82	107,54
4	EDISA INFORMATICA S/A - 467 ACOES PN 133 ADQUIRIDAS EM 1986 E 334 RECEBIDAS EM BONIFICACAO	21	5,83	7,13
5	MULTITEL S/A - 1.100 ACOES PN ADQUIRIDAS EM 1986	21	0,01	0,01
6	AUTOMOVEL MARCA CHEVROLET, MODELO BLAZER V6, ANO 1996, PLACA CEK-5334, ADQUIRIDO EM 22/11/96 DE TRANS-AM VEICULOS E SERVICOS LTDA, TROCADO POR AUTOMOVEL MARCA HONDA MOD. O DISSEY ANO 1997 PLACA CIG-3777 (FIBRA LEASING) EM 17/12/97	21	34.000,00	48.703,86
7	AUTOMOVEL MARCA KIA MOD. CLARUS GLX, ANO 1997, PLACA CJA-6403, ADQUIRIDO DE KMB DISTRIBUIDORA LTDA EM 10/07/97 POR 28.168,93	21	0,00	28.168,93
8	IAP S/A - 8.190 ACOES PREF. ESCR. 300 ON ADQUIRIDAS EM 26/03/85, 90 PN EM 25/03/86 E 7.800 ON DESDOBRADAS, SALDO EM 31/12/97 = 32.760 ACOES PE	31	60,52	74,11
9	UNIBANCO S/A - 402 ACOES ON 67 ON ADQUIRIDAS EM 04/11/86 E 335 ON RECEBIDAS EM BONIFICACAO	31	28,45	34,83
10	COPEL - CIA. PETROQUIMICA DO SUL 34.000 ACOES ON, ADQUIRIDAS EM 06/94 POR CR\$ 506.600,00	31	274,37	335,99
11	COLDEX INDUSTRIA E COMERCIO S/A 1.000.000 ACOES PN ADQUIRIDAS EM 28/03/94 POR CR\$3032969.82 E 1.000.000 PN EM 30/03/94 POR CR\$3024171.59	31	8.153,06	9.984,23
12	MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A. 4.000.000 ACOES PN ADQUIRIDAS EM 23/08/94 POR R\$11055,87 E 2.000.000 VENDIDAS EM 15/09/94 POR R\$6438,71, SALDO EM 31/12/97 = 2.000 ACOES PN	31	5.637,31	6.903,44
13	CIA. PAULISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS - CPA - 1 (UMA) AÇÃO ON	31	0,00	1,00
14	ELKA PLÁSTICOS LTDA - CGC 60643293/0001-57 - AUMENTO DO CAPITAL COM CAPITALIZAÇÃO DE RESERVAS EM 30/06/97 - SALDO EM 31/12/97 = 60.000 COTAS	32	217.610,29	600.000,00
15	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CADERNETA DE POUPANCA 0268-013-00155632.0	41	88,46	102,55
16	BANCO ITAU S/A - CADERNETA DE POUPANCA 0355-06444-5	41	0,00	361,91
17	BANCO ITAU S/A - CADERNETA DE POUPANCA 0355-14560-8	41	0,00	361,91
18	BANCO NOROESTE S/A - CONTA 199-604397-50	61	84,52	0,00
19	NOSSA CAIXA-NOSSO BANCO S/A - CONTA-CORRENTE	61	34,69	0,00
20	BANCO ITAU S/A - CONTA-CORRENTE 0355-06444-5	61	0,00	10.554,38
21	BANCO ITAU S/A - CONTA-CORRENTE 0355-14560-8	61	0,00	137,38
22	BANCO DO BRASIL S/A - CONTA-CORRENTE 0386-36694-3	61	0,00	261,18
23	FUNDO BRASCAN MONTREALBANK DE PART. EM ACOES 120.912 COTAS	71	600,50	600,50